UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Vitor Faustino Sampaio

ATENDIMENTO FENOMENOLÓGICO
EXISTENCIAL COM CASAL: UMA POSSIBILIDADE
DE AÇÃO PSICOLÓGICA AUTORAL

SÃO PAULO
2018

VITOR FAUSTINO SAMPAIO

ATENDIMENTO FENOMENOLÓGICO
EXISTENCIAL COM CASAL: UMA POSSIBILIDADE
DE AÇÃO PSICOLÓGICA AUTORAL

(Versão original)

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano.

Orientadora: Profa. Dra. Henriette Tognetti Penha Morato.

SÃO PAULO
2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Sampaio, Vitor Faustino.

Atendimento Fenomenológico Existencial com Casal: uma possibilidade de ação psicológica autoral / Vitor Faustino. Sampaio; orientadora Henriette Tognetti Penha Morato. -- São Paulo, 2018.

173 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Fenomenologia Existencial. 2. Atendimento de Casal. 3. Terapia de Casal. 4. Ação psicológica. I. Título.

Nome: SAMPAIO, Vitor Faustino

Atendimento Fenomenológico Existencial com Casal: uma possibilidade de ação psicológica autoral

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Aprovação em: __ / __ / ____.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Henriette Tognetti Penha Morato

Instituição: IP-USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Aos meus pacientes

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, como sempre, por tudo. Aquele que ofereceu e oferece o fundamental.

À Gabi, que constrói e habita comigo este casal que é a cada vez único, mostrando-me como é amar e obrigando-me a me deixar ser amado. Pela simplicidade, pela delicadeza, pelo inominável. Obrigado por estar sempre ali, atenta, amando, sem pedir nada em troca. Agradeço, também, por ter aguentado estes últimos quatro anos de pesquisa!

À Henri, pela de-mora, por me acolher em sua casa, pelos ensinamentos na *poiesis*, e por ser importante não apenas na elaboração desta pesquisa: por ter sido uma amiga nos momentos mais gostosos e nos mais difíceis. Que você não se livre de mim e que eu não me livre de você. Obrigado por me ajudar no estranhamento.

Aos amigos Luis (Cap. Haddock), Lubão, Ricardo, Rogério e Tuta, pelo acolhimento cotidiano necessário e por me deixarem menos solitário e mais embriagado nessa vida.

Ao amigo Pedro, pelas conversas intensas sobre tantos assuntos, dos mais sublimes aos mais mundanos. Pelas discussões fomentadoras e as ajudas sem precedentes sem as quais a tese teria sido outra (te devo uma caixa de cerveja).

À amiga Maíra, pelo carinho, delicadeza e cuidado com os quais lê o que escrevo e conversa comigo.

Aos amigos do LEFE, pelos bons momentos, pelas discussões, pelas risadas e por sempre terem me recebido tão bem e de braços abertos. Houve um tempo em que eu era forasteiro... hoje, sinto-me não uma parte do todo, mas sim um todo como todos vocês.

Aos meus mestres, Henriette, Ida, Marcos e Nichan, por apontarem o sentido do cuidado com o outro, permitindo-me construir e habitar um casamento duradouro com a fenomenologia existencial. Mesmo que não tenham percebido, ao se deixarem junto a mim, marcaram-me e mudaram-me.

Aos Chosens... quando pensei que eu era velho demais para fazer novos bons amigos...

A todos aqueles que colaboraram com a tese, presentes em algum momento nestes últimos quatro anos, travando discussões, fazendo críticas, dando sugestões... ou apenas me mandando pastar. Em especial, Cancellato, Helô, Lígia (parça), Paulo, Tiago, e a queridíssima Yvette.

A todos aqueles que não colaboraram em nada com a tese e um dia ainda se surpreenderão com o tema nela tratado (se é que sabem que eu estava no doutorado nos últimos quatro anos). Mas como minha vida é maior do que a tese, sua presença nela, a vida, demanda agradecimentos. Em especial, minha mãe, minha irmã, meus primos, Alice e Magaly.

Costumamos dizer que ‘levamos’ uma conversa, mas na verdade quanto mais autêntica uma conversação, tanto menos ela se encontra sob a direção da vontade de um ou outro dos interlocutores. Assim, a conversação autêntica jamais é aquela que queríamos levar. Ao contrário, em geral é mais correto dizer que desembocamos e até que nos enredamos numa conversação. Como uma palavra puxa a outra, como a conversação toma seus rumos, encontra seu curso e desenlace, tudo isso pode ter algo como uma direção, mas nela não são os interlocutores quem dirigem; eles são os dirigidos. O que ‘surgirá’ de uma conversa ninguém pode saber de antemão.

(H-G. GADAMER, Verdade e Método)

RESUMO

SAMPAIO, V. F. **Atendimento Fenomenológico Existencial com Casal:** uma possibilidade de ação psicológica autoral. 2018. 173f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O objetivo desta pesquisa é *esclarecer uma possibilidade de atendimento fenomenológico existencial direcionado a casais*. Para isso, questiona a prática do próprio autor, dando a ver seu modo de ser psicólogo junto a casais. Ao introduzir a pergunta norteadora “como pode ser um atendimento fenomenológico existencial com casais”, a pesquisa revela três pontos fundamentais aos quais se debruça para aprofundar: 1- o horizonte histórico no qual o tema tem sido apresentado e questionado, permitindo-lhe que se pergunte, nesta pesquisa, por uma possibilidade outra de atendimento de casal; 2- O modo específico desta possibilidade pela perspectiva fenomenológica existencial, permitindo que a pesquisa retome o percurso do autor junto à fenomenologia existencial, esclarecendo-a como seu modo de compreensão do existir humano, modo esse que marca a pesquisa em sua compreensão do fenômeno pesquisado; 3- a quem se destina o atendimento: o casal. Deste modo, a pesquisa busca considerar e suspender concepções previamente determinantes sobre casal, buscando uma descrição fundada na possibilidade de realização do existir. A partir do esclarecimento destes três pontos a pesquisa pode voltar-se para a pergunta norteadora, em um diálogo do autor com sua prática e com outros autores que se dedicam ao tema, para revelar outra possibilidade de ação psicológica autoral: atendimento fenomenológico existencial com casais.

Palavras-chave: Fenomenologia Existencial; Atendimento de Casal; Terapia de Casal; Ação Psicológica.

ABSTRACT

SAMPAIO, V. F. **Existential Phenomenological Therapy with couples: an authorial psychological action's possibility.** 2018. 173p. Dissertation (Ph.D.) – Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

The aim of this research is to clarify a possibility of existential phenomenological therapy towards couples. To do so, the research examines the author's practices, revealing he's way of being psychologist with couples. After introducing the guiding question "what is it like an existential phenomenological therapy with couples?", the research reveals three key points to which it looks for deepening: 1- the historical horizon in which the theme has being introduced and questioned, allowing it to be questioned in this research for another possibility of couples therapy; 2- The specific way of this possibility, an existential phenomenological perspective, so the research resume the author's course in existential phenomenology, clarifying it as he's understanding of human existence, as well as clarifying it as the research's way of understanding the researched phenomenon; 3- to whom the therapy is destined: the couple. Thus, the research pursues considering and suspending previously determinant conceptions about couples, searching for a description founded in the human possibility of existence. From the clarifying of those three points the research could look to the guiding question, towards a dialog between the author and he's practice and between the author and other couple therapy authors, to reveal another possibility of psychological action: existential phenomenological therapy with couples.

Keywords: Existential Phenomenology; Couples Therapy; Couples Counseling; Psychological Action.

SUMÁRIO

I - Introdução	1
II - A construção do caminho para compreensão	11
1. Caminho Existencial.....	14
2. CQD – Como queríamos demonstrar: a contraposição entre <i>orthotes</i> e <i>aletheia</i>	17
3. Como percorro o caminho para compreensão?	20
4. Contemplando, para poder caminhar	23
III - O horizonte histórico no qual se possibilita o trabalho	26
IV - Atendimento Fenomenológico Existencial	35
1. Atendimento.....	35
2. ... fenomenológico existencial... ..	41
3. ... como sou.....	57
V - Possibilidade de ser casal	63
1. Casal, uma compreensão histórica.	80
2. Casal: casa habitável	90
VI - Atendimento de casal – diálogos fenomenológicos existenciais.....	96
1. Iniciando o atendimento	98
2. A tentativa de compreender o casal.....	109
3. A ação do psicólogo junto ao casal	123
4. O “foco” de um atendimento de casal	133
5. Desfecho do atendimento	137
6. Como pode ser um atendimento fenomenológico existencial junto a um casal?	145
VII – <i>Des-fecho</i> : uma (in)conclusão	151
Referências	158

I - Introdução

O objetivo deste trabalho é *esclarecer uma possibilidade de atendimento fenomenológico existencial direcionado a casais*. O evento que motivou o desenvolvimento desta pesquisa aconteceu anos antes de sua elaboração, por volta de 2008. Foi nesta época que fui procurado pela primeira vez para um atendimento de casal. A esse evento, no entanto, precede um interesse que o sustenta e que também permeia a escritura do presente estudo sobre atendimento de casal: o interesse no tema *relacionamento de casais*.

Ainda na faculdade percebia a importância cotidiana de tal tema, pois era como estudante de psicologia que amigos e conhecidos por vezes me procuravam para “pedir conselhos” sobre seus relacionamentos. Quem melhor do que alguém que estudava psicologia para dizer o que deveriam fazer em relação a seus namoros? Acredito que assim intuía. Na época, lembro de pensar que, mesmo que fosse possível entender *tudo* sobre relacionamentos, não haveria nada que eu pudesse dizer, pois eu não estudava para “dar conselhos” ou delimitar o melhor modo que meus amigos deveriam se relacionar. Mas como convencê-los de que não caberia a mim dizer o que deveriam ou não deveriam fazer, sanando suas dúvidas e resolvendo seus problemas? Pois não é preciso grande esforço para achar uma infinidade de livros e artigos de revista que afirmem, justamente, a existência de regras para o convívio e o “sucesso” do casal.

Os constantes questionamentos que recebia, e recebo, não raro começam com “li em tal revista...” ou terminam com “mas tal livro diz que...”. Com isso, tais questionamentos mostram-se perpassados por certa “literatura”

identificada como autoajuda. Tal gênero torna-se muitas vezes referência na busca por respostas precisas aos problemas cotidianos de relacionamento, apesar de sua frequente diluição da existência em um caldo de recomendações generalistas pelas quais “todos podem tudo” só dependendo de sua “força de vontade” e de obedecer determinadas prescrições.

Entre os livros mais famosos disponíveis sobre o tema, há um que afirma que homens e mulheres são de planetas diferentes, ou seja, são estranhos um ao outro, delimitando os problemas enfrentados por um casal (heterossexual, especificamente) ao gênero. Outro livro foca a capacidade de acumular certa quantia financeira à “inteligência emocional” do casal, implicando tanto que tal acúmulo seja uma qualidade do casal, quanto que a ausência dele seja derivado de sua falta de inteligência (emocional). Há ainda outro livro que em seu título já deixa claro que existem regras imprescindíveis para ser um casal “saudável”. Além desses livros existem incontáveis artigos de revistas sendo publicados cotidianamente, bem como programas televisivos e *sites* de internet sobre o tema.

Assim, os constantes questionamentos que recebia à época da faculdade, e que ainda recebo, parecem fazer coro com uma sociedade que se ocupa no seu dia a dia com questões relativas a relacionamentos de casal e que busca amparo, busca respostas, para dar conta de suas dúvidas e seus conflitos. Dúvidas e conflitos que, observando esses mesmos artigos e sites aos quais me referi, parecem extrapolar questões como divisão de tarefas, infidelidade e divórcio. Relacionamentos à distância, “infidelidade virtual”, relacionamentos abertos, satisfação sexual, entre outras, são algumas das preocupações que ocupam as pessoas.

Penso que nós psicólogos precisamos estar atentos a essas preocupações contemporâneas, não para oferecer respostas prontas e algum tipo de manual de vida, mas para refletir sobre nossa própria prática. E mais, também precisamos considerar em que medida o mundo contemporâneo tecnológico tem apresentado outras formas de relacionamento, às quais precisamos compreender. Tais atenções quanto aos modos como os casais se apresentam no cotidiano contemporâneo se mostram importantes para pensarmos no que oferecemos enquanto psicólogos, ou seja, como atendemos casais: seja pensando em terapia, seja pensando ações de saúde pública, seja pensando ações educacionais, ou qualquer outra ação psicológica junto a casais. Ou seja, a temática central deste trabalho é o casal em atendimento, resvalando no que a ela se apresenta implicado.

Papp (2002), ao dizer que os terapeutas por muitos anos se preocupavam com os relacionamentos interpessoais do casal, como melhora na comunicação, usando para isso determinadas técnicas e modelos, pontua que “os terapeutas de hoje estão enfrentando novos assuntos, complexos e inquietantes que tornam muitos dos antigos modelos e das antigas técnicas obsoletos” (p. 13). A preocupação da autora, a partir da psicologia sistêmica, é conseguir oferecer modelos técnicos mais apropriados e eficientes no tratamento de casais contemporâneos. No entanto, para além da preocupação com o desenvolvimento de modelo técnico apropriado, há também um reconhecimento de mudanças ocorridas historicamente nas relações de casais. O que a autora parece mostrar é que o atendimento de casais se tornou uma prática de contexto complexo, e que demanda mais estudos.

Atualmente há nos Estados Unidos periódicos voltados exclusivamente para terapia de casal como o *Journal of Couple and Relationship Therapy*, além de modelos teóricos desenvolvidos exclusivamente para atender a esta prática, como o IRT (*Imago Relationship Therapy*), BCT (*Behavioural Couples Therapy*) e EFT (*Emotional Focused Couples Therapy*).¹ Esta última é descrita como uma fusão de “terapia centrada no cliente, *Gestalt* e abordagens sistêmicas que são entrelaçadas com pensamento construtivista, uma paixão e comprometimento com pesquisa e a visão de relacionamentos amorosos melhor capturada pela Teoria do Apego” (BRADLEY e JOHNSON, 2005, p. 180). Tal amálgama demonstraria seu “enquadre no atual *Zeitgeist* do campo, no qual ela se adequa por sua integração e fomentação de ideias com outras abordagens terapêuticas e disciplinas acadêmicas, pois é essencialmente integrativa” (BRADLEY e JOHNSON, 2005, p. 180). Este movimento integrativo, como apontam Feres-Carneiro e Diniz-Neto (2008) é constitutivo da percepção de que a prática de atendimento de casal requer um modelo teórico próprio, que atenda às especificidades deste campo de estudo.

No Brasil, não há um periódico específico voltado para atendimentos de casal, além de haver uma baixa produção científica sobre o tema conforme constatado em revisões sistemáticas (Ferreira, 2005; Bolze et al, 2011; Costa et al, 2017). Tais autores enfatizam a carência de pesquisas brasileiras sobre atendimentos de casal. Em especial, referem-se à carência de pesquisas que foquem a descrição e o aprofundamento no processo terapêutico propriamente

¹ Em tradução livre: IRT (Terapia de Relacionamento Imagética), BCT (Terapia de Casal Comportamental) e EFT (Terapia de Casal Emocionalmente Focada).

dito (Ferreira, 2005), bem como a inexistência desse tipo específico de pesquisa nos últimos dez anos no país (Costa et al, 2017).

Meu contato com tal escassez de pesquisa ocorreu em 2008, quando pela primeira vez fui procurado para atender um casal. Na época, busquei a referência que me era familiar e que ainda hoje marca meu caminho quanto à compreensão da minha prática como psicólogo: a fenomenologia existencial, foco de estudo e prática desde minha formação acadêmica. Tal busca, no entanto, revelou-se uma estranha ausência. Encontrei apenas uma menção breve a atendimento de casal em um texto de Spanoudis (1997), sobre aconselhamento e orientação a partir da Daseinsanalyse, relatando seu contato junto a um casal com problemas de relacionamento. O próprio autor salienta no começo dos três parágrafos dedicados ao acontecimento: “o que agora narraremos não é muito costumeiro em nossa prática” e completa “Atendemos um casal na mesma hora por insistência dos dois” (p.59). Tais alertas iniciais, e o fato de que o ocorrido ocupou tão pouco espaço no texto, revelam como a prática de atendimento de casal estava, e ao que tudo indica ainda está, fora da preocupação geral de estudo da clínica fenomenológica existencial.

Considereei, entretanto, que a falta de referencial para estudo não seria fator impeditivo para que eu atendesse aquele casal, e outros que acabariam por vir. No entanto, permaneciam questões que indicavam que eu ainda precisaria resolver algumas dúvidas que surgiam desses atendimentos e que agora retomo.

Inicialmente, a pergunta mais importante e que mais me provocava reflexão era: quem eu atendo? Em outras palavras, eu não sabia se eu atenderia duas pessoas ao mesmo tempo, ouvindo cada uma delas paralelamente, ou se,

por se tratar de um casal, haveria algo como uma “fala” do casal, como se o casal fosse um terceiro autônomo. O diálogo com colegas revelou um esboço de resposta: eu atenderia uma relação. Mas mesmo este esboço não solucionava a questão. O que exatamente significa “atender uma relação”? Significa que não atendo duas pessoas em paralelo? Mas existiria uma fala do casal? Este “terceiro”, chamado aqui de “a relação”, teria reflexões próprias? Dizer isso talvez fosse considerar que casal seria uma existência. Seria isso? A dúvida permanecia em aberto. A angústia sobre a dúvida crescia: não saber exatamente quem eu atendo, poderia comprometer² meu atendimento? Ou seja, será que não saber ao certo quem atendo pode *pre-judicar* o atendimento?

Outras dúvidas, no entanto, não tardaram a aparecer. Já no momento em que recebi aquele casal em minha sala, uma pergunta “sentou-se ao meu lado”, e de lá não saiu por todo o tempo do atendimento: qual meu lugar aqui no atendimento? Ou seja, eu queria saber se o sentido de minha presença ali com aquelas pessoas visava algo como mediar um conflito; ou trabalhar como tradutor, esclarecendo o que um não havia entendido do outro; ou pontuar onde cada um estava falhando para com o outro; ou talvez eu estivesse ali para provocar uma reflexão de sentido em cada um sobre sua vida em casal.

A dúvida sobre o sentido de minha presença no atendimento permaneceu por toda a primeira sessão terapêutica e para além dela. Tal dúvida somou-se a preocupações mais práticas, como por exemplo o modo de lidar com a fala das pessoas no decorrer da sessão. O que fazer se um dos dois falasse por toda a

² Comprometer, do latim *compromissum*, é composto por com, co-, que remete a algo feito junto, e prometer, do latim *promissum*, que vem de *pro-*, a diante, e *mittere*, enviar. Assim, comprometer é enviar a diante/oferecer algo junto a alguém. A questão que se abre é: O que ofereço a quem ofereço?

sessão enquanto o outro permanecesse em silêncio? Será que eu deveria interromper e pedir a quem está quieto para dizer algo, ou deixar que a fala do primeiro se desse sem interrupções? Porém, e se, ao contrário, ambos brigassem pela palavra, atropelassem a fala um do outro? Deveria eu interromper e estabelecer um tempo para cada um, ou deveria deixar que brigassem? Assim, permanecia um questionamento quanto ao sentido de minha presença ali e, ao mesmo tempo, aparecia uma preocupação quanto ao modo como eu poderia ajudar aqueles que me procuram.

No decorrer dos anos, atendendo casais, essas e outras dúvidas foram mitigadas. No entanto, foram fundamentais para meus estudos, para minha prática e para a motivação de escrever e me dedicar a este trabalho. Não à toa recordo-as nesta introdução. Introdução vem do latim *introductio*, de *intro* + *dux*, *ducere*. *Intro* (in- + ter), significa por entre, dentro de casa, no interior de dois. *Dux*, *ducere*, significa conduzir. Deste modo, uma introdução é também a condução por entre aquilo que me é familiar. Conduzo não apenas o leitor, mas a mim mesmo, por entre o meu caminho familiar. A retomada de minha perguntas e dúvidas iniciais é fundamental para *introduzir* este trabalho, dando a ele o tom da construção artesanal possível àqueles que se dedicam ao encontro, e não o tom da técnica. Mas o que vem a significar isso?

A partir da fenomenologia existencial, como de certo modo Sá (2002) aponta, “a conduta e a identidade profissional do terapeuta jamais se reduzem a uma questão de escolha teórica ou do aprendizado de técnicas, mas implica sua singularidade existencial como um todo” (p.359). Assim, a introdução (*introductio*), ou seja, a condução por entre o caminho que me é familiar, será marca de todo este trabalho.

Deste modo, o trabalho é intencionalmente escrito em primeira pessoa, tal como um diário que, como apontam Aun e Morato (2009), “é a narratividade, o modo próprio de se dizer do homem, lançando-se de seu repouso em direção ao sentido de si mesmo, como ação de dizer” (p. 124). Sendo assim, não é por acaso que o trabalho surge anos depois das incontáveis dúvidas que apareceram desde aquele dia em que fui, pela primeira vez, procurado para atender um casal.

Depois de muitos estudos e leituras de pesquisas em diversas abordagens psicológicas, de conversar e debater com colegas, de reflexões pessoais a respeito de cada intervenção feita em atendimentos, ainda permanecia um incômodo: não havia nenhum material a respeito de atendimento de casal em fenomenologia existencial. No entanto, percebi que aquela minha prática, aquele modo de atender casais, era um modo fenomenológico existencial. A escritura deste trabalho não é, portanto, um esforço em mostrar que aquilo que faço, este modo de atender casais, é fenomenologia por confirmação teórica. Este trabalho é a comunicação do sentido do modo como sou psicólogo e como por meio dele posso compreender a fenomenologia existencial, dando a ver o exercício da prática de psicólogo com casais.

Mostra-se, entretanto, a necessidade de nomear isso que eu sempre chamei de fenomenologia existencial, ainda que junto a essa necessidade de nomear revele-se uma dificuldade em fazê-lo. Há diversas “escolas” da psicologia que tomam por fundamento filosófico a fenomenologia, a hermenêutica, o existencialismo, ou a ontologia heideggeriana, existindo trabalhos que tentam uma sistematização/organização dessas psicologias que

se nomeiam fenomenológicas existenciais, ou fenomenológico-existenciais (Carvalho Teixeira, 2006; Holanda e Freitas, 2011; Giovanetti, 2012).

Assim sendo, como a fenomenologia existencial aparece para mim na minha prática psicológica? Esta era uma pergunta à qual eu me via chamado a responder, de certo modo dando conta do “casal” que acabei sendo sem perceber, ao longo dos anos, com a fenomenologia existencial.

Fenomenólogo existencial como meu modo de ser psicólogo é marcado pela aproximação e distanciamento com os autores da fenomenologia existencial. Deste modo, não nomeio minha prática e o modo como a exerço por uma determinada escola da psicologia. A nomeação vem via filosofia, compreendendo por filosofia o que diz do modo de ser psicólogo. Escolho assim o nome abrangente de fenomenologia existencial, entendendo-o por fenomenologia da existência, ou seja, marcando o fundamento desta prática como possibilidade de esclarecimento da existência como um fenômeno, via metodologia fenomenológica, tal como desenvolvida pela analítica do *Dasein*, *ser-aí*³, (*Daseinsanalytik*) de Martin Heidegger. Tal é o modo como a fenomenologia existencial marca meu caminho, caminho este que do modo possível tentarei percorrer no trabalho.

³ Há duas importantes considerações a se fazer. Primeiro, quanto a grafia e tradução do termo alemão, *Dasein*, que em português, grafa-se *ser-aí*. Ainda que, na tradução de *Ser e Tempo* (1927) aqui usada (Fausto Castilho, 2012) o termo apareça sem tradução (*Dasein*), neste trabalho optei por usá-lo em português. O termo será usado sempre em português, exceto quando seu uso em alemão original for imprescindível, como em *Daseinsanalyse* ou *Daseinsanalytik*. Segundo, quanto ao significado do termo *Dasein*, que designa o ser do ente que somos a cada vez, e desde sempre, já lançado e aberto em sua possibilidade de ser. Assim, Heidegger usa *Dasein* para designar a peculiaridade da existência humana. Em Inwood (2002), lê-se que “em ST, Heidegger usa (das) *Dasein* para: 1. O ser dos humanos, e 2. O ente ou pessoa que possui este ser” (p. 29).

Por *Dasein*, *ser-aí*, nomear a característica ôntico-ontológica do homem, seu uso neste trabalho se restringirá ao discurso filosófico fundamental da tese. A fim de evitar demasiada hermeticidade do texto, ao descrever situações ônticas, como a prática psicológica, optarei pelo uso de expressões coloquiais como *pessoa*, *indivíduo*, entre outras. Tais expressões, porém, não fazem referência aos constructos teóricos que as consagram, e sim ao seu uso coloquial e literário.

Neste sentido, o doutorado se torna um exercício de retorno ao meu percurso em prática. Ou seja, um exercício de retorno e permanência junto ao meu caminho e a meu modo de ser psicólogo com casais. Um retorno questionante, que sustenta em aberto perguntas a respeito desta prática de atendimento, para justamente tentar revelar-lhe um modo possível.

Iniciei esta introdução afirmando o objetivo do trabalho: *esclarecer uma possibilidade de atendimento fenomenológico existencial direcionado a casais*. O texto que seguiu a esta afirmação inicial tentou mostrar que o objetivo do trabalho não visa esclarecer uma possibilidade qualquer, ou um atendimento qualquer. O texto que seguiu tentou mostrar que o objetivo do trabalho visa esclarecer como faço, o que eu faço, do modo que eu faço, com quem eu faço.

Deste modo, desdobram-se como objetivos específicos: 1- *dar a ver uma prática que já é minha: psicólogo fenomenológico existencial que atende casais*; 2- *refletir sobre este fenômeno o casal: destinação dos atendimentos, propondo uma compreensão fenomenológica existencial do casal*; 3- *recolher o meu percurso, como modo possível de pensar no atendimento fenomenológico existencial de casal*.

Finalmente, compreendo que esclarecer uma possibilidade de atendimento fenomenológico existencial direcionado a casais é me perguntar por esta prática, ou seja, é me perguntar por aquele que é atendido e é me perguntar pelo modo como esta prática ocorre. Assim, o objetivo do doutorado, então, desdobra-se em uma pergunta norteadora, que me apontará o caminho deste percurso: como é um atendimento fenomenológico existencial de casal?

Esta introdução, sendo apenas isso, uma introdução, marca o início do caminho. Norteador pela pergunta feita acima, verei para onde irei.

II - A construção do caminho para compreensão

“É preciso buscar e *percorrer* um *caminho* para a elucidação da pergunta ontológico-fundamental. Se é o *único* ou, em geral, o *caminho correto* só pode ser decidido *depois de feito o percurso*.” (HEIDEGGER, 2012, p.1177/1179)

Como é um atendimento fenomenológico existencial de casal? Esta é a pergunta que norteia minha pesquisa. Nortear, verbo, significa guiar, apontar, dirigir para o norte. Também tem como sinônimo orientar, que tem como significado apontar para uma direção, guiar-se para o oriente⁴. Nortear e orientar, sinônimos, guardam uma mesma origem: suas ações fazem referência aos pontos cardeais da Rosa dos Ventos (respectivamente Norte e Leste). São verbos que, portanto, indicam um direcionamento, um sentido a ser dado. Não indicam, contudo, um local específico a se chegar. A pergunta com a qual inicio este texto, deste modo, não está feita para antecipar um local de chegada, mas sim para possibilitar uma referência de por onde seguir. A pergunta, assim como o eixo da Rosa dos Ventos com seu Norte e Leste, aponta um caminho.

Se ao me nortear não consigo descobrir ao certo o local de chegada, tenho, entretanto, como esclarecer outros dois fatores que compõe o nortear: o local de onde parto e o modo como vou seguir esse caminho apontado.

O local de onde parto faz parte do caminho a ser percorrido, não sendo um ponto externo, desconectado do caminho. Bem como o local de chegada, ainda desconhecido, não será um ponto alheio ao caminho. O ponto de partida

⁴ De acordo com Merriam-Webster, oriente vem do latim *oriens*, em seu particípio presente *oriri*, significa aparecer, nascer. *Oriri* denomina o nascer do sol. Daí “oriente” ser o local do sol nascente, o Leste.

e o ponto de chegada pertencem ao caminho que está norteado pela pergunta inicial.

Após ter começado esta pesquisa, e somente então, pude perceber que a formulação da pergunta dizia ela mesma do caminho que eu buscava traçar, ou seja, só pude formular a pergunta em um horizonte onde ela é possível de ser formulada, por já ser uma possibilidade do existir humano. Para compreender isto, porém, preciso antes esclarecer o caminho norteado pela pergunta, ou seja, qual o caminho por ela apontado. O caminho para...

Caminho em grego é *hodos*. Já o advérbio “para”, em seu sentido de direcionamento, de buscar algo, pode ser traduzido pelo prefixo *meta*. Deste modo, o caminho percorrido norteado pela pergunta poderia ser traduzido como *meta-hodos*, ou seja, método. Quero dizer com isto que a pergunta *norteadora*, que aponta para uma direção, é também aquela que delimita o método (*meta-hodos*) a ser percorrido – não utilizado⁵. Assim, tendo em vista minha pergunta norteadora, que aponta para o esclarecimento de uma possibilidade de atendimento de casal fundamentado no pensamento fenomenológico existencial, realizo esta pesquisa neste mesmo horizonte.

Segundo Heidegger (2012), “a expressão ‘fenomenologia’ tem a significação primária de um *conceito-de-método*. Não caracteriza o quê de conteúdo-de-coisa dos objetos da pesquisa filosófica, mas o seu *como*.” (p.101). Dando sequência, para o filósofo, a palavra fenomenologia é constituída por dois termos, “fenômeno” e “logos”. Fenômeno “deriva do verbo *phainesthai*, que significa mostrar-se. *Phainomenon* significa, portanto, o que se mostra, o se-

⁵ Faço essa distinção para deixar claro que método aqui não se trata de um objeto pronto a ser lançado-mão; ao invés disso, um caminho que diz de si como ser percorrido.

mostrante, o manifesto.” (HEIDEGGER, 2012, p.103). Segundo o filósofo, fenômeno é “o-que-se-mostra-por-si-mesmo”. *Logos*, em seu sentido originário, é revelado pelo filósofo como “tornar manifesto aquilo de que ‘se discorre’ no discurso (HEIDEGGER, 2012, p.113), ou seja, *logos* faz ver “aquilo sobre o que se discorre e faz ver a quem discorre (...) O discurso ‘faz ver’” (p.113). O uso do termo Fenomenologia, portanto, não designa o objeto de estudo de uma ciência, como em *Psico-logia*, *Bio-logia* ou *Antropo-logia*, não sendo a fenomenologia um “ponto-de-vista” nem uma corrente (HEIDEGGER, 2012). Fenomenologia refere-se exclusivamente ao modo como se demonstra e se aborda o que é tratado pela própria fenomenologia, a saber, “fazer ver a partir dele mesmo o que se mostra tal como ele por si mesmo se mostra” (HEIDEGGER, 2012, p.119).

Mas, se tomo a fenomenologia como referencial metódico, também é importante lembrar o contexto ontológico no qual as palavras do filósofo são colocadas, pois para ele, a fenomenologia é o “modo-de-acesso ao que deve se tornar tema da ontologia por determinação demonstrativa. A *ontologia* só é possível como *fenomenologia*” (HEIDEGGER, 2012, p.123). O que deve ser tema da ontologia é o próprio ser, e a ontologia só é possível como fenomenologia, pois só é possível o acesso ao ser dos entes por meio de um método de aproximação que não busque uma verdade única e exclusiva, mas que deixa ser “o que se mostra tal como ele por si mesmo se mostra”. Assim, ao mesmo tempo que saliento que minha questão e meu objeto de estudo não é o ser, saliento também que o método fenomenológico (*meta-hodos*) me oferece um caminho que me permite a possibilidade de aproximar o fenômeno a partir dele mesmo. Mas, como?

1. Caminho Existencial

Heidegger (2012) não apresenta uma sistematização de um método ôntico de análise, pois que a visada da ontologia é o ser, mas ao pensar método e objeto em unidade, aparece aí um apontamento possível. Stein (1988) apresenta que é nesta unidade que aparece em Heidegger a ideia do círculo hermenêutico, que seria “a ideia de uma práxis que antecipa toda divisão entre teoria e práxis e faz do conhecimento um modo derivado da constituição ontológica do ser-aí” (p.28). Este círculo hermenêutico é o que possibilita a inauguração do constructo ser-no-mundo. Assim, todo conhecimento só pode estar fundado em ser-no-mundo e só se pode pensar método a partir de ser-no-mundo.

Desdobrando as indicações de método propostas em Heidegger, e apoiando-se na analítica do filósofo, Critelli (2006) propõe um solo para os passos de uma pesquisa, uma indicação ôntica na qual se pode começar a caminhar: “A tarefa de se pensar a possibilidade de uma metodologia fenomenológica de conhecimento é, em última instância, uma reflexão sobre o modo humano de ser-no-mundo, inclusive tal como desdobrado na tradição da civilização ocidental” (p.17).

Critelli (2006) afirma que o eixo fundamental a partir do qual a questão do conhecimento se desenvolve é o modo-de-ser-no-mundo do homem. Tomando este princípio, uma investigação parte de um olhar para o fenômeno tal como uma dimensão que permeia a existência do homem, ou seja, como uma dimensão do modo-de-ser-no-mundo do homem. A Analítica do Sentido, proposta pela autora, tem como base o modo de ser e de conhecer o mundo do homem.

Nessa direção, a pesquisa fenomenológica, como a compreendo neste trabalho, só é possível como pesquisa existencial: só posso percorrê-la na facticidade, na realização do existir do homem, na realização do meu próprio existir. Isto significa dizer que a pergunta norteadora só pode ser feita a partir da experiência ela mesma.

Partindo deste ponto, norteado pela pergunta, começo a traçar meu caminho do modo como posso e do modo como a pergunta norteia, mas sem deixar de observar e de retomar o modo como posso e o nortear da pergunta: a cada passo, uma olhada na bússola para observar como anda o caminho. Devo considerar os acontecimentos diários, ou seja, meus encontros, como pesquisador, com meu modo de ser. O conhecer não acontece independentemente do conhecido: aquele que conhece se dá junto com aquilo que é conhecido. Só posso conhecer um ente pois este ente já se faz presente em seu ser, aberto a meu conhecer, permitindo-se ser conhecido. O conhecimento se dá, portanto, já de imediato em uma abertura de sentido. Conhecedor e conhecido dão-se ao mesmo tempo no apresentar-se da existência.

A imersão na pesquisa levou tempo, levou o meu tempo. O tempo do meu amadurecimento, ainda em curso, atendendo casais. O tempo do meu questionamento. O tempo do meu surpreender nas leituras. Neste tempo, o pesquisador tornou-se pesquisado e a pesquisa de busca passou a ser buscada. Desta maneira, traço o caminho nas possibilidades deste traçar, mas também nas minhas possibilidades de traço. Pesquiso nos limites que meu contato com a pesquisa me permite.

Como compreender e esclarecer esses limites e poder caminhar norteado por eles? Critelli (2006) aponta a possibilidade de realização de uma pesquisa fundamentada no modo de ser-no-mundo e de como conhecer aquilo que se busca pesquisar. Segundo a autora, o próprio interrogar o fenômeno constitui o ponto de partida de uma investigação fenomenológica, bem como constitui seu procedimento.

Investigação é vista e tratada aqui desde um ângulo menos reduzido, como todo querer saber, querer compreender que se lança interrogante em direção àquilo que o apela, que o afeta, que provoca sua atenção e interesse. (CRITELLI, 2006, p. 28).

Interrogar-se é perguntar ‘o que é’ e ‘como é’ algo. Estas duas questões são a base de toda investigação. Interrogar é a postura investigativa que não aplica sobre o fenômeno uma resposta já sabida sobre ele. Interrogar é perguntar ao fenômeno o que queremos saber dele mesmo. Em outro trecho, sobre o interrogar e o instrumental, a filósofa ressalta:

Investigação é por nós entendida como um querer saber que interroga. O que se quer saber paralelamente ao *modo da interrogação* é aquilo que decisivamente interessa à Analítica do Sentido e não o regramento do proceder, que é o que se põe em questão quando o enfoque da investigação recai sobre o instrumental. (CRITELLI, 2006, p 29, grifo do autor).

Os instrumentos e os métodos que buscam mensurar e decodificar são úteis para o estudo de fenômenos naturais e físicos. No entanto, tais instrumentos talvez não sejam adequados para compreender os fenômenos humanos, pois “a ciência natural só pode observar o homem enquanto algo simplesmente presente na natureza. Surge a questão: seria possível atingir desta forma o ser homem? Dentro deste projeto científico-natural só podemos vê-lo como ente natural” (Heidegger, 2009, p.57). O filósofo continua dizendo que “temos a pretensão de determinar o ser homem por meio de um método que

absolutamente não foi projetado em relação à sua essência peculiar” (HEIDEGGER, 2009, p.57). Assim, quando se pesquisa em ciências humanas utilizando um método projetado para as ciências naturais, perde-se de vista a peculiaridade da existência humana; em outras palavras, abre-se mão da verdade da existência⁶ em nome de uma verdade universal e “correta” das ciências naturais.

2. CQD – Como queríamos demonstrar: a contraposição entre *orthotes* e *aletheia*.

O ponto de chegada resultante de uma pesquisa científica já está, desde o começo, apontado e pretendido. Não se trata, no método científico natural, de um apontamento ou de uma pergunta norteadora. A pergunta norteadora nesta pesquisa fenomenológica existencial demanda outro método e aponta outro resultado. Seu resultado é verdadeiro, mas não é a verdade, visto que não tem a pretensão de ser mais uma teoria sobre o real.

A tarefa de se fazer um contraponto significativo ao pensamento “*técnico-científico-natural*” exige um grande desafio para o pensamento ontológico existencial, uma vez que deve ser um trabalho que não se postula com a força de uma nova teoria sobre o real e sim uma re-leitura do já visto, formulado em busca daquilo que não foi impensado em função das determinações recebidas por um modo de interpretar o *ser* de modo objetivado. (COLPO, 2002, P.113)⁷.

Assim, Colpo (2002) aponta para a pretensão das teorias sobre o real e a busca pelo controle dos entes, encontrado na marcha “em direção a esta autonomia e independência da filosofia” (p.114), observada nas ciências como

⁶ A contraposição entre verdade entendida como exatidão (*orthotes*) e desvelamento (*aletheia*) será apresentada na sequência.

⁷ *Grifo do autor.*

Psicologia, Sociologia, Antropologia, constituindo a dissolução da Filosofia, conforme previsto por Heidegger (1973). Estas “ciências humanas”, em sua busca pela independência da filosofia, necessitaram do estabelecimento de um objeto de estudo específico, do instrumental/método a ser utilizado para conhecer e validar os dados, do levantamento de dados e a revisão histórica dos procedimentos (HEIDEGGER, 1973), elaborando escopos teóricos que postulam verdades sobre o real. Há nestas teorias sobre o real a busca pela realidade como verdade, ou seja, a verdade sobre o real.

Para Heidegger (1967), a Alegoria da Caverna, de Platão, marca a mudança da concepção de verdade, antes entendida como *aletheia* (desvelado), passando a ser entendida como *orthotes* (exatidão). Esta ideia de verdade submete o conhecimento a um conhecimento exato, único e alcançável por todos. Este é o sentido concebido a partir desta alegoria, onde há uma verdade única e conhecida do lado de fora, e um homem capaz de guiar os outros para a luz, para esta verdade. A mudança da concepção de verdade permite o surgimento de duas palavras latinas ligadas ao conhecimento acadêmico: aluno e educar, que retratam esta concepção de verdade única e real, presente nos paradigmas explicativos.

A palavra aluno vem do latim *a-lumnus*. O *a* é a partícula que expressa a falta de algo à palavra na qual está inscrito. *Lumnus* significa luz, iluminação. Deste modo, o aluno é aquele a quem falta a luz, o desprovido da verdade. Ao mesmo tempo, temos a palavra educar, do latim *ex-ducere*. *Ducere* significa conduzir, levar para. *Ex* é adjunto de lugar e designa o onde do qual se afasta, o movimento para fora de. Educar (*ex-ducere*) significa conduzir alguém para fora, para fora do lugar onde se encontrava. O emprego do termo remete à

condução de alguém para fora de si, apresentando-lhe o mundo. Educar o aluno é conduzir este *sem luz* para fora da caverna, possibilitando-o entrar em contato com a verdade única e real do lado de fora.

Contrapondo-se a esta concepção, Heidegger (2012) passa a realizar a desconstrução desta percepção do real e do absoluto, da verdade objetiva alcançada por um sujeito capaz de teorizar a respeito do real para alcançar a luz. O filósofo volta o problema do conhecimento para a “*práxis*”, com a formulação da estrutura de ser-no-mundo.

Ao possibilitar o retorno do problema do conhecimento para a *práxis*, o filósofo retira do eixo da pesquisa qualquer metateoria que justifique a teoria, ou seja, a Ontologia Fundamental de Heidegger inaugura uma racionalidade prática, onde a teoria é prática em seu início, a teoria é sempre uma prática de ser-no-mundo (STEIN, 1988). Vale lembrar, como pontua Heidegger (2009), que não se faz, com isso, uma rejeição da ciência como um todo, em nenhuma hipótese. O que se rejeita, no entanto, é sua pretensão a ser a resposta única e verdadeira, a tornar-se parâmetro absoluto. Apenas essa pretensão é rejeitada. Assim, “em face dessa pretensão inaceitável, parece-me necessário, como indicação de nosso método totalmente diferente, o nome ‘*envolver-se especialmente em nossa relação com o que encontro*’, em que já nos encontramos sempre” (HEIDEGGER, 2009, p.148).

Nesse sentido, esta pesquisa fenomenológica existencial volta o conhecimento justamente para a prática, ou seja, para a experiência vivida. Conhecer, nesta perspectiva, passa a ser compreender: rejeitar as explicações técnico-científicas como entendimentos absolutos do real, o que permite um *estar-presente* na prática de ser-no-mundo. Compreender é a possibilidade de

estar diante do fenômeno, interpelar e deixar-se interpelar pelo fenômeno, em um envolver-se especial.

O envolver-se é um caminho inteiramente diferente, um método muito diferente do método científico, se soubermos usar a palavra método em seu sentido original, verdadeiro μετά-ὁδός, o “caminho para”... A esse respeito os senhores precisam afastar-se do conceito comumente dado de método enquanto uma simples técnica de pesquisa. (HEIDEGGER, 2009, p.148).

3. Como percorro o caminho para compreensão?

Como é um atendimento fenomenológico existencial de casal?

Essa é a pergunta que norteia a pesquisa. Norteado, tenho um caminho apontado, que começa em um ponto de partida. Meu horizonte de partida foi revelado. A pergunta me aponta um norte, mas há, no entanto, diversos modos de seguir rumo a este norte. Posso seguir de modo a *ultra-passar* o caminho, visando exclusivamente o norte apontado. Apesar de poder *ultra-passá-lo*, posso também *per-passá-lo*. Ao escolher este modo, preciso estar atento ao meu caminhar, revendo a rota escolhida a cada passo. Somente quando estou atento ao meu caminhar, a como o caminho se me apresenta, é que poderei perceber se é este o percurso mais apropriado a se traçar rumo ao que norteia; porém, é somente assim que poderei formular as perguntas que o fenômeno exige que a ele se pergunte para ser conhecido, pois o fenômeno a ser conhecido não está lá no norte, como uma resposta pronta a ser alcançada, e sim durante o caminho. A pesquisa, assim, revela-se como a busca tateante por conhecer o fenômeno.

Parto de meu horizonte, carregado de minha bagagem. A isto devo ficar atento, pois há sempre a possibilidade de me perder por entre veredas já abertas e passagens aparentemente mais fáceis. A bagagem que carrego é importante, mas não pode ser determinante no meu caminhar, e precisa ser explicitada, para

que *pré-conceitos* e afirmações explicativas não me sirvam de solução, encerrando a caminhada e me afastando do que busco conhecer. Que bagagem é essa que carrego neste caminho para conhecer um atendimento fenomenológico existencial de casal? Ao iniciar a pesquisa e escritura desta tese, eu já atendia casais. Já havia lido alguns livros sobre a prática. Já havia conhecido o pensamento de autores desta prática. Já havia pensado a respeito de situações pelas quais passei em atendimentos. Já havia discutido com colegas a respeito destes atendimentos. Em síntese, muito desta prática já estava sedimentado, dado como sabido em certa “obviedade naturalizada”. Estar atento a isto, no entanto, não é proposta de completa rejeição. Ao contrário, a bagagem que carrego diz algo sobre o fenômeno que busco conhecer, a saber, o atendimento fenomenológico existencial de casal, fazendo-se necessário o discorrer sobre minha trajetória nesta pesquisa, (re)conhecendo minha bagagem. Incluí-la é importante, porém sempre de modo questionante. Qual o sentido de me deixar nortear por esta pergunta e não por outra? Como é esse atendimento ao qual me refiro como fenomenológico existencial? O que já entendo e o que não entendo por casal? Quem atende casais, atende como?

Não é possível evitar concepções na pesquisa, ou seja, sempre parto de algum lugar. Mas iluminá-las e questioná-las é cuidar para que elas não balizem o caminho. Sem questionar a bagagem que levo, corro o risco de estar fazendo um suave passeio de balão por sobre o terreno rumo ao norte. Acreditar, no entanto, que é possível me desfazer de toda a bagagem é ignorar que sou um entre outros, que habito o mundo dos homens, e possuo botas, roupas, mochila, e demais equipamentos, sem os quais talvez sucumbiria ao terreno. Pesquisar em um modo fenomenológico existencial é estar aberto à incerteza,

deparando-me com nossos limites (meus e da pesquisa), o que significa apropriar-me de nossas (im)potências, mas sem jamais esquecer que a própria pergunta que norteia parte de uma concepção anteriormente localizada no habitar o mundo dos homens.

Somente *aí* posso pesquisar. Somente *aí* posso perguntar. Critelli (2006) lembra que o interrogar deve ter independência dos instrumentos e ser orientado pelo ser-no-mundo do homem. No entanto, tal interrogar não é um procedimento fortuito, que ocorre à mercê do investigador ou da presença do fenômeno. “Há uma necessidade incessante, e durante todo o tempo que durar uma investigação, que se tenha clareza do modo de interrogação” (CRITELLI, 2006, p.29). Tal é a compreensão sobre percorrer o caminho: atento ao modo como percorro o caminho, atento à minha bagagem, atento a mim mesmo percorrendo o caminho, e atento ao caminho que se dá a ver.

Ao realizar esta pesquisa fenomenológica existencial, preciso interrogar a partir do meu horizonte de ser-no-mundo, permitindo que o desvelamento de sentidos da compreensão da minha pesquisa possa partir do próprio modo como realizo minha existência, que se abre na interpelação com o fenômeno pesquisado. Com isso, traço o caminho da pesquisa na facticidade da minha existência. A pesquisa pergunta pelo modo de ser do próprio perguntador, pergunta pelo meu modo de ser, quando me encontro com o fenômeno perguntado: Como é meu atendimento de casal?

Esta explicitação da pesquisa fenomenológica existencial como a disponibilidade de caminhar interrogando constantemente o fenômeno pesquisado e interrogando o caminho escolhido para acessá-lo é um modo possível de se conhecer e pesquisar. Este modo pede que eu, como

pesquisador, esteja sempre atento ao desdobramento de meu pesquisar, recorrendo ao meu existir como *instrumento* de análise.

Um trabalho de pesquisa, dessa maneira compreendido, é necessariamente autoral. Ele é tecido a partir da experiência do pesquisador, cujo cenário é a condição de ser-no-mundo-com-outros. Todo o trabalho de pesquisa, desde o polimento da questão, definição de objetivos, passando pela pesquisa bibliográfica, elaboração da metodologia, trabalho de campo, análise, até a escrita final do que vai sendo desvelado, é uma experiência propriamente dita. Dito de outro modo, essa é uma maneira fenomenológica possível de compreender e realizar pesquisa. (CABRAL e MORATO 2003, p.158).

4. Contemplando, para poder caminhar

Como é meu atendimento de casal? Em muitos momentos de uma jornada norteada, há a necessidade de parar e se contemplar a paisagem, o caminho por vir. Contemplar é permitir ser tocado por aquilo que está ali⁸. Não apenas olho. Sinto cheiro, tato. Formas, sons e sabores podem aparecer para mim. Contemplando permito-me desconstruir e *des-figurar* aquilo que acho já entender sobre o fenômeno, ao mesmo tempo em que me abro para outras possibilidades de compreensão. Contemplando abrem-se dúvidas e questionamentos.

Contemplando, a pesquisa fenomenológica existencial permite que as questões apareçam, sempre interrogadas a partir do modo de ser-no-mundo,

⁸ Contemplar, do latim *contemplatio*, tem um sentido de “ato de olhar para”, referindo-se à marcação de um lugar para se observar (*templum*, se refere a divisão de algo, a demarcação e separação, enquanto *com*, do latim clássico *cum*, que pode significar tanto “junto” quanto ser um prefixo de intensificação). No entanto, segundo Heidegger (2006a), *contemplatio* é uma tradução errônea latina da palavra grega *Teoría*. Nesta perspectiva, *Teoria*, *Tea*, que remete ao divino, ao sagrado (como em teologia), e *Ora* que remete ao respeito e honra que temos, se torna “a consideração respeitosa da re-velação do vigente em sua vigência”. (Heidegger, 2006a, p.46). Deste modo, uso contemplação em um sentido mais próximo do étimo grego que lhe deu origem, do que ao seu sentido etimológico latino. Contemplação é permitir que o que se mostre, se mostre em seu mostrar-se para mim.

permitindo que o meu atendimento de casal perca sua cara conhecida. Então, o que encontro ao contemplar a pergunta que me norteia?

É claro que, na pergunta, viso a compreensão de um todo, uma possibilidade: o atendimento fenomenológico existencial de casal. Não é, portanto, reduzível a meras partes que compõe o todo. Isso não exclui que tal unidade seja constituída por elas. Posso, assim, analisar as partes que se apresentam para tentar dar a ver o sentido que a pergunta aponta. Em outras palavras, o sentido apontado pela pergunta deixa que se deem a ver três pontos de apoio da pesquisa:

- 1- O campo histórico temático a ser esclarecido no qual a pergunta pode ser feita: o atendimento de casal.
- 2- O horizonte no qual se ilumina o “como” da pesquisa: o atendimento fenomenológico existencial.
- 3- Sobre “quem” se refere o horizonte da pesquisa, ou seja, a quem se destina este atendimento fenomenológico existencial: o casal.

Considerando estes três pontos que me são revelados no contemplar, poderei realizar este caminho em busca da compreensão trazida pela pergunta norteadora, que parte de um horizonte fenomenológico existencial, e que percorre um caminho tateante e questionante. Preciso, para tanto, começar o caminho dando a ver o horizonte histórico temático no qual a pesquisa pode ser realizada: o atendimento de casal. Somente então consigo me aproximar do “como” da pesquisa, onde retorno à minha experiência, possibilitando um reconhecimento de minha bagagem que me permitirá, na sequência,

compreender o fenômeno casal, para quem se dedica este atendimento e por fim dar a ver como pode ser um atendimento fenomenológico existencial de casal.

III - O horizonte histórico no qual se possibilita o trabalho

Como é um atendimento fenomenológico existencial de casal? Sendo essa a pergunta norteadora da pesquisa, ela só pode ser feita, pois já parte de uma compreensão, de um campo temático, historicamente dado. Em outras palavras, a pergunta só pode ser feita na medida em que já se compreende a existência da possibilidade de atendimentos específicos voltados para este fenômeno: o casal. Cabe, portanto, nesta pesquisa, um retorno a esta história, para tentar compreender a herança que me foi dada, a herança que me permite pensar em um atendimento fenomenológico de casal como uma possibilidade da ação do psicólogo.

Em uma detalhada e extensa revisão histórica sobre o campo da ação psicológica com casal, Gurman e Fraenkel⁹ (2002) apontam para a existência de quatro fases neste campo de estudos e prática. Ressaltam, porém, que essas fases não possuem início e fim definidos em determinados anos, além de sobrepor-se, sendo apenas marcações referentes a “distinções conceituais de períodos temporais do desenvolvimento do campo [de estudo]” (p.203).

A origem do campo, embora pouco semelhante às práticas que hoje se pode observar na psicologia, ocorre no que os autores demarcam como sua primeira fase, nomeada de Aconselhamento Matrimonial Ateórico (Atheoretical Marriage Counseling). Seu início é localizado em torno de 1930, com a fundação

⁹ O referido artigo, The History of Couple Therapy: A Millennial Review (2002), foi usado em seu original, por não haver tradução para o português. As traduções das citações no corpo do texto foram feitas por mim.

de institutos clínicos voltados para o aconselhamento matrimonial entre 1929 e 1932, e os profissionais, os “conselheiros”, exerciam a atividade paralelamente a suas profissões, variando de obstetras, clérigos, assistentes sociais, entre outros. (GURMAN e FRAENKEL, 2002). Além disso, é importante pontuar que a procura pelo aconselhamento partia basicamente de casais recém-casados ou quase-casados que buscavam por orientação quanto a assuntos da vida cotidiana, recebendo como resultado do aconselhamento instruções de como fazer o casamento funcionar melhor, além de serem educados quanto a funções sociais e valores familiares.

Conselheiros matrimoniais permaneciam perto dos problemas apresentados pelo casal, providenciando conselhos e informações, (...) e ajudavam os casais a resolver problemas práticos relativamente pouco complicados da vida do dia-a-dia. A abordagem de um conselheiro matrimonial era tipicamente muito focada, de curto prazo, e bem didática. (GURMAN e FRAENKEL, 2002, p.205).

Portanto, é possível compreender que o surgimento deste campo de estudo visava, como principal objetivo, a manutenção da estrutura do casamento, sendo muito mais uma oferta educativa do que reflexiva do casal. Um interessante dado, que pode corroborar com esta compreensão, diz respeito ao modo como estes atendimentos eram realizados, pois poucos eram os “conselheiros” que, ainda assim, em raros momentos realizavam atendimentos conjuntos.

Em 1963, trinta anos percorridos na história da profissão, Michaelson estimou a partir dos registros de caso das três maiores clínicas de atendimento a casais e famílias nos EUA que, nos anos 40, apenas 5% dos casos de aconselhamento matrimonial foram feitos em conjunto, aumentando para 9% durante os anos 50 e para um pico de 15% nos anos 60. (GURMAN e FRAENKEL, 2002, p.206).

Tal referência evidencia o objetivo educacional e didático, não havendo necessidade de o casal estar junto na sessão para uma reflexão sobre si mesmo. O aconselhamento matrimonial termina, segundo os referidos autores, no começo da década de 60, absorvido pela terapia familiar.

A segunda fase descrita pelos autores teria ocorrido concomitantemente com a primeira, tendo sua origem no começo dos anos 1930, durando até o fim da década de sessenta, e reemergindo a partir do final da década de 1980. Esta seria a fase de experimentação psicanalítica. Na psicanálise, ao contrário do aconselhamento matrimonial, o atendimento deixa de estar focado no presente e nas experiências dos pacientes atendidos para focar no “passado e inconsciente, agora explicitamente entrando no processo de aconselhamento conjunto, embora com um foco ainda mantido na relação atual” (GURMAN e FRAENKEL, 2002, p. 206).

Começa a aparecer neste período a discussão e posterior transição das consultas individuais para consultas conjuntas. Isso levanta um debate relativo ao modo de ação do terapeuta, visto que, “enquanto os membros do casal (*marital partners*) permaneciam ou exclusivamente ou predominantemente em terapias formatadas individualmente, o terapeuta permanecia como o agente central através do qual as mudanças deveriam forçosamente ocorrer” (GURMAN e FRAENKEL, 2002, p208).

Outra questão enfrentada pelos psicanalistas referia-se às práticas centrais da psicanálise, como a associação livre, a análise de sonhos, e o foco na transferência paciente-analista, todas deixadas de lado no processo psicanalítico de casal com atendimento conjunto (GURMAN e FRAENKEL, 2002). Havia, no entanto, uma ênfase na busca da verdade, como uma

acareação, com o analista se mantendo na posição de agente central provocador de mudanças, aquele que pode fazer a tradução do que é falado na sessão (Lewis e Gossett, 2000). “Eles ainda não reconheciam o potencial curativo de dentro da própria relação do casal” (GURMAN e FRAENKEL, 2002, p. 208).

Esta ênfase no terapeuta como provocador de mudanças só começou a mudar no fim da segunda fase, com Sager, que denuncia como errônea “a tentativa do marido ou da esposa de falar com o analista em vez de um com o outro. O terapeuta que está alerta evita um papel onipotente para permitir aos pacientes trabalhar em direção a encontrar suas próprias soluções criativas...”. (SAGER, 1967, p. 144). Esta questão, no entanto, permaneceria um problema teórico para a psicanálise, que acaba por ficar praticamente invisível em publicações e propostas, dando espaço para a terapia familiar.

A terceira fase, marcada pela chegada da terapia familiar, mais especificamente orientada pela teoria sistêmica, teve início no final da década de sessenta, tendo duração até meados da década de oitenta. Esta fase foi marcada pela decadência e marginalização dos atendimentos de casal. Para Fraenkel (1997),

A abordagem sistêmica desenvolveu-se em grande parte como uma reação contra as perceptíveis limitações das terapias que atribuíam disfuncionalidade psicológica e social a problemas exclusivos do indivíduo, sendo percebidos como de natureza biológica, psicodinâmica ou comportamental. (FRAENKEL, 1997, p. 380).

Gurman e Fraenkel (2002) apontam para diversos historiadores que relatam que os campos “terapia de casal” e “terapia familiar” tiveram seu desenvolvimento “paralelo, mas não relacionado”, o que culmina em uma absorção do primeiro pelo segundo. Um dos principais motivos para isso seria o

fato de que a terapia de casal, com sua origem no aconselhamento matrimonial, teria buscado nas teorias de atendimentos individuais uma tentativa de fundamentação. O que teria, segundo os autores, enfraquecido o campo da terapia de casal. Por seu lado, a terapia familiar desenvolveu seu próprio escopo teórico, terapia familiar sistêmica.

No final da década de oitenta, tendo início a quarta fase, o campo da terapia de casal ressurgiu a partir de um horizonte teórico e empírico mais sólido, tendo desde então surgido institutos e centros de formação ligados a correntes tradicionais da psicologia (GURMAN e FRAENKEL, 2002). Féres-Carneiro e Diniz-Neto (2008) argumentam que diversas abordagens teóricas “demonstraram a eficácia de seus modelos durante a década de 1970 e 1980” (p.174). Isto teria propiciado que muitos autores “de modo mais confiante, procuraram expandir suas propostas para outras situações, para além da terapia individual, gerando novos modelos de tratamento” (p.174).

Estes novos modelos trouxeram mudanças em preceitos originais do aconselhamento matrimonial que ainda permaneciam presentes quanto ao modo de compreender casal. Tais modelos de terapia de casal acabaram influenciados por mudanças socioculturais a partir dos anos noventa e início dos anos dois mil, principalmente por movimentos como pós-modernismo, multiculturalismo e feminismo (GURMAN e FRAENKEL, 2002). Tais movimentos acentuam a importância da consideração de aspectos étnicos, de sexualidade, de gênero, socioeconômicos e posicionamentos políticos, entre outros, como relevantes na compreensão do casal atendido. Conectados com tais mudanças, estes novos modelos de atendimento de casal apresentam uma compreensão mais aberta e diversificada de casal.

Assim, considerando as “fases” históricas do atendimento de casal, observa-se que inicialmente o atendimento (aconselhamento) era voltado para o casal casado (aconselhamento matrimonial) pressupondo o contexto histórico (década de trinta) de que casal seria apenas casado, em matrimônio; já na terceira fase o atendimento de casal é dissolvido na terapia familiar, considerando casal como membro de uma família, estabelecendo e utilizando um conceito específico de família. Nesta quarta fase, no entanto, influenciado pelos movimentos acima citados, o campo da terapia de casal torna-se novamente independente da família, além de considerar uma concepção mais ampla de casal: casal não é apenas aquele que é casado ou prestes a casar, mas aquele que está junto em um determinado momento, permeado por questionamentos sociais.

O novo modo de compreensão de casal, agora atravessado por questões de gênero, etnia, classe social e sexualidade, influenciou as diversas propostas de terapia de casal surgidas desde então (GURMAN e FRAENKEL, 2002), incluindo tentativas integrativas e articuladoras entre diversas abordagens da psicologia. Wetchler (2002) destaca entre estas tentativas a Behaviour Marital Therapy (Terapia Marital Comportamental) e Emotionally Focused Therapy (Terapia Emocionalmente Focada) como duas abordagens com grande número de pesquisas e demonstrações de efetividade.

Féres-Carneiro e Diniz-Neto (2008) pontuam que há hoje no campo da terapia de casal um diálogo e uma articulação entre diferentes abordagens clínicas, como: tentativas de propor um atendimento que foque o comportamento, a psicodinâmica e a biologia dos relacionamentos; ou a proposta de que o terapeuta deve escolher a intervenção baseada em uma

abordagem a depender do momento do atendimento. Destacam-se entre essas propostas, a IRT (Imago Relationship Therapy), a BCT (Behavioural Couples Therapy) e a EFT (Emotionaly Focused Couples Therapy). Para os autores, as tentativas de integração “devem ser entendidas como importantes contribuições para a superação de velhas rixas metodológicas e um passo na direção de questões paradigmáticas fundamentais do campo da psicoterapia” (FÉRES-CARNEIRO e DINIZ-NETO, 2008, p.180). Consideram, assim, que as diferenças entre as diversas abordagens da psicologia tratam-se apenas de rixas metodológicas e consideram que é possível encontrar questões paradigmáticas fundamentais concernentes a todas as abordagens.

Mas, será que as diferenças entre as abordagens se resumem a meras rixas metodológicas? E, mais ainda, será que existem paradigmas fundamentais comuns a todas elas? Retomo Figueiredo (1993) que, sobre a multiplicidade da psicologia diz que:

Não há entre as diversas correntes consenso acerca de questões básicas; suas compreensões prévias, seus pressupostos do que sejam os objetos da psicologia, do que seja o 'psicológico' e de como produzir sobre ele um conhecimento válido são muito diversos. (FIGUEIREDO, 1993, p.90).

Em outras palavras, posso considerar que talvez o casal que eu atenda – ou seja, como vejo aquele a quem se dirige o atendimento e qual o objetivo do atendimento – é completamente diferente do casal atendido por um colega analista do comportamento.

No entanto, Féres-Carneiro e Diniz-Neto (2008) consideram que a opção por esta ou aquela abordagem teórica trata-se de uma escolha limitada e reducionista e lembram que Féres-Carneiro (1996) propõe “a articulação dos

enfoques sistêmicos e psicanalíticos, no atendimento a família e casais, a partir de uma tríplice chave de leitura que contempla o intrapsíquico, o interacional, o social” (FÉRES-CARNEIRO e DINIZ-NETO, 2008, p.180). A essa percepção soma-se Waldemar (2008) que afirma que “hoje se busca proporcionar ao profissional da área uma formação ampla e flexível, possibilitando-lhe escolher, dentro das suas preferências e de seu estilo, qual a abordagem mais efetiva, para que tipo de paciente e em que etapa da vida” (p. 253).

Contrapondo estas ideias, cito Sá (2002) que diz:

No caso da clínica psicoterápica, em que a dispersão teórica atingiu tamanho grau que qualquer opção unilateral parece meramente arbitrária, a fenomenologia hermenêutica pode trazer sua contribuição para que as tentativas interdisciplinares não descambem para o ecletismo indiferenciado. (SÁ, 2002, p.359).

Com isso, reitero que conceitos generalizantes, postulações sistemáticas teoréticas da verdade, não estão em si equivocados, gerando descarte imediato. Ao contrário, são modos possíveis de realização e compreensão da existência, ainda que de modo muitas vezes distanciado, a ponto de esquecerem da existência frente à qual se encontram, seja por sua hermética e sistemática compreensão, seja por seu sincretismo indiferenciado.

Cada homem já é sempre “no-mundo-com-o-outro” e o modo mais próprio de ser “si-mesmo” não exclui, mas implica obrigatoriamente algum modo específico de “ser-com”. O problema da compreensão do outro não se reduz, portanto, a uma questão de metodologias e técnicas, ao contrário, essas somente são possíveis enquanto desdobramento temático da pré-compreensão do outro em que já sempre se encontra o terapeuta segundo seu modo de “ser-no-mundo-com-o-outro”. Tal concepção é essencial para a psicoterapia, pois desloca a questão da verdade na clínica de um âmbito epistemológico, das teorias e das técnicas, para aquele da existência, em que está sempre em jogo o próprio ser do homem, propiciando ao cuidado terapêutico uma possibilidade de fundamentação ontológica que não provém nem da teorização científica abstrata, nem de uma

concepção humanista, subjetivista e sentimental (LESSA e SÁ, 2006, p.397).

Para não ser confundido com um ecletismo indiferenciado, que parece tentar alcançar uma verdade, uma teoria e técnica “eficaz” no atendimento de casais, volto-me a minha prática para poder (re)conhece-la como fenomenológica existencial. Desse modo, pude me encontrar com alguns autores do campo do atendimento de casal e dialogar com suas proposições teóricas e técnicas. Foi nestas proposições que pude buscar um questionamento sobre como poderia ser esta prática, o atendimento de casal, em um horizonte fenomenológico existencial. Antes disso, porém, precisei resgatar o ponto do qual eu partia e as bagagens que eu carregava: meu modo de atendimento fenomenológico existencial.

IV - Atendimento Fenomenológico Existencial

Como é um atendimento fenomenológico existencial de casal? No apontamento para o “como”, a pergunta me situa. Já posso compreender em que horizonte é possível que se faça um atendimento de casal, mas de que modo? A fenomenologia existencial esteve presente desde o início de minha jornada profissional como psicólogo. Sua escolha como fundamento para esta pesquisa não foi uma “escolha”. Neste sentido, se faz imprescindível retomar o que entendo por fenomenologia existencial, não para me situar em uma corrente de pensamento, mas para desvelar o modo de ser que me possibilita “chegar até aqui”.

Do mesmo modo, a escolha da palavra “atendimento” não foi fortuita. Ela aparece como uma bússola dentro da bússola. A pergunta norteadora norteia meu caminhar da pesquisa. A palavra “atendimento” norteia meu caminhar profissional. Sem dizer, mostra de onde eu vim e para onde eu caminho. Vim de uma prática profissional clínica, onde sempre me nomeei psicoterapeuta. Em minha jornada pelo LEFE, caminhei e caminho para uma recolocação da palavra “clínica” e sua percepção como sendo a própria ação do psicólogo, em vez de sinônimo de psicoterapia. Tentarei aqui explicitar esta jornada, para, na sequência, entender como é este atendimento fenomenológico existencial.

1. Atendimento...

Meu primeiro contato com a fenomenologia existencial ocorreu logo no meu primeiro ano de formação de psicólogo, na PUC-SP, no primeiro semestre. Na bibliografia do curso, minha leitura inicial: “O Paciente Psiquiátrico” (VAN

DEN BERG, 1994). A primeira linha do primeiro capítulo deste livro diz “aparece o paciente no consultório do psiquiatra” (p.11). Esta frase mostra-se reveladora do modo como acabo por experienciar a minha prática psicológica nos anos vindouros. O paciente entra no consultório. No consultório, ou como chamava irrefletidamente, na clínica, se faz psicoterapia. O consultório era o local possível, o único local possível, de se fazer psicoterapia. Assim foi o modo como fui tocado por esta prática e o modo como comecei a pensar a minha prática. Mas, naquele momento, mesmo que eu ainda não soubesse, começava minha jornada de constante transformação como um psicólogo fenomenólogo existencial

“Psicoterapia”, “consultório”, “clínica” e “ser-fenomenólogo-existencial” foram palavras que por muitos anos fizeram parte de meu vocabulário, constantemente sinonimizadas. Foi assim que recebi a tradição. Tal tradição passa a ser devidamente questionada, no momento em que me aproximo do LEFE, Laboratório de Estudos em Fenomenologia Existencial e Prática em Psicologia, na USP. É no LEFE que descubro o Plantão Psicológico e uma possibilidade outra de “atuação clínica”¹⁰. Sobre isso, lembra Morato (2015) que “a escuta do ser clínico peculiar ao Plantão quer dizer inclinar-se, sendo-lhe própria a ação de inclinar-se ou debruçar-se em direção ao que lhe vem ao encontro como *pathós*/sofrimento” (p.189).

A palavra clínica começa a adquirir um significado outro. Clinicar “refere-se a *klinein*, do grego, indicando o inclinar-se ou reclinar-se próprio da prática daquele que cuidava de quem estava ao leito (*kline*), dando voz a um sofrer. Relaciona-se, assim, a um modo de atenção cuidadosa” (MORATO, 2015, p.69). Na medida que compreendo “clínica” como inclinar-se no cuidado com o outro,

¹⁰ Atuação clínica seria mais outra palavra-sinônimo das iniciadas neste parágrafo.

compreendo também que ser fenomenólogo existencial é um modo possível de ser nesta inclinação cuidadosa, não um sinônimo de psicoterapia. Quando a palavra clínica se me adquire novos sentidos em meus estudos no LEFE, também sou levado a recolocar a mim o sentido de psicoterapia. Afinal, o impacto da reflexão quanto ao sentido dessas palavras usadas como sinônimo não poderia provocar uma crítica simplista do uso da palavra ou da prática psicoterapêutica em si. O impacto desta reflexão pode, pelo contrário, me provocar a retomada de uma compreensão fenomenológica existencial do termo.

Pompéia (2004) descreve psicoterapia¹¹ como “a procura, via *poiesis*, pela verdade que liberta para a dedicação ao sentido” (p.169). Nessa descrição, o autor esclarece cada um dos termos usados, mostrando que *pro-cura* pode ser compreendido em seu sentido etimológico latino, “para cuidar”; *poiesis*, como a linguagem própria da terapia, que traz à luz, *des-oculta* algo, sem a necessidade que se entenda racionalmente, mas permitindo que algo seja compreendido. Assim, *verdade* perde seu sentido latino de *veritas*, para retomar o grego *aletheia* que, segundo o autor, é o “não esquecido”, o que pode ser recordado; *liberdade para a dedicação ao sentido* aponta para a possibilidade de *des-envolvimento* com os sonhos, com o que sustenta seu existir; aponta para a possibilidade de deixar um modo de ser no qual nos encontramos para habitar outro.

Essa descrição de Pompéia me ajuda a situar a compreensão do termo “psicoterapia” em um fazer que cuida, inclinando-me ao sofrimento do outro, tal como se refere Morato (2015) sobre a clínica, aproximando clínica e psicoterapia,

¹¹ Neste texto, Pompeia (2004) faz uso do termo “psicoterapia” em seu título e páginas iniciais, substituindo-o por “terapia”, termo que usa no decorrer do texto. A troca dos termos não é explicada, e o autor parece usar ambos como sinônimos.

mais uma vez. Então, por que não assumir a palavra psicoterapia? Por que o uso de atendimento?

Preocupo-me com as confusões que a palavra psicoterapia pode suscitar. Uma destas confusões é relativa à sua etimologia. Sá (2002) escreve que psicoterapia tem sua origem no grego *psyché* e *therapéia*. *Psyché*, entendido como alma, em seu sentido originário seria o “sopro da vida”, enquanto *therapéia* quer dizer “cuidado”, “zelo”. Para o autor, então, “psicoterapia significa etimologicamente ‘cuidado pela vida’ (...) o estar-com que *co-responde* ao outro enquanto abertura às suas mais diversas e próprias possibilidades de ser” (p.361/362). Tal retomada etimológica possibilita entender o sentido da palavra, porém no cotidiano, seu uso encobre sua origem, como salienta Boss¹² (1994):

A velha noção grega de que a ‘psyche’ é capaz de uma existência independente morreu gradualmente e a mente acabou por ser entendida como inseparável de um sistema orgânico funcional. Consequentemente, pode-se hoje pegar um dicionário comum e achar ‘psyche’ definida como ‘a mente’, especialmente considerada como um sistema orgânico a serviço do ajustamento do organismo total ao ambiente. (BOSS, 1994, p. 23).

Em outras palavras, *psyché* torna-se um prefixo historicamente adotado pelos sistemas teóricos das psicologias que dividem cartesianamente a existência humana entre mente e corpo, sendo a mente (*psyché*) o objeto de estudo de tais sistemas. Fazer psicoterapia pode ser, então, facilmente associado com o tipo de prática técnica voltada para o estudo e controle da “mente”.

¹² Nesta pesquisa, lançarei mão de duas obras do Psiquiatra Merdard Boss, *Psychoanalysis and Daseinsanalysis* (1963) e *Existential Foundation of Medicine and Psychology* (1994), em suas versões no inglês por não possuírem tradução para o português. Assim, as citações foram traduzidas por mim para compor o corpo do trabalho.

Outra confusão preocupante tem origem histórica, no contexto onde a prática psicoterapêutica surge, a saber, como desdobramento laboratorial. Embora, de certo modo, oposta à psicologia empírica, mantém, porém, os ideais positivistas de controle e determinismo, como mostram Mattar e Sá (2008) afirmando que:

Todo o ideal cientificista da modernidade se faz presente no projeto da psicoterapia como psicologia aplicada com fins pragmáticos. O psicólogo, nesta ótica, é procurado como aquele que vai analisar e solucionar problemas, especialista em adaptar comportamentos com vistas ao sucesso nas diversas áreas da vida (p.193).

Uma última preocupação em relação ao uso do termo psicoterapia reflete sua compreensão cotidiana mais imediata, pois ainda que eu tenha recolocado o termo a partir das descrições de Pompeia (2004) e de Sá (2002), como um cuidado inclinado e dedicado ao outro em suas possibilidades, a palavra ainda permanece fortemente atrelada ao seu uso em contexto “consultorial”. Em seu entender imediato cotidiano, psicoterapia é aquilo que se faz dentro do consultório, uma prática específica entre tantas outras possíveis na realização profissional do psicólogo, deixando pouco espaço para sua compreensão em diversos outros âmbitos de atuação do psicólogo.

Deste modo acabei por deixar de lado o uso de psicoterapia¹³ neste trabalho. Aqui, outro termo se mostrou, em sua simplicidade, mais adequado para minha proposição: “Atendimento”.

¹³ Sem, contudo, rejeitá-lo. Ao longo do trabalho empregarei outros dois termos: terapia e “processo terapêutico” como sinônimos de atendimento, no intuito de oferecer fluência ao texto. O emprego de terapia está fundamentado em seu sentido originário, como *therapéia* (cuidado). O termo “processo terapêutico” será empregado em momentos em que precisarei diferenciar atendimento como um encontro único de atendimento como uma série de encontros, ou seja, um “processo” de cuidado (*therapéia*) terapêutico.

Atendimento funciona como uma bússola mais calibrada do meu caminhar. Atender vem do latim *attendere*, que se traduz por “dar atenção a”.

Por sua vez, atentar é verbo transitivo, do latim *attendere*, referindo-se a *dirigir-se a*, de *ad-* + *tendere*: dirigir atenção a; dar destaque a; escutar a; cuidar de, olhar por; esperar por; aguardar por; ir ou estar como um companheiro, cuidador ou servente; visitar profissionalmente como um médico; acompanhar para fazer serviço. Diz respeito a dirigir energia; prestar atenção, perceber, compreender, dirigir o olhar para, escutar a; estar presente ou perto, à mão para algo necessário; estar disponível e pronto para servir; esperar, ficar, demorar-se para; dirigir cuidado a; ver para. Deriva-se, assim, acompanhar, do italiano *scorgere*, significando, literalmente, ato de acompanhar, perceber, guiar, estar à disposição; seguir; estar presente com; estar presente a. É por essa compreensão que atenção, do latim, *attentio*, *attentus*, refere-se a ato ou estado de atender, ou seja, direção da consciência a um objeto de sentido ou pensamento, aproximando-se de consideração: dirigir-se a uma ação com cuidado observador; ato de civilidade ou cortesia, ou cuidado para conforto ou bem estar de outros. Considerando-se a atenção envolvida na consideração, atentividade refere-se a interesse e preocupação para cuidar; uma condição especificamente de receptividade perceptual ou conscientização seletiva. (MORATO, 2015, p.68/69).

Atender faz, portanto, referência direta ao gesto de dar atenção, de estar atento; aproxima “atendimento” do movimento de *clinar*, de inclinar-se prestando (dando) atenção. Esta atenção prestada no inclinar-se ao outro, descreve o meu movimento de encontro, descreve meu modo de ser psicólogo, sendo fenomenólogo existencial, independentemente do contexto em que eu atue.

Figueiredo (1993), se referindo ao modo de ser psicólogo, o descreve como “profissional do encontro”. Justifica que: “caracterizar o psicólogo, em qualquer contexto em que trabalhe, como 'profissional do encontro' estou apenas assinalando o fato de que o lidar com o outro (indivíduo, grupo ou instituição) na sua alteridade faz parte da nossa atividade cotidiana” (p.93).

Deste modo, acredito ter esclarecido minha opção pelo uso de “atendimento” no lugar de outra designação. Ela aponta para o desvelar do meu movimento profissional: seja pelas reflexões fenomenológicas existenciais que me proponho constantemente no dizer de minha prática, e que deram início e sustento para este trabalho, seja pelo psicólogo que sou. Em outras palavras:

Ao menos na clínica, os psicólogos estão sempre, ou quase sempre, transitando, quando mais não seja na medida em que o processo de elaboração - não consciente e não programado - do conhecimento tácito lhes impõe um movimento contínuo de metabolização: metabolização de experiências, metabolização de informações teóricas... Estas metabolizações engendram um fluxo permanente de diferenciações: não só são aí engendradas diferenças entre psicólogos, mas, principalmente, diferenças de cada um para consigo mesmo ao longo do tempo. (FIGUEIREDO, 1993, p.91).

O uso de “atendimento” revela as metabolizações das minhas experiências e reflexões, dá a ver o psicólogo que fui, que sou e que serei(?).

2. ... fenomenológico existencial...

Tomei para mim uma tarefa que, apenas posteriormente à escritura deste capítulo, pude perceber, inglória. Quis, contra qualquer conselho, descrever como eu compreendia um atendimento fenomenológico existencial, acreditando que para esclarecer o objetivo deste trabalho, ou seja, como é um atendimento fenomenológico existencial de casal, eu precisava esclarecer, afinal, como era um atendimento fenomenológico existencial. Em outras palavras, acreditei que o trabalho precisava retomar meu fazer fenomenológico existencial, como seu ponto de partida. Ainda acredito nisto. Mas já não acredito que exista um atendimento fenomenológico existencial propriamente dito. Evangelista (2016),

em busca incansável pelo “o que pode um psicólogo fenomenológico existencial”, conclui que:

Ao indagar pelo que pode, dá-se que a resposta é encontrada pela descrição de possibilidades existenciais. Nesse sentido, a pergunta também resguarda o entendimento de que a Psicologia é realizada a cada vez por um psicólogo, isto é, não é uma entidade impessoal, mas um modo de ser. Isso me convoca a responder como eu sou (tenho sido) psicólogo, inscrito numa tradição, projetando-a e a mim no porvir. (p.242).

Em semelhante reflexão, Figueiredo (1993), diz sobre a atividade profissional do psicólogo:

Atividade profissional do psicólogo requer uma incorporação dos saberes psicológicos às suas habilidades práticas de tal forma que mesmo o conhecimento explícito e expresso como teoria só funciona enquanto conhecimento tácito; o conhecimento tácito do psicólogo é o seu saber de ofício, no qual as teorias estão impregnadas pela experiência pessoal e as estão impregnando numa mescla indissociável; este saber de ofício é radicalmente pessoal, em grande medida intransferível e dificilmente comunicável. (FIGUEIREDO, 1993, p.91).

A partir das ponderações desses autores permito-me perguntar o que, no meu fazer, me possibilita chamá-lo de fenomenológico existencial, e como o meu fazer se constituiu, historicamente, como tal. Isto, no entanto, não deve ser uma busca de uma caracterização formal da fenomenologia existencial, o que acabaria por tratar este “como” da minha pergunta norteadora por mera modalidade de atendimento. Dito de outro modo, meu fazer não é e não pode ser uma modalidade de atendimento (atendimento de casal) dentro de uma modalidade de psicologia (a psicologia fenomenológica existencial). O que tento aqui é trazer uma possibilidade de realização (o atendimento de casal) de um modo de ser (fenomenólogo existencial) do psicólogo que sou.

Preciso, neste sentido, compreender que modo de ser é esse que não me é novidade, que já me é familiar, para poder estranhá-lo. A familiaridade cotidiana tende a encobrir qualquer surpresa, abrindo o risco de tornar técnico, previamente dado e pré-concebido, este meu modo de ser fenomenológico existencial. Estranhar é realizar um esforço de questionar o já sabido e de não me sentir em casa. Em “Ser e Tempo”, Heidegger (2012) pontua que o estranhamento (*Unheimlichkeit*) diz de uma perda da cotidianidade mediana, que nos retira da segurança do familiar. Aquilo que “já sei” sobre fenomenologia existencial compõe minha bagagem e minhas marcas, das quais não posso e nem preciso me desfazer, pois justamente me ajudarão no situar-me, colocando-me no caminho para seguir minha pergunta norteadora. Reconhecer estas bagagens e marcas e questioná-las é realizar um esforço de estranhar e poder questionar.

A leitura de “O Paciente Psiquiátrico” (VAN DEN BERG, 1994), logo no primeiro ano da faculdade, me ofereceu modos de pensar o homem e o mundo completamente diferentes do que já me havia sido apresentado e do que eu esperava encontrar na faculdade de psicologia. Até hoje, quando sou questionado sobre fenomenologia, aquilo que primeiro se faz presente no meu horizonte de sentido é “a garrafa”. Van den Berg (1994), relata que havia colocado uma garrafa de vinho para esquentar perto da lareira enquanto esperava um amigo, a fim de beber o vinho com ele. No entanto, o amigo cancela o encontro, o que leva o autor a perceber que olhar para a garrafa lhe permite ver o cancelamento e a noite que será solitária. O autor começa a questionar: “Vejo a garrafa de vinho e compreendo que meu amigo não virá. Que acontece nesse momento? Ou melhor: Que vejo eu quando observo a garrafa de vinho?”

(p.34 – grifo do autor). Na sequência, o autor brinca com a tentativa de descrever cada detalhe físico da garrafa de vinho, mas pontua a incapacidade de, por mais pormenorizada que seja sua descrição, não conseguir dizer o que estava vendo ao olhar a garrafa. “O que estava vendo realmente era, pois bem, alguma coisa como o *desapontamento causado pelo fato de que meu amigo não viria* ou pela *solidão da minha noite*” (VAN DEN BERG, 1994, p.34). Com isto o autor afirma que “pulava” sobre os detalhes descritivos da garrafa para “cair” no que a garrafa era para ele que a via. Esta passagem, naquele tempo, foi a mais significativa do livro. Abriu-se, para mim, a possibilidade de compreender a indissociabilidade entre homem e mundo. Neste relato, o autor deixa claro que não se trata de projetar um conteúdo subjetivo sentimental (solidão) em um objeto real e verificável (a garrafa); ao contrário, a garrafa esquentando é a solidão.

Em passagem posterior, retomando o relato de atendimento de um paciente que o autor nos apresenta no primeiro capítulo do livro, lembra que tal paciente conta que, ao andar na rua, as casas parecem prestes a ruir, com suas paredes inclinando, prestes a esmagá-lo, e afirma que é assim que a rua se apresenta para ele: “Verdade é que não se parece com a rua como nós a conhecemos, mas isto apenas significa que o paciente está doente e nós não estamos. Nada nos autoriza a afirmar que a nossa observação é mais verdadeira que a do paciente” (VAN DEN BERG, 1994, p.43). É com esta afirmação, que para mim soou como um alerta, que o autor exemplifica sua afirmação anterior: “Quando o paciente psiquiátrico conta como seu mundo lhe parece, está a descrever, sem rodeios e sem enganos, o que ele mesmo é.” (VAN DEN BERG, 1994 p.43).

Nada me autoriza a afirmar que a minha observação é mais verdadeira que a do paciente. Esta frase me acompanha, até hoje, como um farol. Juntamente com “a garrafa”, marcou para sempre meu modo de ser psicólogo, minha rejeição por explicações que se antecipem ao outro, meu posicionamento de evitar a imposição de verdades científicas e racionalizações na condução de atendimentos. Não há objetividade no atendimento fenomenológico existencial, e isso não é uma afirmação denegridora; pelo contrário, essa é a abertura para o encontro com o outro, a partir do outro, e a abertura para o próprio dar-se deste encontro, não tomando o outro como objeto a ser estudado.

A proposta de atendimento fenomenológico existencial de Van den Berg (1994), também me apresenta as primeiras indicações sobre o modo de me encontrar com o outro. Ponderando sobre explicações causais e dialogando com a psiquiatria, o autor afirma a obviedade que é dizer que o paciente diverge da “pessoa sã”, dizendo que isto não tem importância. Também considera desimportante saber como ocorre essa divergência. “Importante é saber como é a existência do paciente. A patografia, em vez de ser negativa, deve ser positiva, pois no sentido aqui entendido, o paciente vive tão positivamente como nós mesmos” (p.45). Com isto, compreendo que no encontrar-me com o outro, uma das mais importantes perguntas que preciso *me* fazer como fenomenólogo existencial é “como vai esta existência?”

Tomado por este modo de olhar e compreender o homem, tomado por este modo de estar junto ao outro, sou levado ao estudo da fenomenologia existencial. Conheço, então, o pensamento de Martin Heidegger em “Ser e

Tempo” (1927)¹⁴, marcante para meu caminho. A “analítica do Dasein” (*Daseinsanalytik*) desenvolvida por Heidegger, influenciou muitos autores em psicologia que formularam abordagens de aproximação e compreensão do ser humano a partir de sua ontologia fundamental (Evangelista, 2016). Neste sentido, faz-se necessário que eu me detenha sobre a descrição da existência tal como elaborada pelo filósofo, não só por ela ser fundamental para a leitura dos autores citados neste capítulo, mas também por fazer parte do meu pensamento e do modo como eu construirei minhas reflexões. Não pretendo, no entanto, nem neste momento nem em outros momentos do texto, uma apresentação sistemática ou um aprofundamento no pensamento de Heidegger. Ao contrário, minha intenção é apenas esclarecer o horizonte fundamental que sustenta minha compreensão de fenomenologia existencial e que possibilita que eu escreva sobre atendimento nesta perspectiva. Se o leitor desejar aprofundar-se nas terminologias heideggerianas e na ontologia fundamental, poderá dirigir-se ao próprio Heidegger (2012). Para um aprofundamento no pensamento de Heidegger, poderá ler comentadores como Nunes (2002), Stein (1990), Inwood (2002) e Casanova (2009).

Heidegger pergunta pelo Ser. Para tanto, afirma que o único caminho possível é se debruçar sobre o ser do único ente que pergunta pelo Ser. “Esse ente que somos cada vez nós mesmos e que tem, entre outras possibilidades-de-ser, a possibilidade-de-ser do perguntar, nós o apreendemos terminologicamente como *Dasein*” (Heidegger, 2012, p.47). Assim, o filósofo

¹⁴ Todas as citações de “Ser e Tempo” neste trabalho são feitas a partir da tradução de Fausto Castilho (2012). Apesar de meu contato original com o livro ser via outra tradução, de Márcia de Sá Cavalcante (1998), recorro a esta pela facilidade em me permitir o diálogo com o texto original em alemão, por se tratar de uma edição bilíngue.

nomeia a existência humana, ressaltando sua condição fundamental de já ser lançado em sua abertura de mundo. O termo *Dasein*, em português ser-aí, apresenta que o ser deste ente que sou a cada vez, já é sempre fora e aberto em suas possibilidades de ser, dito de outro modo, “o ‘aí (das Da)’ é o espaço que abre e ilumina” (INWOOD, 2002, p.29). Para designar apenas o ser deste ente cujo ser é lançado, Heidegger reserva o termo “existência”, atribuindo aos outros entes o termo *subsistente*. Esta opção não é aleatória, e tem origem na etimologia: existência vem de *ek-sistere*, composta pela preposição *ek* e pelo verbo *sistere*; assim, *ek-sistere* tem o sentido de acontecimento que se dá fora, ou seja, a existência já se dá sempre em um movimento lançado para fora. Neste sentido, a compreensão da existência inclui a compreensão do mundo e de todos os entes que me chegam ao encontro e me apelam. Por isto, a característica fundamental de ser-aí é ser-no-mundo.

A expressão ser-no-mundo, de acordo com Heidegger (2012), já revela que se trata de um fenômeno unitário. Sua indivisibilidade em partes, no entanto, “não exclui que sua constituição seja formada por uma multiplicidade de momentos estruturais constitutivos” (HEIDEGGER, 2012, p. 169). O filósofo considera uma tríplice visualização de momentos constitutivos do fenômeno: em-o-mundo, revela a estrutura ontológica de mundo; o ente que é no modo de ser-no-mundo, o ser-aí; e ser-em. Ser-em-o-mundo não diz respeito à relação recíproca de dois entes simplesmente dados (homem e mundo); tampouco nos diz de um corpo localizado fisicamente dentro de um espaço determinado (como uma cadeira em uma sala). Ser-em-o-mundo remete ao modo de relacionar-se com os outros entes subsistentes, com os outros ser-aí e consigo mesmo. “*Ser-em é, por conseguinte, a expressão existenciária formal do ser do Dasein, o qual*

tem a constituição essencial do ser-em-o-mundo” (HEIDEGGER, 2012, p. 173, grifo do autor).

Ao explicitar ser-aí como ser-no-mundo, o filósofo revela assim que ser-aí *é sempre* junto-às-coisas, junto-com os outros, e junto-com si mesmo. Dito de outro modo, ser-em-o-mundo é ter seu ser aberto ao que lhe vem ao encontro. Isto não se refere a uma qualidade ou uma propriedade que se é às vezes. Ser-aberto refere-se ao ser que em seu modo de ser é seu “aí”. “O termo ‘aí’ significa essa essencial abertura. Por meio dela esse ente (o Dasein) é para ele mesmo ‘aí’, unido com o ser-‘aí’ de mundo” (HEIDEGGER, 2012, p.379/381). Com isto diz que o ser-aí, como ser-no-mundo, é em si mesmo iluminado (*gelichtet*), não por receber luz de algum outro ente, mas por ser ele mesmo claridade de clareira (*Lichtung*), ou seja, “o Dasein é sua abertura” (HEIDEGGER, 2012, p.381). Os modos de ser constitutivos de ser-aberto são: encontrar-se (*Befindlichkeit*), entender (*Verstehen*) e discurso (*Rede*), que se articulam assim descritos:

Os existenciários fundamentais que constituem o ser do ‘aí’, isto é, a abertura do ser-no-mundo, são o encontrar-se e o entender. O entender traz consigo a possibilidade da interpretação, isto é, da apropriação do entendimento. Na medida em que o encontrar-se tem igual originariedade que o entender, ele se mantém em um certo entendimento. Corresponde-lhe do mesmo modo uma certa interpretabilidade (HEIDEGGER, 2012, p.453)¹⁵.

Assim, o discurso aparece como articulação do entendimento, e para o filósofo, “ao que pode ser articulado na interpretação e mesmo mais originariamente, já no discurso, demos o nome de sentido” (HEIDEGGER, 2012,

¹⁵ O uso das palavras “existencial” e “existenciário” neste trabalho seguem a tradução de Ser e Tempo de Fausto Castilho (2012), que usa existencial para o termo Existenzial no original em alemão, referindo-se à facticidade do existir, às questões ônticas; e existenciário para o termo Existenzial, que se refere às questões do ser, ao ontológico.

p. 455). O articulado no discurso é denominado o-todo-da-significação, do qual nascem às palavras. “O discurso é existencialmente linguagem, porque o ente cuja abertura ele articula conforme-a-significação tem o modo-de-ser do ser-no-mundo dejectado, remetido ao ‘mundo’”. (HEIDEGGER, 2012, p.455). Desta pontuação o filósofo apresenta a comunicação em seu sentido existencial fundamental, na qual “se constitui a articulação do entendedor ser-um-com-o-outro” (p.457), não sendo um mero transporte de evidências do “interior” de um sujeito para o interior do outro. “O *Dasein*-com já está essencialmente manifesto no co-encontrar-se e no co-entender” (HEIDEGGER, 2012, p. 457).

A partir desta construção, Heidegger explicita as dimensões do modo de existir humano, que constituem o ser-no-mundo do ser-aí. Estas dimensões do existir humano não são “‘propriedades’ subsistentes de um ente que subsiste com este ou aquele ‘aspecto’, mas modos-de-ser cada vez possíveis para ele e somente isso” (HEIDEGGER, 2012, p. 141-143). Ou seja, não são categorias de determinações, são caracteres-de-ser. Estes caracteres que se dão ao mesmo tempo sempre em cada existência, são denominados existenciais. Isto significa que ser-aí é cada uma das características constitutivas de seu ser. Cabe enfatizar, uma vez mais, que ser-no-mundo não é uma qualidade de ser-aí e os existenciais não são propriedades que ser-aí às vezes apresenta e outras não. Ao contrário, “*Dasein* é a cada vez meu neste ou naquele modo-de-ser. (...) O *Dasein* é, cada vez, sua possibilidade e ele não a ‘tem’ somente como propriedade de um subsistente” (HEIDEGGER 2012, p. 141).

Assim, ser a cada vez sua possibilidade, é realizar-se em seu existir diário deste ou daquele modo, a cada vez, não se referindo a ter a escolha de realizar-se ou não. Não tenho escolha de ser ou não existente. Possibilidade se refere

ao poder-ser, ou seja, à realização do meu existir que se dá deste ou daquele modo porque existencialmente já sou-aí-no-mundo.

Para Heidegger, o existir humano é entendido como totalidade significativa, não havendo hierarquia entre os existenciários. Ser-aí é abertura e conhece o mundo de imediato, justamente por essa abertura de mundo se dar em todas as dimensões do existir humano.

De acordo com um modo de ser que lhe é constitutivo, o Dasein tem a tendência de compreender seu próprio ser a partir daquele ente com quem ele se relaciona e se comporta de modo essencial, primeira e continuamente, a saber, a partir do mundo. (HEIDEGGER, 2004a p. 43).

O estudo de Heidegger me levou a ler Merdard Boss, psiquiatra suíço que, junto com o filósofo organizou os Seminários de Zollikon (Heidegger, 2009)¹⁶. Esta leitura logo me abriu a aproximação com a Daseinsanalyse¹⁷, que se mostrou berço imprescindível às minhas reflexões quanto ao modo como eu percebia ser possível estar junto ao outro no atendimento. A partir de então, o contato com Boss foi aumentando, e outros títulos do autor me permitiam mais aprofundamento em questões anteriormente levantadas. A pergunta “como vai esta existência?” feita em rejeição a toda verdade científica e racionalização, que formulo a partir da leitura de Van den Berg, é *re-significada* a partir da reflexão de Boss (1994) de que “nós normalmente dizemos que o objeto de uma terapia

¹⁶ O encontro entre Boss e Heidegger resultou em um período de dez anos, entre 1959 e 1969, nos quais o filósofo realizou seminários para um grupo de médicos convidados por Boss que se encontravam periodicamente em Zollikon. Tais encontros foram posteriormente editados por Boss e revisados por Heidegger, tornando-se o tratado literário fundamental da *Daseinsanalyse*.

¹⁷ Cardinalli (2004) esclarece que *Daseinsanalytik* é a analítica do Dasein (ser-aí), o esclarecimento ontológico do ser do Dasein (ser-aí), visando o esclarecimento do Ser. Daseinsanalyse, por sua vez, compreende dois sentidos: a explicitação do que foi tematizado na analítica do Dasein, ainda no âmbito de Ser e Tempo; e análise dos fenômenos factuais, descrição da facticidade que se mostra a cada caso para cada ser-aí, e é orientada pelas determinações fundamentais da existência.

são as doenças humanas, mas é mais apropriado falar de tratar este ou aquele ser humano que está doente em um momento particular, deste ou daquele modo” (p. 251). Percebi, com isto, que não se tratava de abandonar qualquer classificação nomotética psiquiátrica, mas de deixá-las “de lado”, para poder olhar aquele que está doente daquele modo naquele momento. Isto traria o foco do atendimento para a relação terapêutica. Esta proposta terapêutica de Boss me toca e marca meu modo próprio de ser psicólogo fenomenólogo existencial.

Este foco na relação terapêutica aparece em Boss como ponto fundamental do atendimento. Por vezes lembra da importância da atenção e do modo como o terapeuta deve estar diante do outro. Diz ele:

Muitos poucos adultos de fato já experimentaram alguma vez de outro adulto o tipo de devoção duradoura, inabalável, benevolente e delicada, que um paciente recebe regularmente do analista, não importa sua linha teórica [school of thought]. Para muitas pessoas que se tornaram neuróticas pela solidão, tal ser-junto é em si mesmo uma ferramenta terapêutica muito efetiva. (BOSS, 1994, p.277).

Em outro momento, o autor salienta que Freud sempre insistiu que “todo tipo de tratamento médico era fundamentalmente ancorado em certo existir junto, que a relação médico-paciente era a base genuína de todas as formas de tratamento” (BOSS, 1994, p. 257). Esta importância da relação terapêutica para o transcorrer do processo analítico na Daseinsanalyse marca o modo de estar-junto do analista, ou seja, o modo de ser do daseinsanalista. “Durante a terapia, o analista deve assumir uma posição completamente livre de qualquer intenção, de qualquer ambição terapêutica, educacional e científica” (BOSS, 1994, p.259), sendo que “a verdadeira arte da terapia reside em prestar cuidadosa atenção para o quê o paciente visualiza e como ele conduz a si mesmo em relação a

isso” (BOSS, 1994, p.259). Isto se faz importante até o fim do processo da seinsanalítico. “Este ser a dois (two-ness) serve como a firme fundação para o Da-sein recentemente liberado do paciente, até que ele não mais precise da proteção do seguro mundo-teste miniatura” (BOSS, 1994, p.279). Para o autor, este “mundo-teste miniatura” seria um “lugar de habitação da relação médico-paciente que eles [pacientes] precisam e podem contar com” (p.279). Ao dizer isso, o autor não apenas enfatiza a importância da relação terapeuta-paciente, mas aponta para a importância do movimento do paciente em aceitar sua dívida com sua própria existência, podendo assim ser livre para o próprio existir, ou seja, para dar conta de todos os fenômenos que lhe vêm ao encontro em seu existir diário.

Sobre isso, Cardinalli (2004) diz que Boss propõe que se dispense as teorias explicativas e que se “procure na situação de atendimento, isto é, no encontro entre terapeuta e paciente, a compreensão imediata daquilo que aparece” (p. 78). Boss (1963) diz sobre esta atitude do terapeuta: “Porque ele entendeu que o sentido e o contexto de tudo que aparece em seu caminho se mostra diretamente a ele, ele não tem necessidade de destruir o que vê e ouve do analisando, e substitui-lo com forças pressupostas, supostamente subjacentes ao comportamento e percepção do paciente” (p.234). Caracteriza-se, assim, um *des-prendimento* das amarras teóricas em favor da relação terapêutica. E continua: “Ele pode ser totalmente devotado ao analisando na ‘atenção flutuante’ que Freud sempre demandou. Ele não se aproxima do paciente de um ponto de vista de uma teoria científica” (BOSS, 1963, p.234), ou, como afirma Cardinalli (2004), “para Boss, a relação é ponto central do trabalho terapêutico, pois é junto com o terapeuta que o paciente poderá mostrar,

perceber e ‘des-envolver’ os seus modos de existir” (p.80). A autora pontua, deste modo, o que se compreende como possível partindo deste foco na relação terapeuta-paciente: a autopercepção do paciente, visando o “*des-envolvimento*” de seus modos de ser.

Boss (1994) afirma que “a resposta curativa do analista endereçada ao apelo do paciente, serve para autorizá-lo a apropriar-se das possibilidades humanas como suas, que até o tratamento estavam escondidas, perturbadas e distorcidas” (p. 273). Minha fala, como psicólogo/terapeuta, visa contribuir para que aquele que atendo possa apropriar-se de suas possibilidades, e do apelo que delimita e dá sentido às possibilidades como possibilidades do seu existir. Em outras palavras, o foco na relação terapeuta-paciente é cuidadoso na fala e no modo de estar presente do terapeuta. Tal modo não é o modo do cientista que sabe, que interpreta a partir do já concebido,

Ao invés disso, o comportamento do analista se apoia na ideia de que, sendo humano, ele é chamado a desvelar tanto coisas quanto pessoas. Este conhecimento aumenta sua sensibilidade a todos os obstáculos que geralmente reduzem as relações potenciais do paciente para poucos rígidos e inautênticos modos de comportamento. (BOSS, 1963, p.234).

Há, aqui, uma lembrança importante e imprescindível, que me remete à pergunta “como vai esta existência?” e à reflexão aprendida com Boss, de que atendemos alguém que está doente em um momento particular de um modo particular: os poucos e rígidos modos de ser reduzidos do paciente são, por mais reduzidos e inautênticos que sejam, os modos possíveis daquela pessoa naquele momento. Com isto quero dizer que a minha fala e presença visam contemplar também o fato de que, naquele momento, é daquele modo restrito

que a pessoa atendida pode ser e tal restrição precisa ser respeitada e acolhida.

Para Boss (1963):

O respeito do analista por tudo que ele encontra, torna possível a ele levar a sério e respeitar sem preconceito todos os comportamentos e todas as falas que o paciente produza. Ele é capaz de aceitar todos os caminhos nos quais o analisando começa a se identificar (BOSS, 1963, p.235).

Creio que esta é uma das mais importantes pontuações e lembranças para ser um psicólogo fenomenólogo existencial.

Sá (2002) parece concordar com a importância desta pontuação, ao refletir sobre o que chama de “atenção serena”. Considera que a presença no atendimento terapêutico não é uma aplicação de técnica, mas uma “postura” de desapego “para a qual nada se encontra a priori supervalorizado nem excluído a partir de uma postulação teórica de fundamentos, a atenção serena seria uma disposição de abertura que não exclui por princípio possibilidade alguma” (p.356). Ou seja, não cabe ao psicólogo fenomenólogo existencial estabelecer o que é um modo de ser ideal a ser alcançado, julgando que o paciente “deveria ser” deste ou daquele modo, ou mesmo estabelecer “metas” de mudanças. Ao contrário disso, cabe-lhe o acolhimento do modo restrito, reconhecendo-o como modo possível do outro existir.

Acolher, no entanto, não significa acatar e resignar. Ao contrário, acolher significa compreender que aquele modo de ser é o modo possível, porém, um modo restrito em sua liberdade de realizar-se enquanto possibilidades. Boss (1963) chama atenção para isso ao dizer das intervenções, considerando, por exemplo, que as “limitações são incessantemente questionadas, para que a possibilidade de uma existência mais rica seja implicada” (p.234). Em outro

momento diz que “se as restrições são repetidamente questionadas, possibilidades de comportamento não admitidas anteriormente aparecem, juntamente com percepção de coisas e outros seres humanos que pertencem a estas possibilidades de desvelamento de mundo” (BOSS, 1963, p.234/235).

Em outra obra, o autor discorre sobre a persistência do paciente nos modos restritos, e a consequente esquiva de dar conta dos fenômenos que se lhe apresentam na abertura de sua existência. Sobre isso, ressalta a importância do espaço terapêutico e do modo do terapeuta:

Repetidos questionamentos sobre as tentativas do paciente de escapar de tais fenômenos o encorajam a perseguir e cumprir a grande tarefa que é colocada diante dele como um ser-no-mundo, a tarefa de encarar tudo aquilo que o endereça na abertura de seu ser-aí (being-there), e responder a este chamamento de modo apropriado. (BOSS, 1994, p.279).

Com estas considerações é possível perceber que o espaço terapêutico acolhe os modos possíveis do paciente, como ele está podendo ser naquele momento, mas, ao mesmo tempo, questiona e *pro-voca* o paciente em tais modos, para novas possibilidades. Neste sentido, para Sá (2002), “uma clínica com base hermenêutica, pretende-se um espaço de tematização de sentido, de desnaturalização dos sentidos previamente dados, da ampliação dos limites dos horizontes de compreensão” (p. 261).

Por fim, é importante pontuar qual seria o objetivo do processo terapêutico pensado por Boss. Segundo o autor, o terapeuta:

Vai, portanto, guiar cada paciente para o mesmo objetivo de tornar cada Da-sein tão perceptivamente aberto e responsivo quanto pode ser à presença de cada fenômeno que se o endereça com o apelo de entrar na luz de sua existência totalmente livre, e vir a ser. (BOSS, 1994, p.278).

Tal tarefa, no entanto, só pode ser perpetrada na medida em que eu, psicólogo, estou próximo de mim, conheço-me e *re-conheço-me*, tendo compreensão dos modos como realizo minha existência, cuidando para que estes modos não se confundam com o caminho do outro no atendimento. Entendo por esta afirmação que preciso a todo instante me questionar, seja atendendo, seja pesquisando. Questionar-me é retornar a mim mesmo, provocando a constante reflexão se minhas perguntas estão endereçadas ao fenômeno e partindo dele, ou se estão, sem que eu perceba, partindo de mim, de pré-concepções não tematizadas, ou mesmo visando um esclarecimento desinteressado do fenômeno, que busca a satisfação de uma curiosidade surgida anteriormente à sua aproximação. Questionar-me significa, ao mesmo tempo, a constante lembrança de que eu não estou ali para mim, para as minhas expectativas, mas para o outro.

Por fim, questionar-me também é dar a mim a devida importância, a importância desinteressada do papel do camelo na divisão da herança, na alegoria trazida por Boss (1963)¹⁸: ou seja, imprescindível para a resolução do problema, mas prescindível quando resolvido. Nas palavras de Evangelista (2016), “é essa a ‘atitude’ daquele que se assume como existência no encontro com os outros: trata-se de um assumir-se nadificado, finito, possível” (p. 242).

¹⁸ “Aqui, um velho pai está em seu leito de morte. Ele chama seus três filhos e divide seus bens mundanos – dezessete camelos – a eles. O mais velho teria metade deles, o segundo um terço, e o terceiro um nono. O pai fecha os olhos para sempre. Os filhos ficam completamente perdidos. Eventualmente eles acham um homem que é tão sábio quanto pobre. Sua única propriedade é um camelo. Os três filhos pedem a ele ajuda para resolver o problema insolúvel de divisão da herança. O homem sábio apenas adicionou o seu camelo aos da herança, e a divisão se tornou imediatamente simples. O filho mais velho fica com metade de dezoito camelos, nove; o segundo um terço, seis; o mais novo um nono, dois. Mas olhe e veja, nove mais seis mais dois são dezessete, a herança original. O décimo oitavo camelo do homem sábio voltou para ele; não era mais necessário, embora temporariamente tenha sido essencial.” (BOSS, 1963, p.259).

3. ... como sou.

Ainda recém-formado, tive a oportunidade de participar de um grupo de estudos com uma ex-professora, Ida Cardinalli, sobre terapia breve. À época, em razão de uma pesquisa, ela tentava fazer uma leitura fenomenológica da terapia breve. Tal aproximação me deixava curioso, visto a importância do tempo na compreensão do existir. Afinal, a ontologia fundamental de Heidegger leva o título de *Ser e Tempo*, apontando para: “*A temporalidade é o originário ‘fora de si’, em si mesmo e para si mesmo*” (HEIDEGGER, 2012, p.895). Em outras palavras, a existência já é abertura-de-mundo temporal, e a temporalidade se apresenta nas três *estases*: futuro, ser-do-sido, e presente, que não são amontoados de tempo sucedidos um pelo outro, mas co-originários. “A temporalidade originária e própria temporaliza-se a partir do futuro próprio, de tal maneira que só por ser adveniente sido ela desperta o presente” (HEIDEGGER, 2012, p. 897). Presente só é possível na medida em que já *tendo sido* sou lançado ao porvir. Deste modo, “*o fenômeno primário da temporalidade originária e própria é o futuro*” (HEIDEGGER, 2012, p. 897). Ainda sobre a temporalidade, o filósofo diz que:

Fazendo uso-de-si, o *Dasein* necessita de si-mesmo, isto é, do seu tempo. Necessitando de tempo, conta com ele. A ocupação que vê-ao-redor e conta o tempo descobre de imediato o tempo, o que conduz a um contar com o tempo. Contar com o tempo é constitutivo do ser-no-mundo. (HEIDEGGER, 2012, p. 905).

Na realização do existir diário o tempo está presente, não sendo uma escolha que às vezes está presente e outras não, mas constitutivo de seu ser. Ter uma história, ter uma biografia, ser inserido em um contexto histórico e partilhado, só é possível, pois ser-aí já é ser-tempo (temporalidade). Poder

realizar um processo terapêutico é poder contar com o tempo e contar o tempo. Deste modo, ao ser fundamentado na compreensão heideggeriana do existir humano como ser-no-mundo, o processo terapêutico considera aquele que é atendido a partir de seus modo-de-ser, incluindo seu modo-de-realizar-se como temporalidade que é. Como, então, pensar uma terapia breve?

O termo breve tem sua origem em comparação às terapias de longa duração (CARDINALLI, 2016). A autora, no entanto, esclarece que para a terapia breve fenomenológica existencial, o mais adequado seria retirar a importância da limitação de tempo, dando atenção para o *foco*. Em anotações deste grupo de estudo, encontro o seguinte: “focalização significa considerar um modo-de-ser do paciente, compreendendo-o na totalidade. Ou seja, ampliar a problemática de ser do paciente, mas sem ampliar com vários desdobramentos ou mudar o foco para outras questões”.

Este grupo de estudos me confrontou com a possibilidade de pensar outros modos de realizar um atendimento fenomenológico existencial, abrindo caminho para meu encontro, alguns anos depois, com o plantão psicológico do LEFE. Foi quando comecei a frequentar o Laboratório que pude descobrir esta prática psicológica diferente daquelas que eu já havia estudado e diferente do que compreendia como sendo possibilidade de ação psicológica.

O plantão psicológico se destacava para mim por sua prática de poder ser um encontro único, ao mesmo tempo em que eu o estranhava justamente por isto. O encontro no plantão é compreendido como uma possibilidade que solicita ao plantonista um “desapego” à possibilidade de continuidade, à ideia de que na semana seguinte ele tornaria a estar com aquela pessoa atendida. É preciso, por tanto, que o plantonista esteja disponível para um acontecimento,

disponibilizando-se para o que lhe aparecer, sem ocupar-se para um *desenrolar* do tempo semana a semana. De acordo com Morato (2009), no plantão:

É necessário esclarecer a demanda do cliente e não escrutinar sua problemática. Pela perspectiva fenomenológica, aquele que procura por cuidado psicológico apresenta-se por sua própria história, tecida na trama de significados do mundo no qual se constituiu. Ou seja, o cliente se traz já imerso no social no qual foi lançado como humano. É a partir dessa teia de relações constituintes que o plantonista, também imerso em um mundo, vai ser ouvinte dessa narração. Assim, o sofrimento existencial manifesto não pode ser compreendido como mera interioridade individual, passíveis de corroborações teóricas sobre o psiquismo como entidade em si. (MORATO, 2009, p. 34)

Neste contexto, o plantonista aparece como alguém aberto para compreender o outro a partir do outro, “afetando-se pela modulação experiencial de percepções, sentimentos, interpretações, mudanças, escolhas e decisões mostrados pelo cliente” (MORATO, 2009, p. 31). No plantão, o plantonista está junto de si, do seu próprio experienciar do mundo para poder estar junto ao outro, sustentando o desconhecido, disponível para recolher junto ao outro tudo que se mostra, abrindo desdobramentos possíveis dos modos de ser do outro em sua vida.

A autora também descreve o plantonista como cuidador de si para cuidar do outro, e assim também poderia ser descrito o próprio Plantão: uma prática que cuida de si constantemente para poder estar aberta ao outro. Neste sentido é que, no praticar da prática do Plantão, ao longo dos tempos, o próprio praticar mostrou necessidade de outras criações: a presença de um “supervisor de campo” que, transitando pela instituição, era um cuidado necessário aos plantonistas, “além de supervisão de projeto para compreender como aconteciam as relações dentro da instituição, além da supervisão de supervisão para articulação entre ações nos projetos” (MORATO, 2009, p.33).

Fundamentalmente, compreende-se o plantão como “ação psicológica”, que nas palavras de Morato (2013), se caracteriza por “abrir o cuidar de ser sob própria responsabilidade como bem-vindo, levando o cliente a assumir-se como referência de si mesmo para possibilidades dada pela situação: destinar-se em apropriação” (p.57). Ainda para a autora, “é próprio da ação psicológica acompanhar o cliente paralisado em projetar-se, abrindo o benefício da dúvida quanto à “certeza temerosa” experienciada” (p.57). Assim foi que o plantão foi se constituindo e eu, ao chegar no LEFE, o pude compreender e me apropriar de sua visada.

Passei a pensar sobre toda primeira entrevista que supostamente¹⁹ inauguraria um processo terapêutico de longo prazo. Considero o que diz Spanoudis (1997), sobre a primeira entrevista: “para conhecer o outro, sendo este o entrevistado, precisamos aproximá-lo não no sentido espacial, mas no da familiaridade. Aproximar quer dizer tentar compreender o outro na maneira como ele vive, reage, atua, pensa e sente” (p. 78). Será que estas primeiras entrevistas poderiam ser pensadas como Plantão? Com esta questão, apareceu para mim a possibilidade de não mais entender as entrevistas como início de um processo terapêutico longo e consequente frustração pessoal caso o processo não se desse. Aparece aí a possibilidade de estar de outro modo nestas primeiras entrevistas, disponível ao que viesse, recebendo o outro em seu modo de ser possível, naquele encontro entendido como acontecimento único, sem a expectativa do retorno semanal – mas disponível à possibilidade de retorno, a depender da disposição do outro.

¹⁹ Apenas supostamente. Quantas primeiras entrevistas, visando o início de um processo terapêutico longo, terminaram por ser, apenas, uma “primeira” entrevista, ou seja, um encontro único?

Então, como é este meu modo de ser psicólogo fenomenólogo existencial? Poderia descrever como ação psicológica, que parte de um olhar para a relação psicólogo-paciente, na dispensa de teorias explicativas, dando espaço a um “estar com o outro a partir do outro” acolhendo-o em seus modos possíveis de ser, disponível ao modo como o outro pode chegar e por quanto tempo puder ficar, questionando e *pro-vocando* para possibilidades outras se apresentarem àquele que atendo, e me assumindo nadificado, finito e possível. Assim me (re)conheço e (re)conheço minha prática como fenomenólogo existencial. Tal descrição, vale ressaltar, não se trata de regras ou prescrições do modo “correto” de ser fenomenólogo existencial; ao contrário, é apenas uma caracterização de uma possibilidade deste meu modo de ser, que é historicamente constituído e, por isso mesmo, nem fixo e nem acabado.

Finalmente consigo, a partir destas considerações, retomar minha pergunta norteadora. Entre todos os autores que estudei, caminhando em um referencial fenomenológico existencial, havia um constante predomínio por atendimentos individuais. Em seus escritos, as preocupações exemplificadas, os relatos de atendimentos, os apontamentos interventivos, acabavam por circundar a perspectiva de atendimentos individuais²⁰. Apenas Spanoudis (1997) apresenta um relato sobre atendimento de casal, em um texto sobre aconselhamento e orientação a partir da Daseinsanalyse. No relato de três parágrafos ele conta que recebe um casal com problemas de relacionamento, mas faz uma curiosa observação: “o que agora narraremos não é muito

²⁰ Aqui, neste capítulo, a intenção era esclarecer meu modo de ser psicólogo fenomenólogo existencial, citando *alguns* autores marcantes para esta constituição. A intenção não foi uma revisão bibliográfica de autores dedicados ao estudo da fenomenologia existencial. Para isso, ler Carvalho Teixeira (2006), Giovanetti (2012), Evangelista (2016).

costumeiro em nossa prática (...) Atendemos um casal na mesma hora por insistência dos dois” (p.59). Tal observação, além do fato de que o relato ocupa tão pouco espaço no texto, bem como a falta de trabalhos nesta temática, revelam como a prática de atendimento de casal estava, e ainda está, fora do horizonte de preocupação de estudo da psicologia fenomenológica existencial.

Como posso, então, a partir desta descrição oferecida sobre o modo de ser um psicólogo fenomenológico existencial, pensar em um atendimento fenomenológico existencial de casal? Primeiro preciso me deter e contemplar o “para quem” da minha pergunta norteadora: o casal. Será que existe alguma especificidade no fenômeno casal que determinaria uma compreensão outra do modo de ser psicólogo?

Sá (2006) ressalta que no modo cotidiano e mediano do terapeuta o outro se dá no âmbito de referências também medianas que podem encobrir surpresa e estranhamento: “O outro já é sempre previamente dado como ‘cliente’, ‘paciente’, ‘doente’, subjetividade intra-psíquica a ser conhecida em sua determinação estrutural” (p.396). Assim, faz-se importante a retomada e o esclarecimento do fenômeno casal, não encobrendo tal fenômeno “como ente (sujeito) simplesmente dado” (SÁ, 2006, p.396), e desvelando o “para quem” se destina o atendimento fenomenológico existencial de casal que pretendo esclarecer neste trabalho.

V - Possibilidade de ser casal

Como é um atendimento fenomenológico existencial de casal?

Ao percorrer o caminho da pesquisa até aqui, compreendo não apenas o horizonte histórico onde a pergunta é possível, mas o modo específico no qual a pergunta e o próprio atendimento podem ser feitos: fenomenológico existencial. Para conhecer o fenômeno que busco conhecer nesta pesquisa, o atendimento fenomenológico existencial de casal, preciso neste momento me deter sobre outro fenômeno, o casal em atendimento. Neste momento me debruço sobre o apontamento “para quem”, que aparece na pergunta. A quem se destina esse atendimento? Qual a importância de um atendimento voltado para casal?

O *locus* onde brota a pergunta norteadora da minha pesquisa é minha prática como psicólogo, que se dava, no momento de sua formulação, como psicoterapeuta em meu consultório. O primeiro casal que me procura desperta em mim questionamentos a respeito da minha prática e da minha compreensão do fenômeno casal. Minha busca levou-me ao LEFE onde acabei encontrando novos modos de ser psicólogo. E o casal?

Certa vez, já frequentando o Laboratório e sendo supervisor no Plantão, pude supervisionar o atendimento de uma dupla de alunos-plantonistas. O atendimento destinou-se a um casal heterossexual jovem, que se apresentava como namorados, estando junto há três anos. Passando por término e retornos, havia entre eles diferenças marcantes na compreensão da relação. Por exemplo, quando a briga levava a um dos muitos término, o rapaz acreditava que não havia mais compromisso entre eles enquanto a moça considerava que ainda estavam juntos, mas “de jeito diferente”. Nas brigas, ela trazia questões do

passado, do começo da relação, questões estas que ele esquecera, focando suas reclamações no presente, presente que para ela é impossível de ser pensado, se não fossem discutidas e solucionadas as questões do passado. Ele precisava de tempo para pensar e refletir sobre algum desentendimento, enquanto ela queria resolver tudo na hora. Assim, o tempo deles na relação era outro, pois ele conseguia “esquecer” as brigas e fazer planos para o futuro, imaginando uma relação ideal, enquanto ela ficava insegura sobre estar com ele, baseando-se em tudo que já haviam vivido juntos até então.

O atendimento foi realizado por uma dupla de plantonistas, dois alunos da graduação. Na supervisão, um dos alunos diz que não acreditava que eles *eram mesmo* um casal. Notei que os plantonistas usaram o verbo “ser” ao invés de algum verbo que denotasse construção, como “faziam” ou “formavam”. Seria uma indicação de um modo de compreensão de casal? Em que medida a frase “eles formam um casal” se diferencia de “eles são um casal”? Talvez “formar” se refira a algo mais artificial, moldada, ao invés de uma possibilidade do próprio existir. Parece interessante que, apesar dos alunos não terem se aprofundado nesta questão, era justamente da possibilidade de realização do existir que eles falavam.

O aluno que primeiro disse que eles não eram um casal, afirmou que percebia que eles passaram os últimos três anos tentando ser, mas *não eram*. A outra aluna rebate esta ideia, discordando. Disse que pensava diferente do colega, pois acreditava que os dois se gostavam e poderiam vir a ser um casal. Neste momento interrompo o relato para mostrar que, se ela dizia que eles poderiam vir a ser um casal, então havia nesta compreensão a ideia de que eles *ainda não* eram, indo ao encontro da fala do colega, embora, apontando para

uma “esperança” futura. Os alunos concordaram com isso. Havia ali presente, então, uma concepção prévia sobre casal, concepção esta que de algum modo excluía as duas pessoas atendidas. A partir de tal concepção, os alunos podiam afirmar, sem maiores reflexões, que aqueles dois atendidos não eram um casal, mesmo que discordassem quanto ao futuro (se poderiam ou não vir a ser um casal), concordando quanto ao presente: não se tratava de um casal. Questionados sobre o lugar do qual partiam para fazer tal afirmação, ou mesmo sobre quais percepções no atendimento os levavam a tal afirmação, ambos os alunos não conseguiram responder. Houve a tentativa de falar sobre as muitas brigas do casal, mas logo os próprios alunos rejeitaram esta hipótese, recorrendo à ideia de que brigas, mesmo que em grande quantidade, podem ser parte de algo que estrutura um casal, podem ser contempladas em um casal. Falaram em amor, mas ambos reconheciam que havia amor presente nos relatos do atendimento, ao mesmo tempo em que concordavam que o amor romântico entre duas pessoas não faz delas um casal. Os alunos refletiram, então, sobre as diferenças de percepção dos atendidos quanto à própria relação. Consideraram a possibilidade de que as diferenças do modo como cada membro do casal via o próprio casal fossem, de alguma forma, reveladoras do fato de que ali não haveria um casal. No entanto, os alunos não conseguiram articular melhor esta sensação, contentando-se em apresentar isto como hipótese para sua afirmação inicial, “eles não são um casal” e a afirmação subsequente, “falta algo para que eles sejam um casal”.

Mas será que faltava algo? Este questionamento prontamente se fez presente em meu horizonte. Estariam os alunos revelando que existe um modo comum a todo casal, ou mesmo um modo *certo* de ser casal? Ou simplesmente

estariam eles, sem perceber, recorrendo a concepções prévias e sedimentadas do que seria um casal, ou seja, de como deve ser um casal? Com esse questionamento trago a possibilidade de que a afirmação dos alunos poderia estar direcionada a algum tipo de julgamento, ainda que velado, à dor e ao sofrimento trazidos pelo casal, como se os problemas enfrentados pelo casal de algum modo o denegrisse. Se fosse isso, talvez o que os plantonistas não estivessem percebendo é que tais problemas, os sofrimentos do casal, não apenas não denigrem o casal: os sofrimentos ajudam a revelar o casal.

Faço um paralelo entre essa possibilidade de pensar que o sofrimento também revela o casal, com a aparição de dor e sofrimento corporal em Boss (1994). Ele lembra que apenas quando existo do modo mais cotidiano e entregue é que posso esquecer meu corpo, “o ser humano perde completamente a percepção (awareness) de sua corporeidade enquanto corpo físico apenas quando ele está genuinamente sendo humano” (p.101). Visto por outro ângulo, somente percebo o meu corpo quando ele falha, quando ele dói. Assim, posso compreender que na crise, ou seja, quando a “relação dói”, o casal tem uma possibilidade maior de se perceber, de perceber como está sendo casal.

O sofrimento do casal não é uma medida do que é sadio ou patológico na sua relação, nem tão pouco um episódio isolado do que eles vivem. O sofrimento do casal revela o casal como um todo, em seu acontecer fenomênico. Com isto, quero dizer que pode ser justamente no momento em que o casal pede ajuda, em que o casal busca um atendimento psicológico, que ele pode revelar-se em suas características mais fundamentais e constitutivas.

A afirmação dos alunos remete, ainda, a outra reflexão importante. Remete à dificuldade de estar junto a um casal em conflito em um atendimento.

Os alunos tomaram as agressões do casal, as acusações, os desconfortos, como revelações óbvias da inexistência de um casal ali presente. Trouxeram, com isso, a reflexão sobre a facilidade com a qual nós, psicólogos, podemos ficar aprisionados no conflito, nas acusações, nas reclamações. Mas, o reconhecimento da captura do psicólogo nestas acusações também pode dizer do próprio aprisionamento do casal que, em seu modo de ser casal, permanece aprisionado em acusar e se defender, em permanente agressão. Justamente por este aprisionamento do casal no modo de ser revelado pelo aprisionamento dos plantonistas em relação ao casal, pode-se perceber, por fim, que a afirmação dos alunos acaba por esconder algo. A afirmação esconde como este casal se apresenta e esconde o sentido de estarem juntos, ou seja, esconde a história: quem o casal está sendo. A afirmação dos plantonistas esconde por não conseguir revelar, por permanecer aprisionada no testemunhar o conflito que testemunhou. Mas, será que esconde?

Ao pontuar estes temas faltantes, o que revelo é como eu já aguardava que tais temas fossem aparecer. Como assim? Percebo que tal aguardar revela que, para mim, estes temas já eram compreendidos como constitutivos de um atendimento de casal e suas presenças como importantes para a compreensão do casal atendido. Estavam ali, o tempo inteiro, em minha bagagem, pelo que eu *pré-concebidamente* entendia como atendimento de casal. Desse modo, no contato com os plantonistas, supervisionando, já me antecipava à própria narrativa que faziam, entendendo o atendimento como deficitário por não tocar em tais temas. A história, a idade, o sentido de estarem juntos e a percepção de futuro, para mim, já se mostravam como imprescindíveis na realização de um atendimento.

Mas será que estes temas são mesmo imprescindíveis? Será que outros psicólogos, ao atenderem casal, também percebem estes temas como relevantes? Entendo que, quando estou esperando que os plantonistas abordem determinados temas, faço-o por já partir de algum lugar previamente dado. Ao abordar a história do campo, pensei ter contemplado a necessidade de um silenciar pré-concepções dadas historicamente. No entanto, supervisionando os plantonistas, me é remetido que para além da revisão histórica do campo, haveria outra necessidade de silenciar pré-concepções. Mas a partir do quê? Em supervisão, percebo que se apresenta ali uma possibilidade de ser clínico, tanto dos plantonistas quanto minha, o supervisor. Assim, dou-me conta da necessidade de questionar este modo de ser clínico. Preciso, deste modo, questionar como outros psicólogos, ao elaborarem pesquisas sobre atendimentos de casal, relatam e descrevem tais atendimentos. Será que os temas por mim antecipados estão presentes nas concepções de outros colegas clínicos/pesquisadores? Será que outros temas, que não estes, estariam presentes?

Por querer saber de onde partem outros clínicos/pesquisadores, por querer saber se os temas que eu já esperava encontrar em um atendimento de casal estão presentes, por querer saber se há outros temas nos quais nunca pensei, debrucei-me sobre pesquisas focadas em atendimentos de casal, independentemente de teorias às quais parecem estar vinculadas. Quero dizer com isso que recorri a pesquisas que, ou usaram atendimento de casal como método de coleta de dados, ou tinham como visada de trabalho (problema de pesquisa) o atendimento de casal por si mesmo. A pergunta mais importante que me fiz, nesse momento foi: o que do casal é dado a ver em um atendimento?

Meu interesse retomava minhas percepções a partir da afirmação dos plantonistas. Os temas que eu, irrefletidamente, em um primeiro momento, considerei que a afirmação deles escondia, poderiam estar presentes no modo como pesquisadores descreviam um casal atendido? Outros temas, que não faziam parte da minha bagagem, estariam presentes? O que se revelaria e se esconderia sobre casal atendido nessas pesquisas?

Deste modo, meu interesse não era pesquisar pelo sentido de ser casal. Era me aproximar das compreensões de casais possíveis que possibilitariam um, ou que decorressem de um, atendimento de casal. Para esta aproximação, realizei uma pesquisa na BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), usando esta plataforma, justamente, para contemplar esse interesse relativo à compreensão de casal em situação de atendimento. Busquei os descritores “atendimento de casal”, com cento e vinte e dois artigos, e “terapia casal”, com duzentos e três, no período entre 2014 e 2017. Ao invés de estabelecer filtros para eliminar artigos que pouco ou nada dissessem à minha pesquisa, tentei considerar que, se estes artigos tratavam de algum modo sobre atendimento de casal²¹, então algo poderiam ter a dizer sobre casal ou, ao menos me diriam a compreensão imediata dos autores a respeito de casal. Abaixo, comento alguns artigos que podem representar o universo temático que encontrei de pesquisas ligadas a atendimentos de casal.

²¹ Minha intenção com essa pesquisa não foi fazer uma análise sistematizada e classificatória dos temas tratados nos artigos, mas observar o conteúdo de uma pesquisa encontrada a partir de tais descritores, buscando fomentar uma reflexão mais ampla sobre o tema. Deste modo, o único critério de corte foi a pertinência ao tema “atendimento de casal”. Cito como exemplo de artigo cortado uma pesquisa de 2015 sobre o cotidiano de mulheres com AIDS. Pelo resumo, a pesquisa é feita com um grupo de 11 mulheres e foram abordados diversos temas, entre eles a novas formas de prazer sexual. Quando o artigo não possuísse relação com o tema, apenas nesse caso, eu excluiria o artigo.

Há, entre os artigos encontrados, alguns que discorrem sobre doenças e cuidados paliativos entre os casais. Villegas-Castaño e Tamayo-Acevedo (2016) fazem um estudo sobre prevalência de DST na adolescência e apontam como fatores de risco, entre outros, ter histórico de três ou mais “casais sexuais” (relacionamento com outra pessoa onde houve relação sexual), e ter relação externa ao “casal formal”. Na mesma linha temática, Reis e Gir (2009), detectam e descrevem as vulnerabilidades entre casais sorodiscordantes, em seus comportamentos e crenças em relação à doença, e como tais comportamentos e crenças se manifestam no dia a dia do casal, muitas vezes potencializando a transmissão do HIV. Observo nesses artigos a compreensão de casal como “aqueles que transam regularmente” e cujo comportamento sexual, que inclui ou não a prevenção de doenças, pode ser potencial para a ocorrência de tais doenças.

A compreensão de casal como “aqueles que transam regularmente” também aparece em Cavacco et al (2006), onde os autores realizam um atendimento de um rapaz com “problemas de ejaculação precoce”. O atendimento inicialmente individual logo se torna um atendimento de casal²². Assim, os autores tentam estabelecer quais fatores no relacionamento sexual dos atendidos contribuem para a ejaculação precoce, e passam a oferecer diversas alternativas e técnicas que visam a melhorar o desempenho sexual do casal, além de monitorarem como é feita a realização destas técnicas. Ao final, os autores afirmam que, conforme suas “pretensões” de melhorar a relação

²² Esta decisão dos pesquisadores levantou um importante questionamento para a presente pesquisa: Em que momento uma temática pode ser considerada individual e em que momento ela passa a ser do casal? Como fazer essa diferença a fim de oferecer o atendimento de casal? No capítulo 4 da presente pesquisa, este questionamento é retomado.

sexual do casal, eles obtiveram bons resultados. “Aqueles que transam regularmente”, aparecem aqui também como “aqueles que precisam de uma vida sexual não apenas ativa, mas boa”, ou seja, sem preocupações e satisfatória. Parece que os autores partem desta compreensão de casal em sua busca por um tratamento que resolvesse “os problemas sexuais” do casal.

Esta mesma compreensão parece estar na base de um artigo médico de Vilela et al (2007), que trata sobre vasectomia. Se aparentemente este artigo não diz nada a respeito de casal, pois descreve uma técnica de vasectomia sem o uso de bisturi, muito se revela na descrição do modo como os sujeitos de pesquisa foram selecionados, e como optaram pela realização da técnica. A vasectomia é realizada nos homens, mas a escolha pela técnica, segundo o artigo, foi tomada “pelo casal”, que pode escolher entre diversas opções. Apesar de, ao contrário do artigo anterior, o objetivo dos pesquisadores aqui não visar nenhum tratamento ou melhora de condições sexuais, parece que a mesma compreensão de casal está em jogo, subjacente ao estudo. O casal, aquele que transa regularmente, mas precisa que o sexo seja despreocupado e satisfatório, busca a vasectomia como modo de evitar uma gravidez. Quem decide é o casal, sobre seu próprio comportamento sexual e sobre suas intenções futuras em relação à procriação. Casal aparece, também, como “aquele que decide sobre sua reprodução”.

Casal e família é uma combinação muito presente entre vários artigos, e muitas pesquisa apresentam este foco em seu objetivo principal. Murta et al (2012) realizam um estudo para avaliação de um programa psicopedagógico sobre a transição de um casal para a “parentalidade”, enquanto Prati e Koller (2011), dentro de um referencial da psicologia positiva, abordam esta mesma

“transição” do casal para o que chamam de “coparentalidade”, movimento que compreendem como uma crise no casal conjugal, por trazer “novas funções” para cada membro. Estes exemplos parecem revelar uma compreensão de casal como um fenômeno que existe em duas etapas: a etapa conjugal (onde só existe o casal entre si) e a etapa parental (onde passam a ser um casal com filhos). Tais etapas são, no entanto, exclusivas: uma vez chegando a etapa parental, o casal passa a não existir mais como conjugal.

Em mais exemplos de compreensão similar a estas, Gomes (2003) parece ir em outra direção ao sugerir, em um estudo de psicodiagnóstico infantil, que o olhar seja deslocado da criança para o casal parental, admitindo a realização de um atendimento deste casal independentemente da criança. No entanto, vê os pais já como “casal parental” e não os interpreta independentemente da criança. Soares (2002) parece fazer este mesmo esforço de separar o casal da família em um relato de um atendimento psicanalítico de um casal que está prestes a se “tornar família”. Nestes dois exemplos, assim como nos dois anteriores, o casal aparece como sendo dividido entre “conjugal” e “parental”.

Surge aqui um questionamento importante presente em diversos artigos, que acabam por misturar atendimentos de casal e família: Será que o casal muda seu modo de existir enquanto casal com o aparecimento de filhos? Não questiono as modificações na cotidianidade que certamente acontecem com a chegada de um filho. Refiro-me aqui ao modo mesmo como o casal, entre si, se apresenta e se compreende. Tal questionamento se faz importante, na medida em que o terceiro, o filho, possa aparecer como tema quando o casal busca atendimento. Neste sentido, o que se apresenta não é a mistura do casal com

família, mas os filhos como tema importante do atendimento; situação essa que é objeto de algumas pesquisas.

Favero-Nunes (2010) pesquisa sobre a repercussão de ter uma criança autista na vida conjugal do casal. Morelli *et al* (2013) relatam a experiência de pais enlutados pela morte de um filho, em um atendimento que acrescenta elementos para esta discussão. Ambos os membros do casal pesquisado relataram um distanciamento entre si após a morte do filho, justificando também, em acordo entre si, que tal distanciamento entre eles se deveu por não terem vivenciado o luto conjuntamente, e sim, individualmente. Segundo os autores, o marido esperava da esposa uma aproximação do luto vivido por ele, enquanto a esposa sentia-se incapaz de se aproximar por lembrar do filho falecido ao ver o marido. Morelli *et al* (2013) ainda afirmam que aspectos que os pesquisadores consideram vitais para a formação e manutenção do casal, como a construção de vínculos, a saber, “envolvimento, atenção e dedicação”, não estavam mais presentes neste casal pesquisado, o que mostrou para os pesquisadores o fundamento da crise pela qual o casal passava.

Esses três artigos citados trazem uma compreensão diferente dos anteriormente descritos. Aqui os casais são compreendidos como possuidores de um modo de ser casal independente dos filhos, ainda que afetado por estes. No último artigo os autores deixam claro que consideram que “envolvimento, atenção e dedicação” são elementos fundamentais para formação e manutenção de casal. Nestas compreensões o casal foi dissociado de necessidades sexuais como sendo constitutivo e definidor do ser casal; ao mesmo tempo em que não se perde a compreensão de casal como um “membro de algo maior”, a família. Poder-se-ia dizer que apesar dos filhos – não independente dos filhos, mas

justamente por causa da presença deles – o casal aqui é compreendido como “aquele que se cuida, que se dedica a si mesmo”.

Este modo de compreensão também está presente em algumas pesquisas sobre saúde mental em casal. Cito dois artigos que destacam esta questão. Monson et al (2012) interrogam sobre a pertinência da introdução de terapia familiar e/ou de casal para ajudar a tratar veteranos de guerra diagnosticados com TEPT (Transtorno do Estresse Pós-Traumático), argumentando que o envolvimento do parceiro no tratamento pode ajudar na melhora clínica do paciente. Já Bout et al (2010) realizam um extenso estudo com psicoterapia em grupo para casais, onde um ou os dois membros são diagnosticados com “doenças psiquiátricas não psicóticas, disfunções de personalidade e/ou problemas complexos de relacionamento conjugal” (p.11). Nestas pesquisas, que possuem como foco o tratamento de transtornos psiquiátricos, o casal aparece como aquele capaz de ajudar, de dar suporte ao membro fragilizado. Casal é aquele que se cuida, mas também é aquele que serve como rede básica de sustentação de sentido, como apoio para melhora de um ou de ambos.

Em outra compreensão, aparentemente distanciada, mas curiosamente próxima, aparecem pesquisas sobre violência doméstica. Nestas pesquisas, como em Ribeiro (2009), a violência doméstica é vista sob a análise da vulnerabilidade de um dos membros, no caso a mulher grávida ou em puerpério. Nesta pesquisa, o casal aparece como um *locus* de perigo, de tensão, como aquele que pode destruir a si mesmo ou a um dos membros. Já Torossian, Heleno e Vizzotto (2009) apresentam uma perspectiva um pouco diferente, pela qual a compreensão do casal como *locus* de perigo, capaz de destruir a si

mesmo ou a um dos membros, se confunde com a compreensão de casal como “aquele que se cuida”. Em seu artigo “Relacionamento conjugal e o fenômeno da violência doméstica: um estudo de caso”, os pesquisadores apresentam um atendimento de um casal realizado na Delegacia de Defesa da Mulher, como uma possibilidade de tratamento para cuidar do casal. O relato do caso revela que ambos são dependentes químicos e, quando há drogas/bebidas em casa, usam-nas sem limites. O próprio casal atendido, ao longo das consultas, começa a perceber pontos importantes de manutenção da relação. Eles dizem que ambos “seguram a loucura do outro”. Assim, passa a ficar claro para os pesquisadores que quando um “estava mal” o outro se fortalecia e vice-versa. Durante os encontros, segundo os autores, houve momentos em que o homem agressivo se transformava em menino e ela parecia cuidar dele como mãe; em outros momentos, ela mostrava-se totalmente dependente dele. No último encontro relatado na pesquisa, há um diálogo esclarecedor, no qual ela afirma que preferia ele bêbado, pois assim ele a notava, ao que ele respondia afirmando saber que ela não quer que ele se cure, que ele melhore. Os autores concluem

A lei ratifica (...) que o homem agressor é o único responsável pelos conflitos conjugais; assim, ao afastá-lo do círculo familiar, todos os problemas estão resolvidos. Entretanto, essa visão não parece ser verdadeira, pois, como no caso apresentado, foi possível detectar que a violência que permeia a relação do casal, efetivamente, muitas vezes é uma forma de comunicação, ainda que muito perversa; que não há vítimas nem tampouco culpados, mas companheiros que se complementam em suas patologias. (TOROSSIAN, HELENO e VIZZOTTO, 2009, p.16).

Este artigo é muito destoante do que oferece o senso comum sobre violência doméstica, e parece compreender que casal é sim um *locus* de perigo e tensão, mas não somente. Casal também é aquele que se cuida, e também é aquele que serve como rede de sustentação de sentido; afinal, o sentido

sustentado não precisa ser o da cura de uma patologia, mas pode ser também a própria patologia. Esta pesquisa, em suas compreensões subjacentes, levanta uma questão quanto ao que se espera de um casal. Para colaborar com esta discussão sobre o que se espera de um casal apresento um último artigo, cujo tema central é gravidez na adolescência.

Almeida e Souza (2011), ao analisarem um casal grávido na adolescência, alertam para a necessidade de mudanças e adaptações vividas pelo casal. Enfatizam a necessidade de se considerar tanto a história pessoal e o contexto socioeconômico quanto os contextos “assistencial” e “existencial”, para poder compreender a experiência do casal. As autoras conseguem agrupar alguns pontos de análise nas entrevistas realizadas, no que tange ao modo como o casal se percebe: a dificuldade e o enfrentamento ao contar da gravidez para os pais e família; contar com a ajuda das pessoas circundantes; compreensão da novidade da experiência. Assim “O ser-casal-adolescente apresentou-se temeroso por ter que contar sobre a gravidez e mostrar ao mundo público que já não era mais como todos os adolescentes, ou como se esperava que fosse” (p.461). De acordo com as pesquisadoras, o casal afina-se no temor, ao compreender sua nova situação de casal grávido. Não seria mais um casal-adolescente como outro qualquer, seria agora um casal-adolescente grávido, lidando com as angústias desta situação. Mostram que, ao menos neste primeiro momento, o casal teme a si mesmo e ao mundo.

A gravidez é um evento que, no casal pesquisado e relatado neste artigo, marca uma mudança no modo como o casal se compreende como tal. Esta mudança no modo de se compreender não parece estar descolada do cotidiano, do modo como o “casal-adolescente-grávido” é percebido. A pesquisa não relata

uma experiência de gravidez como outra qualquer, mas revela a problemática social em torno de uma gravidez específica, a que ocorre na adolescência. A concepção da pesquisa já revela que há algo de diferente em uma gestação que ocorra nesta faixa etária, que traria preocupações de cuidado na área da saúde. As pesquisadoras se referem a esta expressão, “gravidez na adolescência”, como sendo:

Amplamente divulgada pela mídia e discutida por profissionais das várias áreas do conhecimento, tem sido problematizada a partir das concepções sócio-histórico-culturais construídas através dos tempos e vem ganhando destaque na área social ou científica, não por ser um fato novo, mas por representar um desafio ao setor de saúde. (ALMEIDA e SOUZA, 2011, 458).

Percebo que aparece nesta pesquisa, não pela conclusão das autoras, mas pelo que elas revelam do que se espera de um casal-adolescente, uma compreensão de casal a partir de uma expectativa pela qual a idade seria importante para as escolhas de sexo e procriação. A compreensão de casal como “aquele que transa regularmente” está presente, mas marcada por uma compreensão “hierárquica” de casal, visto que haveria casais capazes de decidir sobre a própria sexualidade (como fazer vasectomia, por exemplo) e casais incapazes (adolescentes). Casal aqui também aparece como sendo aquele que precisa da validação dos pares em relação a suas decisões. Esta compreensão deixa ver o que esperamos, como esperamos, de que “tipo” de casal esperamos. Ou seja, esperamos a gravidez com planejamento de um casal estabelecido e reconhecido como “maduro”, e não esperamos gravidez sem planejamento de casais jovens, adolescentes.

Comecei este levantamento de pesquisas de atendimento de casal para tentar dialogar com aquilo que percebi fazer parte de minha bagagem: os temas

já sedimentados como relevantes de serem abordados em um atendimento de casal, e que seriam importantes para a compreensão do casal atendido. Deste levantamento, algumas compreensões explícitas ou tácitas de casal subjacentes às pesquisas puderam aparecer. Casal aparece como “aquele que transa regularmente”, “aquele que busca uma vida sexual satisfatória”, “aquele que decide sobre sua reprodução”, “aquele que é parental”, “aquele que se dedica a si mesmo”, “aquele que se cuida, sendo rede de sustentação de sentido”, “aquele que é *locus* de perigo e tensão”, “aquele que sustenta a própria patologia”, e finalmente “aquele que recebe expectativa externa, sendo validado ou não por seus pares em suas decisões”. Tais compreensões revelam o recorte da perspectiva destas pesquisas.

Enquanto em pesquisas sobre HIV e DST o casal aparece compreendido apenas em sua sexualidade, mas no que tange a hábitos e realizações desta, em pesquisas sobre impotência masculina ou vasectomia, o casal aparece em sua sexualidade como restrição ou planejamento. Mas o foco está ainda na sexualidade. Já em pesquisas sobre preparação para ter filhos ou sobre psicodiagnóstico infantil, o casal aparece em sua parentalidade. O luto da perda de um filho ou os problemas enfrentados por um filho trazem nas pesquisas também a perspectiva da parentalidade, no entanto, uma parentalidade que não se realiza por completo. A compreensão do casal como autocuidado, ainda que presente nessas pesquisas, só estará claramente descrita e considerada nas pesquisas sobre saúde mental e parecerá completamente abandonada quando se tematiza a violência doméstica.

Ainda que seja possível perceber que todas essas compreensões estão presentes veladamente em todas as pesquisas, o recorte da perspectiva de

estudo de cada uma delas fez ver apenas um determinado aspecto, revelando o casal como sendo compreendido a partir deste determinado aspecto. Observo também, que esta compreensão do casal que já se dá a partir de um recorte permanece inquestionada e torna-se sedimentada também em certo “óbvio cotidiano”: quem tem DST transa; quem tem filhos é parental; quem faz vasectomia planeja futuro; quem tem filhos na adolescência não planeja futuro. Todavia, questionar estes pressupostos e estes aspectos óbvios do cotidiano que definem e balizam a compreensão de casal me parece importante quando pesquiso sobre atendimento de casal.

Lembro aqui da afirmação dos plantonistas em nossa supervisão, ao me dizerem, com muita certeza, que aqueles que haviam sido atendidos não eram um casal, ou mesmo que “até podem vir a ser, mas não são”, como disse a plantonista. O que faltava? Há algo de natural e óbvio na concepção de um casal? Vendo tantas compreensões subjacentes a estas pesquisas, além daquelas que eu mesmo trouxe, entendo que há muitos modos de ver e compreender um casal e acredito que os plantonistas, eles também, possuíam alguma compreensão não explicitada e já sedimentada que não estava presente naquele casal. Agora, retomando minhas tentativas de, junto com eles, entender sua afirmação, tentativa esta que incluiu refletir sobre brigas, amor e tempo, levanto a possibilidade de que talvez estivesse presente uma compreensão de casal como “aquele que se percebe de modo unificado, que se canta em uníssono”. Isto me provoca um alerta. O que pode acontecer quando minha compreensão de casal não está presente naquele casal atendido?

Tomo, como exemplo, um olhar que considere unicamente a vida sexual ativa como sendo balizador de uma relação de casal. Penso em um psicólogo

que compreende casal como “aquele que transa regularmente” e “aquele que tem uma vida sexual satisfatória”. Ao não encontrar nem atividade sexual frequente, nem qualidade na quase nula atividade sexual de um casal atendido, será que a conclusão seria: “este não é um casal”? Ou será que a conclusão seria: “o problema é óbvio, eles precisam transar mais e melhor”? Tais conclusões poderiam ser traduzidas como “eu sei como deve ser a forma correta de ser um casal, e vocês não estão sendo”, oferecendo uma compreensão de casal que se fecha a outras possibilidades de casal, como por exemplo “aquele que não transa”.

Não acredito que seja possível despir-me de qualquer compreensão prévia, baseada em algum conceito teórico ou no interpretar mediano do senso comum. No entanto, parece-me razoável que, no caminho fenomenológico existencial que percorro, tal compreensão precise ser esclarecida, trazida à luz, para que ela não determine o olhar que irá guiar a pesquisa, mas ao contrário, fazendo parte dele. Para isso, farei um resgate histórico disto que chamamos até agora, sem muito esclarecimento, de “casal”.

1. Casal, uma compreensão histórica.

Estranho fenômeno este, o acontecer de um casal. Um encontro entre duas existências. Não se trata de um encontro qualquer, mas um encontro permeado por significados complexos, difíceis de serem apreendidos em mera observação casual. Marcado pela história e deixando marcas nela, a descrição de um casal, o modo de constituição de um casal, ou os papéis inerentes a um casal, apresentaram mudanças ao longo dos tempos assim como contribuíram para mudar os tempos. Segundo Diniz-Neto e Féres-Carneiro (2005):

Padrões de relação antes vistos como desvios passam a conviver com relações formalizadas, havendo uma heterogeneidade nos relacionamentos afetivo-sexuais. Não desaparecem os traços do modernismo, surgem outros que convivem com os antigos. (DINIZ-NETO e FERES-CARNEIRO, 2005, p. 137).

Casais casados, juntados, morando junto ou separados, dividem tarefas domésticas ou separam bem quem fica em casa e quem sai para trabalhar; casais monogâmicos ou casais poligâmicos, cercados de valores e crenças distintos, desafiando padrões ou seguindo os mesmos padrões seguidos por seus avós – aí se mostra heterogeneidade, o mosaico deste fenômeno. Além disso, ainda se pode acrescentar que, na maior parte das relações que se constituem hoje, “não se acredita mais que duas pessoas sejam feitas uma para a outra. O casamento não é mais para toda a vida” (DINIZ-NETO e FÉRES-CARNEIRO, 2005, p.137).

Enfim, quem eu atendo, quando atendo um casal? A quem se destina, então, este atendimento?

A primeira observação que se pode fazer é, justamente, quanto à falta de um modelo único estruturado, uma referência, sobre a quem se dirige este atendimento. Diniz-Neto e Féres-Carneiro (2005) discutem que a atual organização sociocultural, que os autores chamam de pós-moderna, na qual nos inserimos, se mostra nos modos plurais de acontecimentos de casais. Os autores destacam que:

No caso da mulher, além do abandono da posição de “rainha do lar”, com a demanda para entrada no mercado de trabalho, a maternidade passou a ser vivida não mais como o aspecto marcante da subjetividade feminina. O papel de mãe e esposa choca-se com o de profissional, levando a uma fusão entre o público e o privado. No caso do homem, ele perde o lugar de figura de força e poder, esmaecido, primeiro pela autoridade

pública, depois pelas mulheres. Encontra-se perdido entre identidades difusas e em mudança. Já não é mais o pai moderno, com quem os filhos têm de disputar o poder, admirando-o e odiando-o, e nem o macho dominador, “o cabeça do casal” capaz de fazer o seu desejo prevalecer sobre o da esposa. Perdido, aloja-se em um lugar mais distante nas relações da família. (DINIZ-NETO e FÉRES-CARNEIRO, 2005, p.136).

Assim, os autores destacam as mudanças que têm ocorrido nas relações, tanto no que concerne aos modos como elas acontecem quanto no que diz respeito aos modos como seus membros se compreendem. Em relação a isso, Grzybowski (2002) argumenta que o aumento constante no número de divórcios pode ser compreendido como sintoma revelador da crise presente na compreensão dos papéis familiares. Acredito que as mudanças nas relações não se limitam à compreensão dos papéis familiares, mas à própria constituição do casal ele mesmo, marcada pelo surgimento de novas configurações afetivas. Vejam-se casais homossexuais, casais transexuais e o poliamor, além do surgimento de novas tecnologias (internet), que propiciam relacionamentos à distância, permitindo o aparecimento de casais que não estão presencialmente juntos. Demandam novos modos de configuração nessas relações, que já não são mais a “relação tradicional”, “caracterizada pela autoridade paterna, pela produção econômica conjunta, pela ênfase nos aspectos pragmáticos do casamento e por uma composição ampliada que abrigava muitos membros” (DINIZ-NETO e FÉRES-CARNEIRO, 2005, p. 137).

Outras mudanças marcantes nas relações referem-se às expectativas e anseios sexuais-afetivos femininos e masculinos dentro de um casal. Jablonski (2010) apresenta o conflito ocasionado pela participação da mulher no mercado de trabalho, sendo que a jornada feminina “dobrou” (trabalhadora e dona de

casa), enquanto que a esperada “entrada” masculina nas “tarefas domésticas” sofre grande resistência dos homens. “A realidade macrosocial sobrepuja a microssocial no que diz respeito à assunção de tarefas dentro do lar, de acordo com o que prega uma visão teórica mais alinhada com a postura de perspectiva de gênero” (Jablonski, 2010, p.264). No entanto, cabe salientar, que este questionamento e consequente reflexão de mudanças relativas à divisão de tarefas e às expectativas individuais de cada membro do casal refere-se a esta “configuração tradicional”. O próprio autor afirma que deixa de fora da sua pesquisa outras configurações, como casais homossexuais.

A “configuração tradicional” de casal, esta compreensão do fenômeno como duas pessoas, um homem e uma mulher heterossexuais, que em seu casamento precisam lidar com aquilo que se espera de seus hábitos “femininos” e “masculinos”, é importante de ser compreendida e analisada nesta pesquisa. No entanto, como a tentativa deste capítulo é entender a quem se dirige o atendimento de casal, ou seja, quem é este que atendo, revela-se necessária uma compreensão mais ampla deste fenômeno, o casal. Nesse sentido, penso ser importante uma breve revisão histórica, que permita suspender o entendimento de casal como esta “configuração tradicional”, para poder alcançar uma compreensão mais abrangente do fenômeno.

Foucault (1977) lembra que o modo como as relações sexuais se estruturam é uma construção histórica. A sexualidade apareceria, em um primeiro momento, como “dispositivo” de aliança para manutenção do corpo social. Tal dispositivo, ao originar a família, acaba por instituí-la como o local dos afetos, sentimentos e amor. Ferres-Carneiro (1998) parece concordar com esta ideia, alertando para não se tomar como natural aquilo que hoje se experiencia

e se conceitua como casal. A autora ainda dialoga com Lévi-Strauss, ao retomar os primórdios das formações “de casal” como sendo um modo de aliança. Esta aliança garantiria a intervenção do grupo no que tange a recursos escassos. Tal aliança se destaca por sua “reciprocidade, que canaliza para a coesão, forças que poderiam estar naturalmente destinadas à competição e à degradação” (FÉRES-CARNEIRO, 1998, p.382).

Ao considerar estes dois aspectos, aliança e sexualidade, este modo de se relacionar que denominamos “casal” revela-se, ao menos em suas origens, como um modo de perpetuação. Ele teria por função “não somente entre os reis e os príncipes, mas em todos os níveis da sociedade - ligar duas famílias, e permitir que elas se perpetuem, muito mais do que satisfazer o amor de duas pessoas” (FÉRES-CARNEIRO, 1998, p.382). A autora destaca com isso que apenas a partir do século XVIII é que o amor passa a fazer parte do casamento, estabelecendo-se como modelo a ser seguido e almejado. Antes deste período, no entanto, o amor – apesar de ser cantado e estar presente na literatura ocidental “pelo menos desde o século XII” (FÉRES-CARNEIRO, 1998, p.382) – não estava presente no casamento, dizendo respeito a aventuras e romances que raras vezes poderiam se concretizar com a formação de um casal.

Consigo observar isso na própria aparição do étimo “casal” em português, que data do século XVII, (Houaiss, 2009), portanto, em torno de um século antes do período em que Féres-Carneiro (1998) destaca a aproximação de “casamento” com “amor”. Assim, casal aparece historicamente como um fenômeno destituído de certas compreensões que hoje lhe são “naturalmente” atribuídas (tais como amor, parceria e decisões de vida). No entanto, será que hoje essas possibilidades mais arcaicas, como a aliança para sobrevivência e a

manutenção do corpo social, ainda estariam presentes? O que nos revela o senso comum? O que revela a linguagem mais imediata, do modo como é compreendida pelo dicionário?

Etimologicamente, casal vem do Latim, *casale*, designando o que era relativo a ou pertencente a uma casa. Posteriormente, no latim medieval, passa a designar a própria casa, conjunto de casas, ou propriedade. Até hoje este significado ainda é mantido no dicionário português, como se vê no Aurélio (2010):

Casal [Do lat. vulg. *casale* < lat. *casa*.] S.m. 1. Pequeno povoado; lugarejo de poucas casas. 2. Pequena propriedade rústica; granja: ‘tão rota, tão trôpega, tão triste, até os cães me ladrariam da porta dos casais’ (Eça de Queirós, Contos, p.358). 3. Par composto de macho e fêmea, ou homem e mulher. 4. *P. ext.* Par, parelha. 5. Urdidor.

Por sua vez, Houaiss (2009) define casal como:

Casal s.m. (870) 1 povoado pequeno; lugarejo (*após o bródio, os ganhões recolham aos seus casais*) 2 pequena propriedade (tenho dois casais com oliveiras) 3 par formado por macho e fêmea 3.1 marido e mulher 3.2 qualquer par de pessoas cuja relação é amorosa e/ou sexual 4 *p.ext.* duas coisas iguais; par, parelha 5 *p.ext.* m.q. URDIDOR (‘caixa’).

Há nesta definição apresentada pelos dicionários algumas peculiaridades. Dos cinco significados possíveis elencados por eles, apenas dois remetem ao emprego da palavra como “dois elementos que estão juntos” ou “duas pessoas que se relacionam”, ou seja, a terceira e a quarta definição. Talvez seja importante me deter sobre o que compartilha o discurso do dicionário.

O discurso é um existenciário originário de abertura-de-ser. Para Heidegger, “O discurso é existencialmente de igual originariedade que o *entender*. A entendibilidade já está sempre articulada, inclusive já antes da

interpretação apropriadora” (HEIDEGGER, 2012, p.455). Deste modo, o sentido se revela no discurso: “o discurso é a articulação significacional da entendibilidade do encontrar-se no ser-no-mundo” (HEIDEGGER, 2012, p.459). Por já sermos-aí no-mundo, compreendendo e interpretando, partilhamos o sentido e nos comunicamos. O “expressar” já é um ser-fora, o *aí*, marcando a abertura que é a existência.

Aquilo que falamos, portanto, é constitutivo do discurso como abertura da existência. Dizer que esta palavra aponta o sentido de dois elementos que estão juntos, como nas terceira e quarta definições dos dicionários, expressa um determinado modo de ser-no-mundo. Dizer que esta palavra aponta o sentido de uma construção, como nas primeira e segunda definições, expressa um modo outro de ser-no-mundo, um modo outro de ser-com-os-outros.

Ao retomar a análise histórica de Ferres-Carneiro (1998) acima, consigo ampliar meu horizonte de compreensão. A autora pontua que até o século XVIII a função do casamento era ligar duas famílias e permitir que elas se perpetuassem. Anteriormente a este período, o casamento (aqui entendido simplesmente como formação de um par) tinha como visada uma aliança de sobrevivência. Nesse contexto, o sexo teria a função de garantir a sobrevivência do grupo. Dou-me conta, aqui, que acasalar (procriar, *pro-criar*) vem de casal. Embora empregado no contexto da zoologia (na linguagem cotidiana, dizemos que animais acasalam, mas não dizemos que pessoas acasalam), o verbo possui seu significado intimamente ligado a “formar um casal”. No português, a reprodução parece estar vinculada com o casal (casal: “aquele que transa”). Mas, seria esta uma questão somente do português?

Curiosamente, entre as línguas latinas, e até mesmo considerando o inglês e o alemão, o português é a única que possui uma palavra mais específica para este fenômeno, o casal. Em espanhol, casal é *Pareja*, que é simplesmente um conjunto de dois elementos parecidos, ou do mesmo tipo, ou dois elementos colocados juntos (*una pareja de vasos, una pareja humana*). Em italiano e em francês o mesmo corre, tanto casal quanto par/pareilha são definidos pela mesma palavra (*coppia, couple*, respectivamente). Em inglês, *couple*. Em alemão, *Paar*.

Couple, coppia ou *couple*, têm sua origem no latim *copula* (ligação, união). *Copula*, vem de *co* (junto) e *apula*, de *apere* (amarrar, vincular). *Copula* seria amarrar-se junto a..., vincular-se a... O latim *copula* origina o português cópula, copular, que designa o próprio ato sexual, o coito. No português, o “vincular-se a alguém”, *copula*, acaba adquirindo o sentido do ato sexual. Por sua vez, o “estar junto a alguém” acaba por se originar em outro étimo, *casale*. Entretanto, nas línguas citadas é possível se referir a pessoas e a cadeiras com a mesma palavra, *couple, coppia, paar*, o que mostra o sentido de “vincular-se a alguém” modificado para algo como “estar ao lado de”. Em português, porém, soaria quase incompreensível se dissessem “aquele par está apaixonado” ao se referirem a duas pessoas, e seria praticamente um absurdo dizer “comprei um casal de cadeiras para minha sala”.

Será que a origem da palavra casal, destacada do latim *copula* como em outras línguas latinas, seria um mero acaso? Como a análise etimológica da palavra pode ajudar na compreensão do sentido atual de casal? Esta análise pode ajudar a revelar este a quem o atendimento se destina?

Segundo os dicionários, casal, do latim *casale*, deriva de *casa*. Nos primeiro e segundo significados oferecidos pelo dicionário é esta definição que

encontro: pequeno povoado e pequena propriedade rústica. Casal, nestes casos, não faz referência a pessoas e sim a uma edificação. Casal é um local onde habitam pessoas, ou um grupo de pessoas. Parece que, nesta compreensão imediata, casal é casa. Mas a palavra “casa” também pode ser empregada para se remeter a uma família, geralmente da nobreza, como em quando se diz “aquela casa real está no poder há dois séculos” ou “as casas de Lancaster e de York travaram uma guerra que durou trinta anos, conhecida como guerra das duas rosas”. Neste caso, *casal é casa*: A união de “dois casais” (*casal* como uma casa pequena, um pequeno povoado, ou seja, uma determinada família), forma um novo casal (uma nova casa, um novo povoado, uma nova família). Casal é casa.

O verbete *casal*, assim, traz dois significados referidos a casa e povoado, construções. Na sequência, as definições três e quatro (par composto por macho e fêmea e parrelha), remetem a dois elementos juntos. Na diferenciação estabelecida pelo Houaiss, também aparece a percepção de *casal* como “qualquer par de pessoas com relação amorosa ou sexual”. Deste modo, esses significados remetem tanto à palavra latina *copula* (vincular-se com alguém), quanto a acasalar, visto a referência a macho e fêmea ou a pessoas que se amam e que transam. Há, além destes quatro significados, um quinto, sobre o qual ainda não me debrucei.

Deixei, até agora, de fora desta análise da compreensão imediata do modo como aparece nos dicionários, este quinto significado listado para o verbete *casal*: urdidor. Urdidor pode ser uma profissão ou um objeto. Aqui, como sinônimo de *casal*, trata-se de um objeto. Urdidor é uma caixa com compartimentos onde estão os novelos em um tear. Destes novelos saem os fios

que formam a trama que está sendo tecida. Casal possui, então, outro significado que complementa a reflexão que apresentei até agora. Ao mesmo tempo que casal é casa, casal também é o lugar onde “habitam” os romances, individualmente, cujos fios vão compor a trama de um tecido. Casal revela-se aqui, poeticamente, como possibilidade de se tecer algo.

Assim, posso recolher o que foi descrito e conquistado até aqui no que diz respeito à compreensão de casal. Esta compreensão hoje possível talvez seja também uma sobreposição de diversas interpretações históricas acerca de casal. Deste modo, o fenômeno possui sua origem na necessidade de alianças para manutenção e proteção de recursos, sendo estrutura do corpo social. Posteriormente, ainda que não se trate de proteção a recursos escassos, o casal mantém sua função social como manutenção de propriedades e recursos familiares. Até o século XVIII, sexo e amor permaneceram, deste modo, separados e, somente a partir de então, o amor passou a fazer parte das possibilidades de compreensão de casal.

Ainda que hoje o amor apareça como balizador “natural” no discurso cotidiano, as demais interpretações históricas não foram esquecidas, dados os estudos referidos anteriormente: o casal interpretado como “aquele que transa”, está, de certo modo, dissociado do amor; o casal interpretado como “aquele que decide sobre sua reprodução”, ainda que de posse da possibilidade de decidir sobre o tema, inexistente na antiguidade, ainda apresenta o horizonte interpretativo da reprodução e manutenção de recursos.

Assim, o olhar para a origem da palavra visava não apenas revelar a compreensão histórica, mas também dar a ver o que no discurso imediato aparecia como sendo próprio de sua comunicação. Etimologicamente, casal

apareceu aqui como um par de pessoas, mas não um par qualquer. Casal também apareceu como casa, uma construção; também se revelou como possibilidade de tecer, de “construir” algo, uma “casa tecida”. Neste sentido, sendo casa e possibilidade de construir a casa, posso questionar se casal também seria aquele que habitaria esta casa. Mas, de que modo? Mais uma vez recorro aqui a minha supervisão com os plantonistas. Eles usaram o verbo “ser”, ao negar o casal, dizendo “eles não são um casal”. Naquele momento, percebi que havia uma diferença entre dizer “eles são um casal” e “eles formam um casal”. Mas qual seria a diferença? Ao descrever casal como casa ou como possibilidade de construir uma casa, será que faria mais sentido dizer “eles formam um casal”, pois se trata de uma formação ou uma estrutura construída por pessoas? Ou será que o verbo “ser” faria mais sentido?

2. Casal: casa habitável

Casal é casa, é possibilidade de construir casa, é possibilidade de habitar a casa e de habitar o seu construir. Que uso é esse que faço da palavra “casa”? Não me refiro a uma construção física, de tijolos e telhas. Tampouco me refiro ao vilarejo, descrito no dicionário. Uso a palavra “casa” em um sentido “corrompido”, aquele mesmo que se usa ao se referir a uma “casa real” quando se está designando uma “família” e não uma construção. Em outras palavras, quando digo que casal é casa, compreendo “casa” como um habitar-junto, um *éthos*. Para refletir sobre esta questão, recorro mais uma vez a Heidegger.

Ser-no-mundo é um fenômeno de unidade que comporta uma tríplice visualização: “em-um-mundo”, o ente que sempre é no modo de ser-no-mundo, e “ser-em”. Heidegger (2012) diz que “em” significa morar, habitar, determinar;

ao mesmo tempo, considera que ser-em é constituição fundamental de ser-aí, significando morar junto a..., ser familiarizado com... Ou seja, ser-em um mundo, é morar junto neste mundo, é ser familiar com este mundo.

A morada, o lugar onde se habita, é a própria existência. Para Heidegger, só é possível construir uma moradia, pois antes, originariamente já habitamos. “Somente em sendo capazes de habitar é que podemos construir” (Heidegger, 2006a, p.139). Mais à frente, o filósofo afirma que “ao habitar, pertence um construir e que dele recebe a sua essência” (HEIDEGGER, 2006a, p.140).

Quando me refiro a morada, a habitar, por tanto, refiro-me a algo diferente de quando digo “preciso ter um teto” ou “moro na rua qual, número tal”, ainda que esteja me referindo a algo conectado e relativo a estes usos de expressões idiomáticas. Morada, aqui, remete ao habitar da existência, este habitar “originário” que, justamente, permite ao homem construir ou desconstruir e demolir, permite ao homem ser quem é, humano ou *des-humano*.

Este habitar é dado em especial pela condição de ser-no-mundo, pois é por ser-no-mundo que ser-aí já é sempre ser-junto-às-coisas e ser-com-os-outros. Nas palavras de Heidegger (2006a), “os mortais são, isto significa: em habitando têm sobre si espaços em razão de sua de-mora junto às coisas e aos lugares” (p. 136). Ou seja, os homens permanecem em uma condição de ser entre as coisas e os lugares, ser-junto-às-coisas é onde o homem habita. Habito meu habitar a partir de mim, do meu modo de ser que já é sempre ser-com, ou seja, habitar é “ser trazido à paz de um abrigo, (...) permanecer pacificado na liberdade de um pertencimento” (HEIDEGGER, 2006a, p. 129). A morada permite que se permaneça pacificado na liberdade de considerar cada coisa em seu ser. A morada abre para a liberdade, que significa *deixar-ser* o ente como

ele é. “A liberdade em face do que se revela no seio do aberto deixa que cada ente seja o ente que é. A liberdade se revela então como o que deixa-ser o ente” (HEIDEGGER, 1973, p.161).

O filósofo explica que “deixar” não está colocado no sentido de omissão ou negligência, como quando nos abstermos de fazer algo que havíamos proposto. “Deixar-ser” está no sentido de entregar-se ao ente. “Deixar-ser o ente – a saber, como ente que ele é – significa entregar-se ao aberto e à sua abertura, na qual todo ente entra e permanece, e que cada ente traz, por assim dizer, consigo.” (HEIDEGGER, 1973, p. 161).

Ao dizer que compreendo “casa” como “habitar-junto”, portanto, refiro-me a esta morada que permite o habitar livre do deixar-ser: refiro-me ao *éthos*. Heidegger (1967)²³ resgata a palavra grega que se referia à morada (o habitar junto-com): *Ethos*. “Ethos significa estada (*Aufenthalt*), lugar de morada. Evoca o espaço aberto onde mora o homem” (p.85). *Ethos* é a palavra grega que origina ética, como também designa o espaço grego de *con-vívio*, o *locus* onde habitam os homens.

Partindo dessas reflexões, posso complementar a compreensão anterior de casal como casa. Só é possível o relacionar-se com outra existência, bem como o ficar sozinho, pois já somos originariamente ser-com, pois temos nossa existência caracterizada por ser-no-mundo. Assim, nossa constituição

²³ Preferi usar a tradução de 1967 de Emmanuel Carneiro Leão (Ed. Tempo Brasileiro), por ter sido traduzida do original alemão “*Über den Humanismus*” e que leva o título de Sobre o Humanismo. Após a introdução, Leão oferece duas opções de título, Sobre o Humanismo e Carta sobre o Humanismo, mas mantém o título do livro mais próximo ao original alemão *über den Humanismus*. A tradução de Rubens Eduardo Frias, de 1991, a partir do francês *Lettre sur l’humanisme* apresenta o título “Carta sobre o Humanismo”. Nesta tradução, o mesmo trecho seria: “Se, portanto, de acordo com a significação fundamental da palavra ἦθος, o nome Ética diz que medida a habitação do homem, então aquele pensar que pensa a verdade do ser como o elemento primordial do homem enquanto alguém que ec-siste, já é em si a Ética originária” (p.38).

fundamental de existência é ser-em, ou seja, somos-familiares-com. Somente por já sermos esta existência possível é que podemos nos realizar desta ou daquela maneira, solitários ou em relacionamentos. O fenômeno casal aparece, assim, como um fenômeno possível desta existência, que já sempre *co-existe*. Casal, portanto, é possibilidade de realização do existir. Possibilidade esta que pode ser descrita como um modo de construir e habitar, uma possibilidade existencial de ser-familiar-com, de ser-em. Assim, trazendo a dúvida gerada quanto ao verbo que descreve casal (eles *são* um casal ou eles *formam* um casal), e tentando resolvê-la, aparece a importância de se incluir no verbo *ser* seu caráter de possibilidade de realização: “eles *podem ser* um casal”.

Com isto, não busco postular um modo melhor ou mais originário de ser casal. Busco, ao contrário, indicar que não há base essencial que defina casal. Ao retomar as compreensões de casal que apareceram para mim na leitura dos artigos apresentados neste capítulo consigo entender que, ao mesmo tempo em que casal apareceu em alguns artigos como “aquele que transa regularmente”, também estava presente, ainda que veladamente, como “o que transa raramente”, ou “o que não transa”; assim também, ao mesmo tempo em que apareceu como “aquele que decide sobre sua reprodução”, também poderia aparecer como “aquele que não reflete sobre o assunto”; e mais, ainda que tenha aparecido como “aquele que se cuida”, também poderia aparecer como “o que descuida”, ou “o que mal cuida”. Em outras palavras, casal pode aparecer apenas como *possibilidade de ser* casal deste ou daquele modo que aquele casal específico está podendo ser, bem como a possibilidade de não mais ser casal ou mesmo a possibilidade de ser não-casal. Não se faz, aqui, uma descrição “positiva” ou “*positivante*” de casal.

Ao descrever casal como possibilidade do existir, cuja inserção ontológica em ser-em remete à morada, ao *éthos*, saliento justamente o fato de que não há uma essência definitiva ou um aspecto comum de definição a todos os casais, nem mesmo se restringindo a um par (dois)²⁴. No entanto, é importante lembrar que as definições históricas orientam o habitar e o *pro-jectar* da existência pelo impessoal. Com isto quero dizer que toda interpretação de casal, toda definição por alguém oferecida (mesmo que seja pelo próprio casal) é historial, epocal, localiza-se dentro de possibilidades de modos-de-ser *de-limitados*, porém não *de-finidos*.

Neste sentido, a descrição que ofereci do fenômeno, que não é uma definição *positivante* de casal, não pode ser confundida com desleixo. Tal descrição apenas suspende as definições pré-concebidas de casal, localizando-as historicamente. Considero que casal é um fenômeno que comporta todas estas definições apresentadas nos artigos estudados, todas as definições historicamente apreendidas, e não somente elas. Mas não serei eu quem dirá, e não acredito que alguém o posso fazer, qual o modo mais correto de ser casal. Casal, assim, somente pode ser definido a partir do modo como o próprio casal se apresenta e se define, que só é possível por ter sua inscrição ontológica em ser-em, tendo sua descrição de modo mais fundamental como *esta junção*²⁵ (*de*

²⁴ O tema do poliamor, mostra-se como campo rico e pouco explorado de estudo. Costa e Belmino (2015) salientam a rejeição acadêmica pelo tema ao fazerem uma retrospectiva histórica das relações afetivas, enquanto Freire (2013) realiza um estudo social, observando os valores subjetivos e modos de expressão afetuosas dos participantes do estudo. Ainda que não tematizado nesta pesquisa, acredito que está abarcado na proposição de compreensão de casal aqui feita, que rejeita a delimitação numérica de pessoas como parte da descrição do fenômeno. Uma pesquisa mais específica, no entanto, pode ser realizada.

²⁵ Junção, de juntar, tem origem no latim *junctus*, que dá origem ao português arcaico (séc. XIV) *jũta*, que significava “acasalar”, *a-casal-ar*. Também juntar é usado no português coloquial contemporâneo para descrever uma relação de casal não oficializada, “eles se juntaram”, como sinônimo de amasiar, porém sem o caráter pejorativo desta. Por tais motivos, escolhi a palavra “junção”, na tentativa de manter a descrição de casal a mais ampla e não determinada possível.

peçoas) que habita do modo possível o construir da casa que ela mesma está podendo ser.

Até este momento, realizei um percurso que me encontrou na minha prática como psicólogo com casais. Norteadado pela pergunta “como é um atendimento fenomenológico existencial de casal?”, revelei o horizonte histórico deste campo prático, esclareci o modo como este atendimento pode ser, e compreendi este fenômeno, o casal, a quem o atendimento se destina. Posso agora, após percorrido este percurso, explorar a minha prática ela mesma, ou seja, explorar a possibilidade de um encontrar-se fenomenológico existencial em atendimento com este casal, descrito como *auto-definidor* e *auto-denominador*, do qual não se possui entendimento prévio prescritivo.

VI - Atendimento de casal – diálogos fenomenológicos existenciais

Como é um atendimento fenomenológico existencial de casal? Em minha trajetória profissional, tentando esclarecer dúvidas que dificultavam minha prática como psicólogo com casais, recorri a autores que, independentemente de suas posições teóricas e metodológicas, haviam escrito a respeito desse campo de trabalho. Em meu início como psicólogo de casal, estas dúvidas eram “somente minhas” e eu as creditava a alguém que nunca havia trabalhado nesta área anteriormente. As dúvidas surgiam de uma antecipação de cenários (“o que fazer se determinada situação acontecer?”), próprias da angústia de quem se lança no encontro com os outros. Mas também surgiam no praticar, na realização de uma possibilidade de ser psicólogo fenomenólogo existencial atendendo casais. As leituras desses autores fomentavam minhas reflexões e possibilitavam que as dúvidas, de paralisantes, se tornassem uma prática.

Ao recorrer a essas leituras, descobri nelas considerações que abrangiam sim minhas dúvidas, mas apresentadas como debates sem respostas claras ou pacificadas. Percebi que minhas perguntas não revelavam apenas certa inexperiência, mas também revelavam que aqueles temas eram provocadores e importantes de serem analisados. Ou seja, não posso tratar como coincidência que diversos psicólogos, ao escreverem sobre o atendimento de casal, destaquem questões que em mim provocavam dúvidas e incompreensões. Exemplificando este ponto, poderia dizer que quando alguns autores discorrem sobre o início de um atendimento com casais, descrevendo como em sua concepção ele deveria ocorrer, estas descrições não apenas dialogam com

minha angústia *questionante* relativa a como recebo e encontro um casal para atendimento. Suas preocupações e minhas dúvidas apontam para um fenômeno próprio do atendimento de casal que se mostra, e que pede que se detenha junto a ele para maior esclarecimento: nesse exemplo, a peculiaridade do início desta possibilidade de atendimento.

Nestas próximas páginas farei uma explicitação de alguns temas relativos ao atendimento de casal sobre os quais alguns autores se debruçam em suas pesquisas, e que também aparecem nas minhas dúvidas antecipadas e no meu praticar. Ao deter-me junto aos temas dialogando com eles a partir do meu modo de ser psicólogo, tentarei esclarecer uma possibilidade de compreensão fenomenológica existencial dos temas descritos. Estes temas estão divididos em quatro eixos temáticos: o início do atendimento; a tentativa de compreender o casal; a ação do psicólogo junto ao casal; o desfecho do atendimento.

Não busquei, no entanto, responder perguntas ou sanar dúvidas. Ao contrário, outras perguntas surgiram na exploração de cada tema. Se eu tomasse os trabalhos destes autores, aos quais recorro, como pontos de partidas para a realização e para a prescrição de um modo “correto” de atender casais, usando-os como exemplos a serem criticados ou endossados, certamente encontraria respostas às minhas dúvidas. Respondê-las, no entanto, seria ocultar o mostrar-se do atendimento de casal em uma dada perspectiva. Deste modo, a explicitação destes temas pretende sustentar as perguntas em aberto. Isso permite que eu me demore junto a estas perguntas, dando a ver o atendimento de casal do modo como busco compreender esta prática, o atendimento fenomenológico existencial de casal. Deixar as perguntas sem resposta possibilita que tais perguntas possam ser respondidas em cada

situação específica, em cada atendimento de casal a ser realizado deste ou daquele modo com este ou aquele casal.

1. Iniciando o atendimento

Como começar um atendimento de casal?

Anteriormente caracterizei atendimento como “dar atenção a”, que também poderia ser descrito como um inclinar-se (clinar) atento no cuidado (*therápéia*). Questionar sobre como começar um atendimento de casal, deste modo, é me perguntar por um modo de cuidado, pelas minhas preocupações presentes neste começo. Como posso cuidar deste casal neste começo? Essa pergunta traduz diversas dúvidas que se apresentaram quando resolvi atender um casal pela primeira vez: Será que *devo* perguntar o que os traz ali? Talvez eu *deva* pedir que falem sobre o que pensam da relação? Ou será melhor pedir que falem sobre o que pensam do outro? Ou de si mesmos? Ou não peço nada? Afinal, ao que preciso estar atendo? Hoje percebo que essas perguntas talvez trouxessem o flerte com a técnica: “O que *devo* fazer?”, como se houvesse uma resposta pronta à qual seguir independente do meu modo de ser psicólogo.

Preocupava-me que ao atender um casal haveria diferenças em relação ao modo como eu estava familiarizado a ser psicólogo, que haveria aspectos outros a estar atento ou modos outros de falar e agir. Em que medida aquele modo familiar de atender me impediria ou me ajudaria a me encontrar com o casal a ser atendido? Naquele início, abria-se a possibilidade de uma busca comprometida com a técnica, segura e correta.

Ao buscar a literatura sobre atendimento de casal, percebo que alguns autores dão especial ênfase em seus trabalhos para como se começa tal

atendimento, salientando alguns direcionamentos que consideram fundamentais para permitir o seu desenrolar. Ao darem ênfase para o modo de iniciar um atendimento de casal, estes autores colaboram com minhas preocupações: revelam que há algo do início do atendimento a ser pensado. Hoje, no entanto, já não mais preocupado como o modo correto que “deve” ser feito, posso dialogar com esses autores e me deter *questionante* sobre este aspecto do atendimento, o início.

Caillé (1995) apresenta uma descrição pormenorizada, sessão a sessão, sobre como transcorre um processo terapêutico de casal. Sobre a primeira sessão diz tratar-se de uma sessão “introdutória, na qual se comunica ao casal o enquadramento da terapia, ou seja, sua duração e suas modalidades de envolvimento” (p.136). O autor situa este primeiro momento como uma apresentação e uma avaliação do casal, o que inclui a aplicação de um questionário a ser respondido separadamente por cada um dos membros do casal, cujo objetivo seria um melhor entendimento do casal pelo terapeuta e uma base para comparação a ser realizada no fim do processo. O autor parece preocupado, neste primeiro momento, em apresentar objetivos claros a respeito do processo a ser realizado e em sintetizar as queixas que movem a busca do casal por terapia. Compreende que tal objetividade ajuda o casal a se situar na terapia, facilitando a sequência do processo. Será que esta preocupação com a permanência e continuidade seria fundamental para possibilitar um atendimento de casal?

A preocupação quanto a favorecer a permanência e continuidade do processo de atendimento de casal aparece também Waldemar (2008). O autor confere grande importância à possibilidade de “descontroles emocionais” e

agressões nas primeiras sessões: “no início do tratamento, especialmente com casais em crise, é importante lidar com o descontrole emocional e as manifestações puramente agressivas que surgem com frequência” (p.256). O modo de lidar com tais manifestações, segundo o autor, seria evitar ou mesmo não permitir que elas apareçam, pois, “permitir que este tipo de interação se prolongue, não é produtivo e frequentemente desestimula o casal a continuar a terapia” (p.256). Recomenda, deste modo, um clima de “controle emocional”, que pode ser estabelecido “insistindo para que as pessoas falem só por meio do terapeuta, sem se dirigir um ao outro, ou combinando que cada um vai ter um tempo para falar sem ser interrompido” (p.256). A busca de Waldemar (2008) pela facilitação do processo terapêutico de casal passa, portanto, pela tentativa de garantia de relativa paz no modo como transcorrem as primeiras sessões do processo terapêutico. Tal preocupação parece estar fundamentada em sua percepção de que a maioria dos casais que procura atendimento está em crise e em um grau de sofrimento, compreendendo que o psicólogo, nesta etapa, seria um “mediador e clarificador das comunicações” (p.256).

Esta preocupação com agressões e certa hostilidade do casal entre si também surge em Asen et al (2012), que ditam certas regras básicas para a primeira consulta com um casal: “Qualquer um pode sair da sala; é aceitável pedir ao casal que pare de discutir na sua frente; é muito importante ter uma ideia equilibrada dos dois integrantes do casal sobre a história/perspectiva do problema” (p.175). É importante lembrar que o trabalho de Asen et al (2012) destina-se a profissionais de diversas áreas da saúde que realizam atendimento de casais em serviços de UBS e Medicina de Família, sendo por isso de ordem mais pragmática e orientativa.

Questiono-me se é possível tomar como uma regra geral e genérica a necessidade de conter as hostilidades entre o casal, como propõe os autores citados. Suas proposições dizem respeito ao momento inicial do atendimento. Mas, neste caso, haveria um momento *certo* para “liberar” as hostilidades? Ou será que as hostilidades e agressões são sempre desencorajadas ou mesmo proibidas, sendo elas uma preocupação fundamental no cuidado com o casal?

Romano e Bouley (1995) não demonstram uma preocupação direta com a afinação (não) agressiva do casal entre si nos primeiros momentos de um processo terapêutico. Trazem, no entanto, uma preocupação com a relação terapeuta-casal, a ser construída no primeiro momento, com o terapeuta se esforçando para identificar o que chamam de “pacto de estrutura do casal”, traduzido pelo modo como este casal se relaciona em seu dia a dia. Dizem que, se conseguirem identificar tal pacto, “num primeiro momento procuramos respeitá-lo, para construir uma relação estável. Respeitar o pacto permite-nos fazer uma aliança com o casal e até apoiar os dois indivíduos” (p.131). Os autores, com isso, salientam a importância da relação terapêutica nos momentos iniciais, também com o intuito de facilitar o processo terapêutico, e consideram que “se esse apoio for bastante sólido, o sistema terapêutico pode aos poucos ir se aproximando da zona proibida sem ameaçar a coerência interna dos parceiros” (p.131). Para estes autores, não é importante evitar a possível hostilidade no atendimento, mas sim esforçar-se para estar junto ao casal em seu modo de ser, ainda que agressivo. Romano e Bouley (1995) apontam, assim, para o momento inicial do processo terapêutico como crucial para o estabelecimento do vínculo terapeuta-casal, enfatizando sua preocupação com o estabelecimento deste vínculo. Entendo a partir dos autores a importância de

se deter diante do casal, deixando que o próprio modo do casal aponte o caminho terapêutico a ser traçado. Se considero que casal somente pode ser definido e descrito a partir do modo como o próprio casal se apresenta e se define, então preciso respeitar este modo para estar junto ao casal. Seria esta uma preocupação importante: o cuidado em estabelecer um vínculo terapeuta-casal, respeitando o modo do casal ser casal?

Compreendi por meio da leitura de alguns autores aqui citados que existem algumas preocupações importantes a se estar atento quando se inicia um atendimento de casal. A depender da ênfase de cada autor, talvez de sua concepção de homem e mundo, mostram-se preocupações diferentes, como explicações claras, evitar hostilidades e formação de vínculo, por exemplo. Uma pergunta me parece importante: como é o cuidado inicial em um atendimento fenomenológico existencial? Ou seja, quando um psicólogo fenomenológico existencial atende, quais suas preocupações?

No capítulo 2 apresentei uma reflexão de Boss (1994) que dizia: “Nós normalmente dizemos que o objeto de uma terapia são as doenças humanas, mas é mais apropriado falar de tratar este ou aquele ser humano que está doente em um momento particular, deste ou daquele modo” (p. 251). O autor aprofunda esta concepção afirmando que, para a Daseinsanalyse, não importa de qual adoecimento humano se está debatendo (um mal congênito, uma hérnia, neurose, ou um ferimento de algum acidente, entre outros exemplos dados pelo autor), a queixa do paciente faz referência às suas restrições na realização de seu existir diário.

Pensando em minha prática, em tantos atendimentos de casais realizados, percebo que as queixas relativas a doenças também estão presentes

em alguns destes atendimentos. Por vezes ambos estão com alguma doença, ou apenas um deles, sendo que esta condição (a doença) toma parte no sofrimento trazido como queixa pelo casal. A “queixa relativa à doença” também está presente na percepção do relacionamento como estando “doente”, sendo a busca do casal, justamente, pela cura desta suposta doença. Seja qual for o caso, a queixa do casal revela suas restrições na realização de seu existir diário. São queixas de pessoas que, no dia a dia, já não conseguem mais existir do modo que conseguiam ao lado de outra pessoa específica com quem se relacionam, podendo apontar esta outra pessoa como causa desta restrição ou como parceira nesta restrição. São queixas que refletem um “já não mais” ou um “ainda não” que marcam o modo como este casal se define, constrói-se, habita-se. No entanto, não é raro que digam que aquela procura se trata da última esperança para eles como casal, apresentando-se como pessoas que reconhecem um *por-vir*, uma possibilidade de não ser mais do jeito que estão sendo, ainda que muitas vezes este *por-vir* apareça revestido de um “voltar ao que éramos”, desejo de reestabelecer aquele período da relação em que o casal se reconhece como não estando doente. Tal expectativa, no entanto, convoca a um cuidado da compreensão de que o *por-vir* não é voltar ao que já foi, mas abertura de possibilidades outras. O primeiro encontro com um casal convoca para cuidados relativos às expectativas, mas não só.

Tudo naquele primeiro momento é confuso. Há muitas pessoas na sala, e um estranho, o psicólogo, fazendo perguntas íntimas, para quem o casal está se expondo. Talvez por este motivo fosse importante simplificar as perguntas, tornando-as menos inquisitivas, possibilitando, assim, aproximar-me do casal.

Se queremos nos aproximar para compreender e conhecer o entrevistado, temos que partir de perguntas simples e claras, pois somente assim poderemos entender como ele pensa, age, sente, fala, gesticula, reage às situações e se relaciona com as outras pessoas de âmbito familiar ou social. (SPANOUDIS, 1997, p.78).

Assim, sobre a entrevista inicial, o autor conta que conhecer o outro é algo mais fundamental do que a mera coleta de dados.

Pensando na entrevista inicial do casal, talvez eu não precise fazer pergunta objetiva alguma, ou as consiga reduzir ao máximo. Se o casal está brigando, se há hostilidade entre eles, se falam rindo, se não falam, se um fala e outro cala, enfim, o modo como eles se apresentam e se relacionam ali já revela muito do que se busca conhecer. Minha tarefa não precisa ser um incessante questionar em busca de dados objetivos. Ao contrário, posso me ater ao esclarecimento daquilo que já está sendo discutido entre eles, esclarecendo os sentidos do modo de relação que ali se apresenta. Spanoudis (1997) lembra que há a necessidade de esclarecer a fala do outro a todo momento. “Quando alguém nos diz ‘eu procurei o senhor porque sou muito nervoso’, a palavra ‘nervoso’ nos diz tudo e nada. Nervoso pode ser o entrevistado que sente, por exemplo, medo, vergonha, raiva, tensão, ansiedade, decepção ou alegria” (p.79). Assim, também posso seguir na entrevista com um casal. Mas há uma diferença.

Se nesta entrevista descrita por Spanoudis a frase “eu o procurei porque sou muito nervoso” será investigada a partir do esclarecimento do sentido de *nervoso* junto àquele que disse a frase, o mesmo talvez não possa dizer da frase “nós o procuramos pois este que está aqui do meu lado me deixa muito nervoso”. Neste caso, buscar o sentido de *nervoso* somente junto a quem faz esta fala, é

ignorar a outra pessoa, ou seja, é ignorar “este que está aqui do meu lado” que participa da fala, estando relacionado com o nervosismo e com o sentido da fala a ser esclarecido. Preciso trazer “este que está aqui do meu lado” para o esclarecimento do sentido de “me deixar nervoso”. Esta proposta, no entanto, não pode ser confundida com a atitude de um juiz, que busca ouvir as partes para se posicionar. Deste modo, não quero “incluir” o outro para saber a “versão” do outro sobre os fatos. Ainda que o outro possa dizer algo como “é mentira, eu nunca deixo ele nervoso” ou “mas ele também me deixa nervoso”, não é isso que é esclarecer o sentido de deixar *nervoso*. Essas seriam apenas mais falas individuais que apresentam o outro como partícipe, mas que não esclarecem o sentido da primeira frase. Essa “inclusão” resultaria apenas em lançar o psicólogo em um lugar de quem precisa, como se diz coloquialmente, “tomar partido”. Então, como seria essa inclusão deste “que está aqui do meu lado” no esclarecimento do sentido de *nervoso*?

Como pontuou Spanoudis (1997), *nervoso* diz tudo e nada. Esclarecer o sentido da palavra não tem a pretensão de estabelecer uma conclusão sobre se aquele quem ele entrevista está certo ou não em ficar nervoso. Esclarecer o sentido da palavra é entender *como* fica *nervoso* aquele que fica nervoso. Assim, ao propor incluir “este que me deixa nervoso” na fala do outro, longe de “tomar partido”, busco olhar para como é ficar *nervoso* para este casal, ou seja, tento compreender “ficar nervoso” como algo que diz respeito ao casal e não apenas a quem deixa *nervoso* ou a quem fica *nervoso*. Neste sentido, como posso pensar aqui o esclarecimento de *nervoso*? Recorro mais uma vez a Spanoudis (1997) para pensar nesta entrevista inicial:

Atendendo à expectativa do entrevistado para conhecê-lo devemos fazer perguntas simples e claras que o deixem à vontade para que sua problemática se mostre num evocar de ocorrências do passado, de forma pessoal. Não podemos, no entanto, negligenciar como lhe apela o futuro para que se apresentem as dificuldades, dúvidas e problemas que ele encontra. Sem o apelo do futuro não seria possível aproximar e conhecer o outro. (SPANOUDIS, 1997, p.79).

O esclarecimento daquela queixa do casal que diz ter procurado o psicólogo pois “este que está aqui do meu lado me deixa muito nervoso”, precisa então considerar o apelo do futuro. Neste sentido, a fala talvez não diga apenas que “nós o procuramos pois ele me deixa nervoso”, mas também diga que “nós o procuramos pois tememos que este aqui do meu lado continue me deixando nervoso e nem eu nem ele gostaríamos que isso acontecesse, pois isso colocaria em risco estarmos juntos”. Ambos estão presentes nesta queixa, presentes no atendimento e na fala, e abertos para um futuro que os apela e os move a estar ali.

Esta ênfase no apontamento para o futuro está fundamentada na compreensão da existência humana como ser-aí, compreensão que circunscreve a abertura da existência nas três estases temporais (futuro, ser-do-sido e presente), que são *co-originárias*, no entanto, apresentando a primazia do futuro. A compreensão da existência como ser-aí aparece na Daseinsanalyse de Merleau-Ponty como base para a fundação de uma ciência que cuida do ser humano, sem pré-determinações biológicas, fisiológicas e psicológicas. Sendo assim, para Boss (1994), deve-se partir da compreensão do homem como ser-no-mundo para a realização de um atendimento que só é possível por sermos existencialmente *co-existentes*.

Esta co-existência essencial é a base não apenas para nossa apreensão conjunta das coisas de nosso mundo, mas para todo

tipo de relação entre os seres humanos, quer eles estejam lidando uns com os outros como objetos, quer estejam expressando alguma forma de amor ou ódio entre si (BOSS, 1994, p. 109).

Em outra obra, o autor destaca que “‘Ser-com’ é um ingrediente da existência humana tão essencial, que ninguém pode perceber outro ser-humano, mesmo que à distância, sem que já houvesse entrado de um jeito ou de outro na relação especificamente sintonizada em direção ao mundo do outro” (BOSS, 1963, p. 245). Neste trecho, o autor faz referência à situação terapêutica, observando a relação terapeuta-paciente, sua preocupação naquele momento. “Isso significa que terapeuta e paciente participam dos modos de comportamento um do outro e se identificam com o que encontram em comum” (BOSS, 1963, p.245). No entanto, é possível pensar estas afirmações no âmbito de qualquer relacionar-se, visto que ser-com é característica fundamental da existência.

Esclarecer o ser-com como característica fundamental da existência humana para poder descrever e fundamentar a prática terapêutica com casais, no entanto, não significa dizer que este é um conhecimento necessário e essencial ao casal a ser atendido. Ao contrário, o autor esclarece que tal conhecimento é necessário ao terapeuta e não ao paciente.

Não é necessário que o paciente aprenda a reconhecer tematicamente a estrutura ontológica, existencial, de ser-no-mundo. Sua percepção não precisa se estender para além dos limites de seus modos ônticos e individuais diretamente perceptíveis de se relacionar com o terapeuta. Mas é dever deste último de estar minuciosamente familiarizado com, e claramente ciente da natureza ontológica de ser-junto, para dar ao tratamento uma fundamentação científica. (BOSS, 1994, p.280).

Assim, não só o casal não precisa aprender a reconhecer as características fundamentais da existência humana, como tampouco precisa

conhecer esta ou qualquer outra pesquisa que verse sobre ser casal para entender-se como casal. Tal conhecimento é para os psicólogos. O casal procurará atendimento estando queixoso, incomodado, dizendo que algo vai mal. O psicólogo fenomenólogo existencial compreende que casal só é possível pois somos, enquanto existência, sempre *co-existentes*, e isso lhe permite, diante deste casal, retomar a compreensão apresentada nesta pesquisa, que descreve o casal como a *junção (de pessoas) que habita do modo possível o construir da casa que ela mesma está podendo ser*, sendo, portanto, definidor de si mesmo.

O que esses pontos dizem das preocupações fundamentais do psicólogo ao realizar este atendimento? Se eu tomar o exemplo alcançado com a frase “nós o procuramos pois este que está aqui do meu lado me deixa muito nervoso”, como posso pensar essas preocupações fundamentais?

Iniciei esta reflexão me perguntando sobre como cuidar do casal no início de um atendimento. A consideração da existência humana como ser-aí e a compreensão de casal como definidor de si mesmo, mostraram-se como importantes pontos de partida para o atendimento fenomenológico existencial de casal. Em outras palavras, preciso estar atento a não me antecipar ao casal, cuidando de simplesmente poder ser junto ao casal. Desse modo, consigo retomar a frase “nós o procuramos pois este que está aqui do meu lado me deixa muito nervoso”, para pensar esse início do atendimento. “Nervoso” diz tudo e nada, bem como “ele me deixa nervoso” diz tudo e nada. Preciso entender o que é “ficar nervoso”, mas também preciso incluir “ele”; preciso compreender como “ele” ouve e sente esta frase. Isso não significa *apenas* “não tomar partido”, significa que “ficar nervoso” é um acontecimento que implica duas pessoas:

quem fica nervoso e quem deixa nervoso. O esclarecimento de sentido de “ficar nervoso” só é possível se percebo este acontecimento em casal, ou seja, “deixando e ficando nervoso”. Não me cabe, portanto, dizer qual o “melhor” modo para aquele casal, ou afirmar que ter este ou aquele comportamento lhe seria benéfico. Por isso, não conseguiria, mesmo que o tentasse, prever todos os desdobramentos possíveis e prevenir mal-entendidos, por mais claro que eu procurasse ser na proposta de atendimento. Neste sentido, tentar prevenir hostilidades, pode ser meramente um encobrimento de um modo de ser possível como aquele casal está podendo apresentar-se (um ao outro e a mim). Preciso, ao contrário, estar junto a esse casal para deixar-ser como ele pode ser naquele momento. Lembro, no entanto, de que isso é apenas o início de um atendimento. Seus desdobramentos guardam o possível do imprevisível de uma relação terapêutica.

2. A tentativa de compreender o casal

O atendimento inicia-se e a frase “nós o procuramos pois este que está aqui do meu lado me deixa muito nervoso” está lá, presente. A questão levantada anteriormente permanece: como posso esclarecer o sentido de “ficar nervoso”, ou de qualquer outra queixa de qualquer casal, quando parto da fala de apenas uma pessoa? Ainda que “este que está aqui do meu lado” responda dizendo “mas ele também me deixa nervoso”, será apenas mais uma fala, de uma pessoa, que não propicia um esclarecimento de sentido da fala anterior. Rapidamente o atendimento se transformará em lugar onde, neste caso, duas pessoas falam sozinhas, cada uma com sua “versão dos fatos”, e o psicólogo estará lá entre elas, sendo convocado à mediação. Então, como posso

encontrar, na fala de uma pessoa, o *outro* que está não apenas presente nesta fala, mas presente ali no atendimento e buscando também ser compreendido?

Há vezes em que o casal briga pela palavra, um quer falar mais que o outro. Há vezes em que um fala por si e é também porta-voz do outro. Há vezes em que um sente-se culpado em relação ao outro e se submete aos maldizeres e às mágoas do outro ou pelo contrário tenta se impor sobrepondo-se ao outro. Há buscas por consensos, mas também há buscas por um vencedor de uma batalha pela “razão”. Por vezes o casal quer resolver um problema específico como sexo ou criação dos filhos, sentindo-se ignorantes sobre o tema. Outras vezes o casal tem certeza sobre um tema específico, mas são certezas conflitantes entre si. E todas essas situações que descrevo, e muitas outras, não são excludentes e podem estar presentes em uma mesma relação que se apresenta, diante do psicólogo, em um determinado momento do atendimento.

Assim, a pergunta que aqui aparece é: de qual modo é possível esclarecer o sentido de tantas falas, por vezes conflitantes, e compreender o modo deste casal se construir e se habitar? Não pretendo, no entanto, eliminar a angústia de, diante do outro, me perguntar “o que e como eu faço agora?”, mas refletir, em diálogo com alguns autores, sobre alguns pontos que percebo relevantes em minha prática, tais como a possibilidade ou não do atendimento ser feito individualmente, as disposições dos móveis, como lidar com atrasos, entre outros. Tais pontos marcam o questionamento constante no sentido da compreensão do modo de ser do casal em atendimento.

Waldemar (2008) lembra que no momento do atendimento as pessoas não são do mesmo modo que eram no começo da relação. Assim, “busca-se, portanto, um momento de pausa e de reflexão, com a sessão tornando-se um

espaço privilegiado em que cada cônjuge pode meditar e separar os conflitos pessoais, atuais e passados, do que acredita ser basicamente um problema relacional” (p.256). Para o autor, a sessão terapêutica é importante para uma pausa nos conflitos repetitivos do dia a dia e para a compreensão da passagem do tempo. Salienta ainda que, no decorrer dos atendimentos, “procura-se passar do momento inicial em que cada um quer mudar o outro para a conscientização do que cada um precisa mudar dentro de si” (p.256). Deste modo, para o autor, a mudança na relação do casal conta em grande parte com a compreensão individual, ou seja, a possibilidade de cada um compreender as próprias questões e mudar a si mesmo. Seria, então, o atendimento de casal suplantado pelo atendimento individual? Será que apenas o que interessa é a reflexão individual sobre questões individuais?

Elkaïm (1995) parece concordar com o peso que as mudanças pessoais possuem na realização da terapia de casal, ao propor extensa reflexão a respeito das expectativas e pedidos de um membro ao outro. Diz o autor que “cada um dos membros do casal está dividido entre dois níveis de expectativas opostas” (p.92). Assim, diferencia o que chama de “Mapa de Mundo”, uma construção de mundo realizada pelas experiências vividas que geralmente tendem ao afastamento e medo de aproximação, do que chama de “Programa Oficial”, a solicitação feita explicitamente ao outro. A partir disso o autor pondera que as pessoas acabam vivendo uma situação paradoxal, pedindo uma coisa e esperando o oposto, ou mesmo forçando situações para que o oposto aconteça. “Se encontra alguém que, por suas razões, está disposto a desenvolver um tipo de comportamento que corresponde ao seu próprio mapa do mundo, então um se torna prisioneiro e o outro, carcereiro” (p.92). O conflito do casal, seria assim,

um modo de evitar compreender a contradição interna, e de certo modo culpar o externo, o outro, pelo sofrimento. Para o autor, ao expor esta situação paradoxal, que ele chama de duplo vínculo, liberta-se cada membro de si mesmo para si mesmo, aliviando a pressão posta sobre o casal como se este fosse a causa da dor e do sofrimento individual.

Ambos os autores citados fazem referência à dimensão pessoal como sendo peça fundamental no desenrolar ao longo dos atendimentos do processo terapêutico de casal. Romano e Bouley (1995), no entanto, propõe um olhar voltado exclusivamente para a compreensão do modo de se relacionar do casal. Os autores afirmam que é preciso identificar o que chamam de “pactos de estrutura”, pactos estes que precisariam ser esclarecidos junto ao casal, mas com o cuidado devido, pois “mesmo quando os pactos parecem sintomas aos olhos do observador externo, não se deve esquecer que, para os parceiros do casal, são pontos de referência necessários” (p.130). Esta afirmação parece concordar, de algum modo, com o que diz Boss (1963) sobre “o respeito do analista por tudo que ele encontra” (p.235), o que tornaria possível levar a sério e aceitar todas as falas e caminhos nos quais o outro se identifica, no caso, levar a sério os “pactos de estrutura” do casal atendido.

Considero também importante perceber o contraponto oferecido por Romano e Bouley (1995) à visão anteriormente descrita que enfatizava a necessidade de atendimentos individuais na realização de um processo terapêutico de casal. Os autores apresentam uma compreensão de casal como “organismo vivo” composto por elementos individuais que se relacionam, não sendo “mera justaposição de estruturas estáveis; é antes um adubo que alimenta o desenvolvimento pessoal” (ROMANO e BOULEY, 1995, p. 121). Assim, os

autores destacam o casal como sendo uma construção, uma “estrutura dinâmica” de indivíduos. No entanto, por ser uma “estrutura dinâmica”, é o casal que deveria ser atendido, pois “o casal sempre é mais forte do que a dupla ‘psicoterapeuta-paciente’” (ROMANO e BOULEY, 1995, p.130), como pontuam os autores, ao se referirem aos riscos de desestabilização de uma relação, que uma terapia individual pode trazer.

Este contraponto oferecido pelos autores reflete uma discussão presente desde o início da prática de atendimento de casal²⁶, sobre a importância dos aspectos individuais ou relacionais. Romano e Bouley (1995), ao dizerem que o casal é mais forte que o “terapeuta-paciente”, parecem compreender que o atendimento de casal oferece as melhores condições de resolução para qualquer conflito presente. No entanto, Waldemar (2008), ao se referir ao que nomeia como “casos que não avançam”, propõe uma solução oposta ao pontuar que neles “a terapia individual é realizada paralelamente à terapia de casal, sempre que possível, com abertura para a colaboração entre os profissionais, para evitar situações comuns de dissociação terapêutica” (p. 257). Assim, apresentando a terapia individual como possibilidade qualitativamente melhor para a “melhora” do casal.

Acrescentando um importante ponto sobre a discussão “atendimento individual *versus* atendimento conjunto”, Caillé (1995), ao elaborar um cuidadoso passo a passo, sessão a sessão, de um processo de atendimento de casal, recomenda a existência de sessões em conjunto alternadas com sessões individuais, possibilitando assim o que ele considera uma melhor aproximação do terapeuta em relação aos problemas do casal e uma melhor compreensão do

²⁶ Ver capítulo 1, deste trabalho, sobre história do campo do atendimento de casal.

casal de si mesmo: “A *terceira, quarta e quinta* são sessões individuais, nas quais cada um dos parceiros é solicitado a modificar certos comportamentos precisos, bem definidos” (p. 137). Tal proposição se apresenta como recomendação, partindo da percepção de que sempre um atendimento de casal precisará de atendimentos individuais em conjunto. No entanto, será que uma recomendação assim pode me deixar aberto ao encontro com o casal que atendo? Ou será que o antecipo? Por outro lado, será que certas recomendações não seriam importantes? Coloco um pouco de lado esta discussão sobre o atendimento individual no processo terapêutico de casal, para me deter sobre outras questões relevantes ao tema.

Waldemar (2008) destaca os temas que considera importantes de serem abordados em um atendimento de casal, concluindo que:

A grande maioria dos terapeutas, inclusive os de orientação psicodinâmica, ao mesmo tempo em que procuram compreender as razões históricas e as motivações profundas para o conflito conjugal, também julgam necessário criar um espaço para discutir questões urgentes do cotidiano do casal. Por exemplo, a rotina doméstica, o uso do dinheiro, a organização do lazer ou os aspectos conflitivos das relações com as pessoas afetivamente importantes. A terapia desenvolve-se, portanto, nesses dois níveis, integradamente, o dinâmico-histórico e o “aqui e agora” prático, que se complementam. (WALDEMAR, 2008, p.256)

Esses “dois níveis integrados” que cita, encontram ressonância nas recomendações de Black (2002), que esclarece que “não estamos apenas trabalhando com o casal, mas também com a cultura da qual eles vieram, já que ela contribui com a força do casal e dá forma a seus valores, a suas ideias, aos seus pontos de vista sobre o casamento e sobre a família” (p.219). Com isto, o autor mostra elementos presentes na relação de um casal, que para ele deveriam ser considerados na realização do atendimento. Segundo o autor, tais

elementos, ao não serem cuidados, poderiam dificultar ou mesmo impedir o acontecimento do processo terapêutico de casal. Ainda segundo Black (2002), todos esses elementos deveriam ser considerados a todo instante durante os atendimentos, sendo importante sua discussão conjunta entre o casal.

Para o autor é necessário antes do atendimento ou no seu decorrer o esclarecimento de temas como seus valores, de onde vieram, o que pensam sobre temas diversos, e o que esperam para o futuro. Somente assim poder-se-ia compreender o casal. Pensando nisso, percebo que o esclarecimento desses temas, no entanto, talvez não seja um ponto de partida, ou um ponto de chegada, mas parte do desdobramento do encontro com o psicólogo, por ser a tradução da aproximação do casal com si mesmo, compreendendo-se no seu modo possível de ser naquele casal; desdobramento este ao qual o psicólogo precisaria estar atento.

Estar atento a estes desdobramentos do atendimento pode ser interpretado como uma recomendação de Black (2002), para quem os aspectos a serem esclarecidos, como os valores e as perspectivas de vida do casal, são fundamentais para o acontecimento da terapia. Assim, o autor apresenta a importância de intervir “identificando os pontos fortes do casal e concentrando-se neles, os quais, até aquele momento, permitiram-lhes enfrentar, com sucesso, as situações que diminuem sua força pessoal, o terapeuta dá crédito à luta deles pela sobrevivência” (BLACK, 2002, p.220).

Como intervir em um atendimento de casal? Essa importante questão aparece nesse momento, e retomo os questionamentos iniciais desta presente discussão: como posso esclarecer o sentido da fala de uma pessoa implicando o outro que também fala e também busca ser compreendido? Como

compreender “nós o procuramos pois este que está aqui do meu lado me deixa muito nervoso” sem ignorar “este que está aqui do meu lado”? Algumas propostas interventivas são pontuadas por alguns autores.

Asen *et al* (2012), por exemplo, atestam a utilidade de “deixar uma cadeira para o casamento/relacionamento sentar ou usar um objeto – um ornamento ou uma pedra, talvez, para representar o relacionamento, pois isso dá ao problema uma característica física e permite algumas conversas interessantes” (p.180). Esta recomendação me remete a uma percepção que já tive sobre a disposição dos móveis na sala. Ao longo do tempo, percebi que quando um casal sentava lado a lado, no sofá, mostravam uma dificuldade grande de conversar entre si, de se olhar, preferindo constantemente falar comigo. Entretanto, quando um sentava na poltrona e o outro no sofá, ficando “frente a frente”, a possibilidade de acontecimento de um diálogo entre-si, do qual eu acabava afastado era muito maior. Assim, percebo que uma intervenção “física”, como de certo modo propõem Asen *et al* (2012), como a mudança da disposição dos assentos da sala, pode *pro-vocar* diferentes possibilidades no atendimento.

Caillé (1995) propõe uma série de intervenções pré-programadas. O autor estabelece um atendimento com duração máxima de dez encontros e um décimo primeiro de controle depois de um tempo do décimo. Em cada encontro há uma obrigação/atividade a ser cumprida, como a realização de esculturas que representem a relação. Apesar disso, afirma que “conceber o casal que sofre como se fosse uma máquina quebrada e propor que os parceiros mudem seus comportamentos não vai resolver o problema. O enfoque sistêmico implica colocar em evidência a especificidade do casal, isto é, seu caráter de autopoietico” (p. 134-135). Tal consideração parece, a princípio, concordar com

a ideia debatida por mim nesta pesquisa, a saber, a concepção de casal como deixar-ser, aquele que se constrói.

Pensando a intervenção de modo menos diretivo e pré-concebido, Elkaïm (1995) faz certas considerações a respeito da ligação entre o modo de intervenção do terapeuta e o casal que está sendo atendido. O autor chega a afirmar que “uma intervenção bem-sucedida não significa necessariamente que a hipótese subjacente seja verdadeira. Significa apenas que o modo como o terapeuta constrói a realidade se encontrou com o modo próprio do casal” (p.95). Com isto, mostra que a importância da intervenção não está em uma construção lógica e “correta”, mas no modo como o terapeuta está junto ao casal, compreendendo-o. Para o autor, compreender o casal passa por entender as regras presentes no que ele chama de “sistema de casal”. Tais regras são exclusivas do casal e garantem a manutenção do modo de se relacionar daquele casal, sendo tão marcantes que permeiam todas as relações que o casal estabelece com o mundo, incluindo sua relação com o psicólogo. “No começo da terapia, as regras do sistema de casal tendem a se expandir para o sistema terapêutico” (Elkaïm, M, 1995, p.95). Assim, alerta para que o terapeuta esteja sempre atento a esta expansão, sendo que suas intervenções visariam a não permitir esta sobreposição do “sistema terapêutico” pelo “sistema casal”.

Ana esperou Benedito inutilmente, depois veio sozinha e pediu para ter a sessão do mesmo jeito, insistindo que não queria perde-la por causa do marido. Se o terapeuta aceitasse um pedido desses, permitiria que as regras do casal se estendessem ao sistema terapêutico: estaria fazendo uma conspiração junto com Ana, teria afastado Benedito da mulher, confirmando a ideia dele de que sempre era rejeitado. (ELKAÏM, 1995, p.95/96).

Neste exemplo trazido pelo autor, há a preocupação com o pedido de um dos membros do casal, pedido este que acabava por repetir em atendimento um modo de relação do casal considerado ruim pelo próprio casal. Retomo aqui uma questão que já havia aparecido anteriormente, com Romano e Bouley (1995), sobre o respeito ao modo do casal “se estruturar”: como é possível ser junto ao casal, quando por vezes o casal apresenta-se conflituoso, incluindo o psicólogo neste conflito? No exemplo trazido por Elkaïm (1995), o terapeuta precisou posicionar-se em contraposição ao pedido de Ana, para tentar assegurar sua não participação no conflito, além de tentar manter o espaço terapêutico como um lugar para o casal e não para Ana ou para Benedito. Essa marcação do encontro com o psicólogo como sendo um encontro *do casal* com o psicólogo e não o encontro de um ou de outro com o psicólogo revela-se particularmente complexa em certos momentos, tais como o atraso ou falta de um deles, ou o contato individual telefônico, por exemplo, pedindo uma conversa separadamente.

Elkaïm (1995) não faz nenhuma consideração a respeito desses momentos, mas reafirma a necessidade de cautela com relação à não sobreposição do “sistema casal” ao “sistema terapêutico”, por exemplo ao analisar que Ana e Benedito “estavam agindo, sem perceber, de modo a desqualificar o contexto terapêutico, aplicando-lhe as regras deles” (p.96). De modo semelhante, Feijoo (2017) resolve uma situação em sua narrativa de um atendimento fictício do casal Antônia e Carlos. Frente à notícia de atraso de Carlos, a psicóloga sugere à Antônia que não iniciem o atendimento sem ele e que o esperem. Apesar de não realizar uma discussão aprofundada sobre esse acontecimento, parece que a autora considera importante que não se inicie um

atendimento sem a presença do casal completo. Assim como para Elkaïm (1995), parece estar em jogo, para Feijoo (2017), a compreensão de que pedidos que visem com que apenas um dos membros possa ser ouvido, abririam a possibilidade de “desqualificar” o contexto terapêutico, visto que este contexto foi criado pelo casal, a partir de uma busca de atendimento para o casal.

Ambos os autores, ao recusarem a possibilidade de atendimento individual nos exemplos dados, parecem se posicionar no sentido de preservar o espaço terapêutico como um lugar do casal. Com isso, trago novamente a reflexão quanto à possibilidade, ou não, de atendimentos individuais no processo terapêutico de casal. Esse tema revela-se importante atravessador de toda a preocupação com os modos possíveis de compreender um casal em atendimento. Será que seria possível compreender “nós o procuramos pois este que está aqui do meu lado me deixa muito nervoso”, individualmente?

Para tentar discutir esse tema em um atendimento fenomenológico existencial de casal, começarei por recuperar a reflexão quanto à origem da palavra casal feita neste trabalho. Naquele momento, deu-se a ver que casal pode ser compreendido ao mesmo tempo como casa, como possibilidade de construir esta casa, e como habitar do modo possível tanto a casa quanto o próprio construir da casa. Habitar, não seria um morar sob um teto de uma construção, mas um deixar-ser no *con-vívio*, ou seja, junto-a. Deste modo, casal pode ser pensado como possibilidade de ser casal, do modo específico como este ou aquele casal pode ser, em sua *co-existência*. Isso significa dizer que alguém pode ser casal, pois ser casal é uma possibilidade de realização de sua existência. Assim casal só pode ser casal ao realizar-se casal, construindo-se e

habitando-se. O que não significa, entretanto, que casal só é casal em sua proximidade física. Ao contrário, posso estar próximo mesmo na distância.

Eu estou sempre 'aqui' (here), mas 'aqui' não é sempre o mesmo lugar. Para os seres humanos, 'aqui' é sempre o lugar que habito no momento; e as pessoas habitam em suas relações com o que elas encontram, como os fenômenos que estão 'aí' (there). A qualquer momento meu 'aqui' é definido pelo 'aí' dos seres com os quais eu, como uma abertura de percepção habitando em um espaço-tempo livre e aberto, estou habitando e encontrando onde eles estiverem. (BOSS, 1994, p.105).

Boss explica que, existencialmente, meu "aqui" não diz respeito a um lugar específico que circunscreve a presença do meu corpo físico. Meu "aqui" está na abertura-de-mundo, no modo como me relaciono com os outros e outras coisas. O autor oferece um exemplo de uma pessoa que, estando fisicamente ao lado dele, autor, está pensando em um amigo que mora em São Francisco. Esta pessoa estaria "lá" em São Francisco, visto que sua existência estaria absorvida por sua relação com o amigo. Ao considerar que, embora perto, os dois estão longe, o autor "aqui" e o rapaz "lá", como as pessoas poderiam, então, *co-existir*?

Para Boss (1994), "o fato é que, quando as pessoas estão juntas, elas revelam somente que elas estão em conjunto e inerentemente habitando a mesma relação com os objetos em comum do seu mundo compartilhado" (p.106). O autor afirma, deste modo, que não há nenhuma mediação psicológica ou hipotética empatia na percepção e relação entre pessoas. Ao contrário, pessoas se percebem "simplesmente em virtude do fato de que todos são seres do mesmo tipo que habitam juntos em suas relações compreensivas dos mesmos fenômenos que se iluminam pela abertura-de-mundo que sustentam em comum" (BOSS, 1994, p.105). *Co-existir* é este compartilhar, sustentar uma

abertura-de-mundo em comum, o que não implica na presença física. Então isso significa que o atendimento de casal poderia ser feito individualmente em algum momento?

Uma pessoa que está pensando e falando sobre outra pessoa, está aqui fisicamente, mas seu “aqui” está “lá”, junto da outra, sendo casal. No entanto, em uma situação de atendimento, há um outro, o psicólogo que não está meramente em conjunto, habitando a mesma relação com os objetos em comum de mundo compartilhado, naquele instante. Na situação de atendimento, o casal é casal *junto ao psicólogo*.

Assim, no atendimento, o modo do casal ser é ser junto ao psicólogo e não de qualquer outro modo. Aqui retomo Mattar e Sá (2008) que dizem que o terapeuta “deixa-se apropriar por uma fusão de horizontes, onde intérprete e fenômeno interpretado interagem mutuamente um sobre o outro para a produção de um horizonte comum onde a interpretação se dá”. (p.199). Esta fusão de horizontes entre interprete e fenômeno interpretado resgata o escrito na metodologia deste trabalho, a respeito do caminhar norteado que caminha por-entre o terreno onde marco e sou marcado. No atendimento, para Mattar e Sá (2008), nossos horizontes comuns se fundem. Aproximando-me de Boss, posso dizer que sustento uma abertura-de-mundo comum ao *co-existir* com aquele que atendo. Deste modo, posso perguntar como seria possível que o “fenômeno a ser interpretado”, ou ao menos a ser desvelado, não esteja ali presente marcando e sendo marcado? Como haveria uma “fusão de horizontes”, sem aquele a ser atendido, o casal?

Em um atendimento de casal, o psicólogo estará ali sustentando conjuntamente com outras existências uma abertura-de-mundo, sustentando um

horizonte de sentido partilhado por todos. Assim, pode-se considerar que o atendimento de casal não é o atendimento de duas pessoas separadamente e que podem ser atendidas individualmente. Ao contrário, o psicólogo precisa deixar-se apropriar por uma fusão de horizontes, os horizontes dele e dos outros que ali estão, mas não estão de outro modo: estão sendo um casal. O psicólogo está ali presente revelando o modo como essas pessoas na sua frente estão podendo ser um casal, ou, como dizem Mattar e Sá (2008) sobre atendimento fenomenológico existencial, o psicólogo “promove um espaço de tematização de sentido, de desnaturalização dos sentidos previamente dados, de ampliação dos limites dos horizontes de compreensão” (MATTAR e SÁ, 2008, p. 199).

Neste ponto consigo retomar a questão sobre o esclarecimento do sentido de uma frase como “nós o procuramos pois este que está aqui do meu lado me deixa muito nervoso”, sem ignorar “este que está aqui do meu lado”. Ao considerar que o atendimento de casal é um espaço criado pelo casal para o casal, ao mesmo tempo que compreendo casal como possibilidade de se construir e se habitar, o esclarecimento do sentido das queixas trazidas pelo casal talvez possa ser realizado de modo a possibilitar que o casal dê conta deste espaço, permitindo-se que seja o casal que está podendo ser. Dito de outro modo, a fala de uma pessoa que diz “nós o procuramos pois este que está aqui do meu lado me deixa muito nervoso” está endereçada ao psicólogo, mas também está endereçada a “este que está aqui do meu lado”, pois é ele quem deixa ao primeiro nervoso, é ele a quem a frase *fala*. Se assim o é, por que não possibilitar que “este que me deixa nervoso” possa participar do questionamento sobre o que significa “deixar nervoso”? O psicólogo, assim, poderia possibilitar que o endereçamento da fala pudesse ser feito exclusivamente para “este que

me deixa nervoso”, em vez de passar por sua mediação. Deste modo, possibilita, em atendimento, que o casal se revele para si mesmo como este construir-se e habitar-se possível, onde um pode falar para o outro os incômodos que sente e o outro pode entender, responder e questionar os sentidos antes não compreendidos destes incômodos. Ao permitir que o casal se revele para si mesmo, onde um pode falar para o outro e o outro pode reagir, o psicólogo também poderá estar junto do casal, acompanhando o modo como se relacionam.

Em outras palavras, no atendimento fenomenológico existencial de casal, desvela-se um fenômeno, o casal, que busco compreender²⁷. Como dito anteriormente, não posso me antecipar ao fenômeno pré-concebendo e pré-preparando intervenções. No entanto, não conseguiremos (eu e as pessoas do casal) esclarecer o sentido de “ficar nervoso”, nem qualquer outro sentido que sustente a realização daquelas existências como um casal, se não estivermos juntos, eu e o casal.

3. A ação do psicólogo junto ao casal

Tendo refletido sobre o modo possível de compreender o casal, possibilitando seu mostrar-se como o casal possível que é, interrogo agora minha ação junto ao casal.

Nos dois temas anteriormente desenvolvidos neste capítulo, “iniciando o atendimento” e “a tentativa de lidar com a compreensão”, a ação do psicólogo junto ao casal esteve presente. Neste momento, detenho-me nela. A pergunta

²⁷ Como esclarecido na metodologia sobre o fenômeno que se busca conhecer: sempre do modo possível [que o atendimento permitir].

que me fiz, quando comecei a atender casais foi: quais as ações que um psicólogo pode ou não pode ter nesse atendimento? Preocupava-me tanto “o que e como fazer” para possibilitar que o casal pudesse se compreender, quanto “o que não e como não fazer”, pensando em clichês cinematográficos como quando o psicólogo faz recomendações ao casal tais como sair com outras pessoas ou se separar por certo tempo. Tomando o exemplo da frase que tenho utilizado ao longo deste capítulo, “nós o procuramos pois este que está aqui do meu lado me deixa muito nervoso”, a pergunta aponta para como agir ao tentar esclarecer o sentido de “deixar nervoso” para aquele casal.

Partindo de autores que escrevem sobre atendimento de casal percebi que, longe de um consenso, as ações possíveis para compreender as queixas e os sofrimentos de um casal eram variadas. Tal variação e falta de consenso pedem uma atenção especial ao tema quando tento esclarecer um modo possível de atendimento de casal.

O modo de ação do psicólogo/terapeuta²⁸ no atendimento de casal sofreu mudanças históricas (Gurman e Fraenkel, 2002). Inicialmente, para um conselheiro, também compreendido como um educador de valores sociais, a ação psicológica com casais já foi considerada como sendo de mediação de conflitos e como sendo de “tradução” de falas muitas vezes incompreendidas entre o casal. Em outro momento, o psicólogo de casal passou a ser visto como alguém interventivo, que poderia direcionar o casal para uma relação mais estável.

²⁸ Uso psicólogo/terapeuta para lembrar que os primeiros profissionais a atender casais (aconselhamento matrimonial) não eram psicólogos. Vide *capítulo 1 – O horizonte histórico no qual se possibilita o trabalho*.

Tais exemplos de possibilidades de ser psicólogo de casal sofreram mudanças ao longo dos anos, influenciados por novas pesquisas e novas teorias psicológicas. No entanto, essas alterações, não constituíram um movimento em que o novo eliminou o antigo, mas um movimento em que o novo pode incluir, em alguma medida, o antigo. Assim, o modo de ser do psicólogo junto a um casal permaneceu tema importante discutido com maior ou menor preocupação didática por pesquisadores, dependendo basicamente de teorias e técnicas psicológicas que iam se modificando em seu percurso histórico.

Em alguns textos mais recentes, tal questionamento surge implícito em um relato de atendimento, como em Feijóo (2017), no qual, no decorrer da narrativa, o psicólogo aparece como alguém que recolhe a fala do casal, servindo de intérprete entre eles, enquanto em outros textos se apresenta mais claramente discutido, como em Waldemar (2008). Este autor sugere um modo “mutante” ao psicólogo, modo esse que chama de “papel”, ressaltando que este se alterna ao longo do que considera serem os três momentos do processo terapêutico: início, fase intermediária e encerramento. Para Waldemar (2008), a maioria dos casais procura atendimento em crise e em grande sofrimento. Por esta razão, na etapa inicial, ou seja, nos primeiros encontros de atendimento, “o papel do terapeuta como mediador e clarificador das comunicações é fundamental” (p.256). Prossegue considerando que, após este período, o terapeuta já pode ser mais interventivo quanto à expressão do casal: “nessa fase intermediária, estimula-se principalmente a expressão dos sentimentos positivos” (p.256). Quando o processo começa a se encaminhar para o final, o terapeuta muda novamente seu modo de estar presente, assumindo outro “papel”, menos interventivo, pois, “na fase final, o terapeuta começa a trabalhar

preventivamente, ficando menos ativo e mais filosófico. Ele ajuda os casais a pensar quais são os valores mais profundos de cada um e o que querem para o futuro” (WALDEMAR, 2008, p.257). Assim, destaca o modo de ser do psicólogo como “papeis” que mudam de acordo com o momento do atendimento.

Já Caillé (1995), apesar de também oferecer uma didática divisão do processo de atendimento de casal, com sessões objetivamente definidas, não faz a ligação do modo de ser do psicólogo com o momento de cada sessão. O autor entende que, independentemente em qual das onze sessões por ele recomendadas se está, “o casal espera ser criticado e aconselhado. Qualquer intervenção do terapeuta será interpretada, enquanto for logicamente possível, dentro desse quadro” (p.135). Deste modo, considera importante a quebra dessa expectativa, sendo esperado do psicólogo que não realize críticas nem um aconselhamento de qualquer ordem. O autor diz que “o contexto da terapia precisa impossibilitar a realização dessa expectativa e introduzir uma modalidade de intercâmbio que faça o casal sentir-se responsável” (p.135). Percebe-se, nessa abordagem, uma preocupação com a possibilidade de que a fala do psicólogo seja assumida como crítica ou conselho, produzindo um afastamento do casal de sua própria compreensão, deixando-o em um lugar de aprendiz e colocando o psicólogo em um lugar de professor ou de guia, que possui a solução definitiva dos problemas do casal.

Sobre essa possibilidade, Romano e Bouley (1995) trazem uma discussão das implicações para o psicólogo ao ser colocado no lugar de quem detém o conhecimento para a resolução dos conflitos, podendo se sentir aprisionado pela percepção do casal de que ele, o psicólogo, é onipotente. Os autores afirmam que o casal outorga ao psicólogo o cuidado de si: “a missão atribuída ao

terapeuta é salvar o casal, ele tem que ajudá-lo a sair do beco em que se meteu e proteger os parceiros do risco de destruição” (p.132). Nessa situação, no entanto, o psicólogo se sentiria impotente “porque a menor mudança é imediatamente reabsorvida pelo sistema de proteção recíproca [*do casal*]” (p.132). Para os autores, haveria, então, uma confusão lógica e emocional que invadiria o “sistema terapêutico”. O psicólogo, com isto, se sentiria aprisionado em um lugar de salvador no qual e sobre o qual ele nada pode fazer.

Tal aprisionamento pode ser facilitado ou proporcionado a depender do modo como o psicólogo dispõe-se a estar com o casal, ou seja, a partir de quais premissas e em direção a quais sentidos o psicólogo está aberto. Se, por exemplo, o psicólogo quisesse esclarecer o sentido da fala “nós o procuramos pois este que está aqui do meu lado me deixa muito nervoso” somente junto a quem fala, então desse modo o atendimento se tornaria um diálogo, ora estabelecido com um, ora estabelecido com outro. Com o estabelecimento deste diálogo aparece uma plateia: o outro com o qual não se está dialogando. Esta situação indicaria a possibilidade de o psicólogo tornar-se o intérprete, o tradutor, pois recolheria a fala de um, depois a fala do outro, dando posteriormente seu parecer, ou seja, ocupando o lugar de salvador do casal.

Há, entretanto, outro problema que surge ao optar por este modo de estar com o casal, para além do aprisionamento no lugar de salvador. Ao estabelecer um diálogo com um enquanto o outro torna-se plateia, há o risco da plateia não se perceber implicada na fala de quem dialoga. Ao contrário, como uma plateia, o outro assistiria a um espetáculo, algo que não lhe diz respeito, ainda que se esteja falando dele. Ouve alguém reclamando, alguém se queixando, mas apenas espera sua vez de subir no palco e reclamar e se queixar em

contraposição. Por esse motivo, quando o psicólogo posteriormente se detiver, ainda que com o mesmo afinco, sobre a fala do outro, deixando o primeiro agora na posição de plateia, haverá uma chance de um problema ainda maior se apresentar. O psicólogo, neste momento, poderá se tornar um julgador para o casal, mesmo sem perceber e sem querer ocupar este lugar de guardião da verdade, capaz de decidir quem está certo ou quem está errado. Pois, ainda que não emita nenhum julgamento ao analisar as falas de ambos, haverá sempre a chance de uma posterior especulação do casal entre si: “ele falou mais com você do que comigo”; “Ele pareceu reprovar sua atitude”; “Ele questionou muito a sua história”; “Ele disse para você o que te levou a agir assim”; etc. Ademais, ainda que o psicólogo conseguisse não ser colocado no lugar de julgador e detentor do conhecimento, se aproximaria de um lugar de mediador de conflitos, ou de um tradutor interventivo que, ao recolher as falas de um, pode desvendar seus sentidos, apresentando-os ao outro, podendo ao final sugerir o que se fazer ou o que não se fazer.

Como evitar o risco de acabar colocado (pelo casal e por mim mesmo) nesse lugar de mediador, de tradutor, de onipotente salvador da relação? Anteriormente, tentando compreender a situação do casal em atendimento, abordei a possibilidade de que o psicólogo devolvesse a fala do casal para o próprio casal. No exemplo apresentado, isso significaria esclarecer o sentido de “ficar nervoso” a partir do próprio casal, abrindo espaço de compreensão de um para o outro, *entre* o casal. Mas como posso compreender essa possibilidade a partir da fenomenologia?

Boss (1963), sobre o modo como o analista encontra aquele a quem atende, diz: “Ele deve tratar tudo como válido. Ele não deve nunca tentar negar

a realidade do fenômeno. A compreensão daseinsanalítica de homem impregna o analista com um profundo respeito por tudo que ele encontra” (p.235).

Nessa direção, este respeito do psicólogo no atendimento pode ser compreendido como abrir espaço para a produção narrativa. Sá (2002), sobre atendimento clínico, diz: “A clínica não fala pela vida, permite que ela fale por si mesma através dos fenômenos que aparecem e que não têm o caráter de verdade ou mentira, mas de possibilidades de sentido em jogo na abertura que constitui o espaço de diálogo clínico” (p.360).

Assim sendo, será que o exercício deste respeito no atendimento de casal se daria na abertura de espaço para que este casal pudesse deixar-ser o casal possível? Se, como dito por Sá (2002), a clínica permite que a vida fale por si mesma através dos fenômenos que naquela abertura clínica aparecem, será que o dialogar do casal é possibilitador do aparecimento destes fenômenos com os quais o casal e eu, psicólogo, precisamos entrar em contato? Uma discussão, uma briga, um desacordo sobre algo, nenhum desses fenômenos possuem caráter de verdade ou mentira, ainda que o próprio casal possa buscar quem está certo e quem está errado. Contudo, o psicólogo não precisa participar de tal busca, mas perceber estes fenômenos como possibilidades de sentido daquele casal, que está sendo desta ou daquela maneira, naquele momento. Afinal, considerar que o casal é deste ou daquele modo em um determinado momento, também é perceber o caráter histórico das existências que ali se realizam. Ou seja,

A existência humana é essencialmente não um processo físico, mas primariamente um evento histórico. Isso significa que em cada relação verdadeira com alguma coisa ou com alguém, a história toda do Dasein é inerente e está presente, independente se o desdobramento histórico de um certo tipo de relação é lembrado explicitamente ou não. (BOSS, 1963, p.243).

Nesta passagem, Boss está oferecendo um argumento relativo à questão da transferência para a Daseinsanalyse, lembrando, no entanto, da historicidade que marca a existência humana e todas as suas possibilidades de relacionar-se, seja esta relação qual for. Então, será que sustentar tal espaço de abertura para a compreensão do casal poderia ser possibilidade de que ali no atendimento se façam presentes entre o casal (entre si) e entre o casal e o psicólogo, toda a história daqueles existentes e toda a história do casal? Ou seja, será que, ao sustentar tal espaço de abertura, se possibilitaria que se fizessem presentes as queixas, as mágoas, as alegrias, os bons momentos, os maus, as soluções dadas por problemas, as possibilidades de sentido? Sendo assim, o psicólogo permaneceria apenas como este que cuida do endereçamento dessas falas de um para o outro entre si, que pontua o modo como estas falas são feitas, visando a abertura de sentido que tais falas proporcionam, ao invés de oferecer julgamento sobre qual fala é mais real ou mais importante que a outra.

Boss (1963) ao afirmar que “a consciência do daseinsanalista está limpa quando ele consistentemente se abstém de declarar que um comportamento é mais real ou mais fundamental que outro” (p.235), diz com isso que “o terapeuta evita um segundo perigo – o de ‘curar’ os sintomas iniciais do paciente, em seguida provocando uma nova neurose melhor chamada de ‘psicanalite’” (BOSS, 1963, p.236). Tal ponderação de Boss é uma importante provocação para se pensar o modo do psicólogo em qualquer atendimento. Por sua vez, torna-se uma provocação fundamental no atendimento de casal, pois aponta para seus desdobramentos; em outras palavras, *pro-voca* sobre qual o modo de ser do psicólogo fenomenólogo existencial ao atender casal, que precisa evitar

o risco de ser colocado no lugar de mediador e de guardião da solução dos problemas, aquele que saberia “curar” os sintomas do casal. Mas então, como evitar esse risco? De que modo poderia atender um casal?

Inicialmente, talvez eu possa pensar em me desvencilhar deste lugar de receptor das falas do casal e agir no sentido de possibilitar que o casal se abra a si mesmo. Como seria possível fazer isso? Morato (2013), sobre a ação do psicólogo, ressalta que:

O psicólogo, seja numa entrevista de Plantão em clínica-escola ou em cartografia por uma instituição de saúde ou de educação, mantendo-se inclinado à narrativa daquele com quem fala, está sempre in-vestigando a experiência clinicamente, experiência essa que, vindo do mundo com outros, se apresenta enovelada no público, porém sem fio de sentido ao narrador. Em outras palavras, a ação psicológica conduz-se a ir por entre os vestígios do vivido para des-ocultar outras facetas que se mostram nas situações de homens e atores institucionais. (MORATO, 2013, p. 70).

Assim, talvez seja *por entre* as falas do casal, pelo modo como o casal se *conta* e se *comunica* que eu possa me desvencilhar do lugar de receptor e possibilitar que o casal se abra a si mesmo. Pensando na frase usada até este momento, “nós o procuramos pois este que está aqui do meu lado me deixa muito nervoso”, talvez eu pudesse pedir que, ao invés de ser dita para mim, ela pudesse ser dita, justamente, para “este que está aqui do meu lado”. Talvez eu não tenha nada para dizer sobre esta fala. Talvez minha preocupação ali não seja desvelar junto a esta pessoa os sentidos desta fala, mas estar junto ao casal e compreender como eles “a dialogam”, ou seja, como quem fala, *fala*, e como quem ouve, *ouve*. Talvez este seja o sentido a ser desvelado: o modo como o casal se relaciona (briga, conversa, discute, interage, planeja, etc).

Aqui, lembro de um atendimento que fiz com um casal heterossexual casado há sete anos e juntos há dez. Inicialmente quem começou a falar foi ele,

reclamando que a convivência entre eles estava insuportável, pois brigavam muito. Quando ele começou uma frase dizendo “ela...” foi imediatamente cortado pela esposa que disse “eu sempre acho que ele está me traindo. Eu estou paranoica. Tudo para mim é indício de que ele me trai”. A esta fala seguiu-se um curto diálogo em que ele diz que está insuportável viver assim, ao que ela responde que ele é “um galinha”. Ambos “bufaram” e o clima ficou tenso. Foi nesse momento que os interrompo para pedir que ela lhe dissesse a frase que me havia dito, sobre estar paranoica. Ela parou e respirou fundo. Estava difícil de dizer algo. Após alguns segundos, finalmente voltou-se para ele e disse: “Estou ficando paranóica”. Pausou por um instante e completou: “Eu sempre acho que você está me traindo”. Ele ouviu em silêncio. Pedi, então, para que ele dissesse para ela como se sentia ouvindo isso. Ele não conseguiu e, ao invés disso, me revelou: “eu nunca imaginei que ela sofresse tanto. Foi a primeira vez que percebi sofrimento na voz dela. Sempre achei que essas bobagens dela fossem ‘coisa de mulher histérica’. Sempre me irritei. Mas ela sofre”. Peço que ele diga isso a ela, e ele apenas a olha. Tentou falar, mas não conseguiu. Baixou o olhar em silêncio. Nesse momento, pontuo: “Como é difícil para vocês falar sabendo que estão sendo ouvidos”.

O que aconteceu ali? Não analisei a fala dela. Não traduzi para ele o que ela estava sentindo. Não pedi calma. Não mediei conflito algum. Não caminhei no atendimento para dizer que ele deveria ser mais compreensivo ou que ela deveria ser menos ciumenta. Não dei solução alguma. Minha única ação foi possibilitar que ela falasse e que ele ouvisse, e a chance de que ele pudesse falar e ser ouvido. Depois, pontuei o que se apresentou desse diálogo. Assim, possibilitei que o modo deles de se relacionar se fizesse presente e

compreendido. Ao encaminhar a fala de um ao outro, permito que o casal pare de falar sobre si e fale com-entre-si.

Tal proposta, no entanto, não deve ser confundida com uma recomendação que coloca o psicólogo em um lugar confortável e técnico. Ao contrário, o que pontuo aqui como ação do psicólogo junto ao casal é a não substituição das queixas e sofrimentos iniciais por explicações psicologizantes, ou seja, um modo de evitar o lugar de tradutor e mediador, que detém a verdade sobre o casal e o poder de resolução dos seus conflitos. A ação do psicólogo fenomenólogo existencial é uma possibilidade de um modo de ser psicólogo que lhe permite ser junto ao casal, acompanhando os modos de construir-se e habitar-se do casal, compreendendo-os como possibilidades.

4. O “foco” de um atendimento de casal

Com o passar do tempo, ao longo de minha experiência clínica como terapeuta atendendo casais, comecei a perceber algo importante relativo à duração do processo terapêutico com eles. Independente das queixas iniciais, dos motivos que levavam o casal até ali, independente da origem do casal ou de sua idade (de cada pessoa ou do tempo juntos), o tempo de duração de todo o processo parecia sempre menor, mais encurtado, em comparação a processos terapêuticos individuais. Ao contrário das terapias individuais, que duravam mais de um ano, por vezes anos, as terapias de casais pareciam encerrar-se muito antes, com poucos meses no máximo. Seria esta uma questão relativa ao atendimento de casal ou diria respeito a mim, como psicólogo, sobre minha disposição para aqueles atendimentos?

Um olhar para a literatura, no entanto, ajudou no delineamento da questão. Autores, como Waldemar (2008), Caillé (1995) e Elkaïm (1990, 1995), estabelecem algum limite de tempo para a realização dos atendimentos de casais. Enquanto Caillé (1995) especifica o número de sessões (dez mais uma consulta de *follow up*), Waldemar (2008) e Elkaïm (1990, 1995) sugerem que o atendimento de casal não é longo, podendo ser classificada como uma “terapia breve”. Por essa razão, “a maioria dos tratamentos dura de três a nove meses, ou de dez a vinte sessões, e, na fase inicial, é necessário um período mais intensivo de sessões semanais de, pelo menos, uma hora de duração” (WALDEMAR, 2008, p.257). Do mesmo modo, Hegenberg (2004), ao escrever sobre psicoterapia breve e descrever suas indicações, destaca o atendimento de casal como sendo uma terapia que prioritariamente deva ser considerada dentro deste modelo terapêutico, justificando que:

A intimidade de um casal deve ser preservada e a psicoterapia não pode expor os cônjuges a invasões de privacidade desnecessárias, como ocorreria em uma psicoterapia individual a dois. Em uma terapia de casal, uma vez entendidas as questões relativas aos dois, faz mais sentido o encaminhamento para terapias individuais. (HEGENBERG, 2004, p.136).

Esses autores, estejam eles escrevendo sobre atendimento de casal, estejam eles escrevendo sobre terapia breve, parecem concordar com a delimitação do tempo de um processo terapêutico de casal. Mas o que isso quer dizer? De onde viria esta brevidade?

Em momento algum estabeleci limites de tempo, como um número fixo de sessões previamente estabelecido, no entanto, percebi que os processos terapêuticos de casais duravam menos que os processos terapêuticos individuais. Percebia que algumas vezes as conversas em terapia “esfriavam”,

ou seja, o casal parecia perder o interesse em estar lá, até que finalmente diziam não estar mais disponíveis para as sessões. Outras vezes, chegávamos a algumas compreensões sobre assuntos específicos, importantes reflexões sobre modos do casal se relacionar, o que possibilitava mudanças significativas no modo como se percebiam entre si e no modo como lidavam um com o outro: já não sentindo mais a necessidade de estarem ali em terapia. Assim, parecia que, de modo geral, havia uma brevidade que acontecia mesmo sem ser direcionada a partir de uma delimitação de número de sessões anteriormente estabelecida. Como isso seria possível?

De acordo com Strasser e Strasser (1997), Hegenberg (2004) e Cardinalli (2016), a psicoterapia breve não é definida exclusivamente a partir de um critério temporal que se estabelece anteriormente ao atendimento e limita seu número de sessões, mas sim a partir do método escolhido que é definido pelo foco. Cardinalli (2016) compara psicoterapia tradicional e breve dizendo que “a diferença entre elas aparece, sobretudo, na priorização de *algum(s) âmbito(s)*”²⁹ da vida do paciente dentre seus diversos modos de ser no mundo” (p.87).

Seria esta, então, a brevidade no atendimento de casal? Parece que a própria possibilidade de realização deste atendimento já apresenta um foco: o casal. O(s) âmbito(s) da existência a ser(em) priorizado(s) daqueles que estão ali em busca de atendimento aponta(m), justamente, para a construção e o habitar daquele casal. Deste modo, quando o casal chega para atendimento e um deles diz “nós o procuramos pois este que está aqui do meu lado me deixa muito nervoso”, o âmbito da existência a ser priorizado mostra-se como a realização de uma relação com outra pessoa que não está acontecendo do modo

²⁹ Grifo da autora.

anteriormente esperado. “Este que está aqui do meu lado me deixa nervoso”, parece revelar que “eu esperava não ficar nervoso com esse que está aqui do meu lado”. Isso, por sua vez, revela uma expectativa, tanto em relação ao outro como em relação ao futuro desta relação. Também revela a abertura histórica dessas existências, que vivem em sua época, na qual estas expectativas se fazem possíveis e presentes. Com isso, retomo não apenas o caráter histórico da existência, mas também retomo a importante consideração do psicólogo em relação às mudanças nos casais e na ausência de um modelo único de referência para os casais, dado que o humano é sempre abertura de possibilidades. A queixa “fico nervoso com este que está aqui do meu lado”, além de pedir a inclusão “deste que me deixa nervoso” no esclarecimento do sentido de “ficar nervoso”, também pede a consideração dos referenciais que sustentam o sentido do queixar-se, que pode estar apontando para um futuro que se abre em uma expectativa de não mais ficar nervoso.

Deste modo, retomando o que já foi dito anteriormente, no atendimento de casal não se buscaria o esclarecimento do sentido de ficar nervoso para alguém e como em seu existir esta pessoa se percebe nervosa. Diferentemente disso, aqui, ficar nervoso implica duas pessoas, quem deixa nervoso e quem fica nervoso, e ficar nervoso aparece como revelador de uma relação que deixa e fica nervosa, mas que não era esperada que fosse desse modo, por ser esta relação também inserida em um contexto histórico que permeia expectativas. Em outras palavras, trata-se de um foco específico no âmbito da existência que diz respeito ao relacionar-se com alguém com quem se apresenta como casal, sem, contudo, esquecer de considerar este âmbito na totalidade do existir de cada pessoa.

Assim, apesar de não estabelecer um prazo para a realização dos atendimentos de casal, eles chegavam a um fim, encerravam-se, na apropriação de suas possibilidades de ser o casal que podiam ou não podiam mais ser. Talvez isso aponte para que a *brevidade* da terapia de casal não seja uma condição temporal própria deste campo de trabalho. A brevidade não diria respeito ao tempo e sim ao foco, ou seja, o âmbito do existir a ser priorizado: a brevidade neste atendimento diz respeito então ao esclarecimento do casal enquanto possibilidade de realização do existir diário de cada um.

Nesse sentido, o atendimento fenomenológico existencial de casal, estabelecido sobre os mesmos pressupostos fundamentais que situam todo atendimento fenomenológico existencial, orienta a compreensão do existir humano como ser-aí e seus modos de ser no mundo. No entanto, o casal acaba por ser ele mesmo o foco a ser aproximado por aquelas existências que ali se apresentam. Todo aproximar do existir daquelas pessoas se apresenta a partir do casal, que aparece como o âmbito do existir principal de suas queixas e da dificuldade de realização de suas possibilidades.

5. Desfecho do atendimento

Quando é o fim de um atendimento de casal? *Quando*, advérbio de tempo, expressa uma circunstância temporal, a ocasião da *decretação* ou *constatação* do fim de um processo terapêutico de casal. Fiz a pergunta tão logo comecei a atender casais. Queria saber, com ela, se haveria um momento claro de finalização, se haveria um fim ou se os atendimentos transcorreriam ao longo do tempo, dando espaço para novos assuntos tal como em um atendimento individual. Neste momento, no entanto, entendendo que o atendimento de casal

é marcado por um foco no próprio casal como âmbito do existir a ser compreendido, percebo que a pergunta já não pode ser mais essa, pois não se trata de um fim marcado por tempo.

Qual, pronome relativo, refere-se à qualidade de algo, à *natureza* de algo. Qual é o fim de um atendimento de casal? A pergunta agora aponta para um evento, algo que sustenta o fim. Mas, “fim” pode ser pensado também como “finalidade” e não apenas como “finalização”. Deste modo, “qual é o fim de um atendimento de casal?” abre para o questionamento de sua finalidade. Mas o que isso quer dizer? Será que finalidade é entendida como realização de um objetivo?

Com a prática, percebo que são inúmeros as queixas e os motivos de procura. Entre queixas que já recebi, cito como exemplo: dificuldades sexuais, problemas de convivência, dissonâncias em relação a crenças e valores que colocavam em questão a criação dos filhos, e tentativa de salvar uma relação de anos que estava desgastada. Na maior parte das vezes essas queixas se mostram como conflitos que parecem ser inconciliáveis, sendo frequente o casal chegar em grande sofrimento, dizendo já ter “tentado de tudo” e que a procura por atendimento psicológico é sua “última tentativa de salvar a relação”. Nessas ocasiões, o que aparece nos atendimentos é a expectativa da resposta à pergunta: “ao final, ficaremos juntos ou nos separaremos?”. Assim, abordar a finalidade de um atendimento talvez não seja uma remissão ao pragmatismo, à resolução de uma queixa, mas uma remissão aos seus desdobramentos, ao *porvir* deste atendimento, recolhendo seus motivos e apontando um sentido, que revela perguntas como, por exemplo, “ficaremos juntos ou nos separaremos?”.

Deste modo, a pergunta “qual o fim de um atendimento de casal?” precisa considerar uma importante possibilidade: o fim do atendimento de casal poderia vir com o fim do próprio casal, sua separação. Assim, a reflexão quanto ao encerramento de um atendimento de casal é perpassada por dois pontos fundamentais: o encerramento do atendimento, o fim dos encontros com o psicólogo; e o possível “encerramento” do casal, sua separação. Será importante, então, pensar a separação do casal como final possível de um atendimento de casal?

Waldemar (2008) oferece uma consideração importante sobre esta questão. Ao se referir ao “prognóstico” do atendimento para os casais que “procuram tratamento como a ‘última esperança’ para relação” (p.257), o autor cita a importância do “fracasso da terapia de casal” (p.257) para mostrar que a separação era inevitável. Assim, parece associar a separação ao “fracasso” do atendimento de casal, referindo-se então a uma “terapia do divórcio”, quando se percebe que o casal está ali tentando amenizar o sofrimento de uma separação. Por esse enquadre, uma “terapia do divórcio” se referiria a um atendimento destinado a facilitar a separação, enquanto uma “terapia de casal” seria o atendimento destinado a possibilitar que o casal fique junto. Será que uma separação ao final de um atendimento pode ser encarada como fracasso da terapia? E qual seria, neste caso, o sucesso do atendimento? Seria a terapia um sucesso quando todas as queixas iniciais fossem eliminadas? Neste caso, o atendimento de casal seria, então, um atendimento de final pré-concebido, final esse no qual o casal ficará junto?

Para pensar sobre o que poderia ser chamado de “sucesso do atendimento”, recorro a Boss (1963), em sua reflexão sobre o processo

terapêutico que não pretende procurar respostas em eventos traumáticos infantis:

O que mais importa, terapeuticamente, não é recordar a ocasião quando um padrão neurótico de se relacionar com os outros humanos foi adquirido na infância, mas encontrar a resposta para duas questões: Por que o paciente permaneceu, até a data presente, apanhado neste mesmo modo restrito de comunicação? O que o mantém prisioneiro de seus padrões de comportamento neurótico neste momento? (BOSS, 1963, p.243).

Consigo pensar estas duas perguntas feitas pelo autor direcionadas ao atendimento de casal. Por que o casal permanece, até a data presente, neste modo restrito de comunicação? O que o mantém prisioneiro de seus padrões de relacionamento neste momento?

Em sua reflexão, Boss (1993) irá apontar a possibilidade deste paciente, a quem se refere nessas perguntas, não conseguir imaginar que existem outros modos possíveis de se relacionar. Se conseguir imaginar, no entanto, fá-lo apenas intelectualmente, mas não tem confiança para tentar novos modos, sendo que muitas vezes tal paciente parece até tentar provar a si mesmo que não há outros modos possíveis de se relacionar com o mundo. O autor, então, oferece o que diz ser a única solução para o paciente, que seria entregar o que ele necessita em vez de oferecer uma redução conceitual ou explicação racional, ou mesmo uma aproximação intelectual visando certa responsabilização. Para Boss (1963), referindo-se aos pacientes atendidos, “a primeira necessidade deles não é algum tipo de reconhecimento conceitual do *acting-out*, mas sim, ao invés disso, a oportunidade de viver e experienciar, uma e outra vez, de modo imediato e irrefletido, seus modos novos de comportamento, dentro do

relacionamento seguro com o analista” (p.244). Será possível fazer essa mesma ponderação quando quem atendo é um casal?

Assim, volto a questionar. Por que o casal permanece, até a data presente, neste modo restrito de comunicação? O que o mantém prisioneiro de seus padrões de relacionamento neste momento?

Assumindo o que foi até agora descrito sobre o casal ser possibilidade de construir-se e habitar-se, e tomando as reflexões de Boss como referência, seria possível dizer que, em um determinado momento, o modo restrito como o casal se constrói e se habita, conduzindo à procura pelo atendimento, é o seu único modo possível de realizar-se. Ainda que o casal conheça outros modos, ele talvez não esteja podendo realizá-los, por não acreditar na sua possibilidade de realização. Refiro-me, aqui, a cada um dos que realizam sua existência nesta possibilidade de ser casal, ou seja, cada um deles talvez já tenha construído e habitado outros casais, diferentes deste, e certamente se relacionam com outros de outros modos. Ao mesmo tempo, também me refiro ao próprio casal, que talvez conheça outros modos possíveis de ser casal, tendo como referência perspectivas cinematográficas ou o que percebem de casais próximos.

Dessa forma, racionalizar, explicar conceitualmente, refletir intelectualmente sobre a existência destes outros modos possíveis de construir-se e habitar-se, talvez não funcionasse. Aproximando-me da reflexão de Boss (1963) descrita acima, a necessidade do casal talvez seja viver e experienciar novos modos de ser, dentro do relacionamento seguro com o terapeuta. Posso, então, questionar: será que ao pedir que a frase “nós o procuramos pois este que está aqui do meu lado me deixa muito nervoso” fosse dita diretamente para

“este que está aqui do meu lado”, eu estaria possibilitando que o casal experienciasse novos modos de construir-se e habitar-se?

O que percebo em minha experiência é que este pedido na maior parte das vezes inaugura algo totalmente novo para o casal. Seja porque pela primeira vez um consegue dizer ao outro de modo calmo e transparente que este outro o deixa nervoso. Seja porque pela primeira vez este outro pode responder, sendo ouvido, que o primeiro também o deixa nervoso. Ou talvez porque este outro possa finalmente esclarecer o que significa “deixar nervoso”. Ou mesmo, como em um exemplo citado anteriormente, pela descoberta, em casal, de como era poder dizer e ser ouvido entre eles. Ou seja por qualquer outro motivo entre tantos, este redirecionamento da fala pode inaugurar um acontecimento. Figueiredo (1993) descreve acontecimento como “uma ruptura na trama das representações e das rotinas; em outras palavras, de início o acontecimento é uma quebra dos dispositivos de construção e manutenção do ‘tecido da realidade’; mas um acontecimento é também a transição para um novo *sistema representacional*³⁰” (p. 46). Assim o acontecimento seria destruição e fundação de mundo ao mesmo tempo, criando “solo para outros encontros” (p. 46). Neste sentido, o direcionamento da fala de um para o outro inaugura uma nova possibilidade de estar junto entre si, de falar e ser ouvido, diferente do que havia sido estabelecido entre o casal, como modo de construir-se e habitar-se. O casal pode passar, a partir daí, na segurança do encontro com o psicólogo, a se comunicar de outro modo, a se relacionar de outro modo. Mas como este *relacionar-se de outro modo* pode revelar o sentido do atendimento de casal ou dizer o que se pode compreender por “sucesso do atendimento”?

³⁰ Grifo do autor.

Poder relacionar-se de outro modo corresponde ao que Boss (1994) descreve como meta do processo terapêutico, pontuando que os pacientes:

Precisam estabelecer relações abertas com cada fenômeno que habita seu mundo, não importando onde em sua abertura perceptiva o fenômeno apareça. E este ato ousado deve ser realizado não apenas em relação a objetos inanimados mas para cada criatura viva, para cada pessoa, e para cada potencialidade de sua própria existência: em resumo, para tudo entre o céu e a terra do qual o paciente já fugiu, tudo que, em razão de vergonha, nojo, orgulho ferido, ou pseudomoralidade, ele não encararia por nada. (BOSS, 1994, p. 279).

A partir dessas considerações, é possível dizer que o atendimento baseado na compreensão do existir humano como ser-no-mundo possibilita ao outro libertar-se para sua compreensão mais própria e para dar conta de seu existir, aberto aos fenômenos que se endereçam a ele em seu existir. Esta abertura aos fenômenos é o que Boss (1963) irá descrever como “cura”:

Consiste, preferencialmente, em uma crescente apropriação de todas as possibilidades da vida de alguém como *possibilidades*. A menos que um ser humano tenha se tornado ciente de e reconhecido como suas todas as possibilidades de se relacionar com o que encontra (quer elas agradem a ele ou aos outros, ou não), nenhum auto-conhecimento verdadeiro, nenhuma responsabilidade autêntica, é possível. (BOSS, 1963, p. 254).

O modo, no entanto, como em cada caso e de qual maneira tal experiência se dará, é único e não compete ao psicólogo julgá-lo. Os desdobramentos do atendimento de casal e o consequente “sucesso do atendimento”, deste modo, se revelariam no estar aberto aos fenômenos que a ele se endereçam. Não se trata aqui, por tanto, de cura como eliminação de doença e sim do entendimento de cura em seu sentido originário latino como cuidado³¹.

³¹ Curar vem do latim *cūro*, *curas*, *curāvi*, *curātum*, que tem o sentido de cuidar, ter cuidado de, olhar por; velar, vigiar, estar alerta a; ocupar-se de, preocupar-se com.

O casal pode reconhecer e apropriar-se das possibilidades do casal como *possibilidades* deste casal. Tomando o exemplo usado por todo este capítulo, a queixa inicial que dizia “Nós o procuramos pois este que está aqui do meu lado me deixa muito nervoso”, abre-se ao desdobramento do compreender-se em alguma possibilidade de construir-se e habitar-se enquanto este casal: que pode ser “não fico mais nervoso com este que está aqui do meu lado”; “continuo nervoso com este que está aqui do meu lado, mas entendo isso como parte de nossa relação e aceito”; “não quero mais estar ao lado deste aqui, que me deixa nervoso”; ou qualquer outra possibilidade possível.

Retomando o começo desta reflexão sobre o fim de um atendimento de casal, marquei dois pontos fundamentais para a compreensão do encerramento: o fim do encontro com o psicólogo e a possibilidade da separação do casal como desdobramento dos atendimentos. O que se seguiu mostrou que a separação, longe de ser um fracasso do atendimento ou um desdobramento a ser evitado, pode ser sim um modo autêntico revelado na apropriação do casal de suas possibilidades de construir-se e habitar-se. Afirmar que a separação não é um fracasso, também significa afirmar que a união, ficar juntos, tão pouco é um sucesso. A “cura” do casal, ou seja, o cuidado do casal consigo mesmo é a apropriação do modo de realização do existir de cada uma daquelas pessoas ali envolvidas, que cuidam de si cuidando da relação e cuidam da relação cuidando de si.

O encerramento dos atendimentos e o fim do contato com o psicólogo desdobram-se em possibilidades, tais como a separação ou o ficar junto de um modo possível, não havendo, assim, um final estruturado e seguro que marque o sucesso, ou fracasso, do atendimento, havendo até mesmo a possibilidade do

retorno do casal para novos atendimentos futuros. Deste modo, talvez o uso das palavras fim, final, ou encerramento, não fosse nem o mais indicado. Prefiro nomear este momento como *des-fecho*³².

6. Como pode ser um atendimento fenomenológico existencial junto a um casal?

“Nós o procuramos pois este que está aqui do meu lado me deixa muito nervoso”. Por essa frase, percorri todo este capítulo, cujo horizonte seria o esclarecimento de uma possibilidade de atendimento de casal.

Tal possibilidade se sustenta na compreensão da existência como ser-aí, cuja abertura se caracteriza por ser-no-mundo-com-os-outros. Com isso pontuo não somente a possibilidade do atendimento, mas também o horizonte a partir do qual posso compreender quem é atendido, o casal. Pois, ao fundamentar casal como um fenômeno do existir humano fundado em ser-com, posso compreender casal como *construir-se e habitar-se do modo possível de cada casal em cada caso*. A essa compreensão de casal ofereci a descrição de *junção (de pessoas) que habita do modo possível o construir da casa que ela mesma está podendo ser*. Assim apresentado, mostrou-se um fenômeno *auto-definidor* e *auto-denominador*: não cabe a mim, ou a qualquer outro psicólogo, definir e delimitar “o que” seria um casal. Ou seja, casal não pode ser determinado por um conjunto de características ônticas previamente definidas como marcadores da verdade sobre o fenômeno, tais como morar ou não juntos, estar ou não

³² Desfecho possui o sentido de encerramento, mas também tem o sentido de arremesso, de desferimento de qualquer arma, e de desencadeamento, segundo o dicionário Houaiss (2009). Ou seja, desfecho é uma ação que acontece após sua preparação. Além disso, des-, do latim *dīs-*, implica uma oposição à ideia que segue, no caso fechar. Des-fechar seria, assim, abrir. Assim, desfecho, também pode ser uma abertura para algo, uma ação que abre para outras possibilidades.

casados legalmente, dormir no mesmo quarto ou em quartos separados, transar com outras pessoas ou ser monogâmicos, ser apenas duas ou três pessoas, querer ou não filhos, serem de diferentes ou do mesmo sexo, etc. Só posso dizer, como psicólogo fenomenólogo existencial, que atendo um casal, pois estas pessoas que a mim se apresentam se *auto-denominam* casal.

A constatação quanto à *auto-denominação* do casal mostrou-se no texto imprescindível para o olhar do psicólogo que se dispõe a suspender suas pré-concepções e dirigir-se ao encontro com o casal. Não posso, como fizeram os plantonistas, dizer que aqueles na minha frente “não são um casal” quando eles assim se apresentam. Tal afirmação antecipa-se ao encontro e encobre o modo possível daquele casal construir-se e habitar-se. Minha preocupação, no entanto, é revelar o casal por si mesmo. Neste sentido, preciso estar disposto, ou seja, preciso deter-me junto ao casal no modo possível como aquele casal é casal.

A partir desses fundamentos, pude propor um modo de estar junto ao casal. Tal modo é marcado por um dar-se a ver o casal pelo próprio casal. Ao tomar a frase “nós o procuramos pois este que está aqui do meu lado me deixa muito nervoso” como exemplo, busquei esclarecer esse modo. Para esclarecer o sentido das falas em um atendimento de casal, tal como esclarecer o sentido de “ficar nervoso”, preciso dar a ver ao outro que já está incluído nesta fala: “ficar nervoso” revela ao mesmo tempo quem fica nervoso e quem deixa nervoso.

Mantenho-me, assim, junto ao casal, compreendendo as falas *em* casal. Morato (2013), descrevendo a ação psicológica, pontua que o psicólogo em atendimento

Buscando des-enredar a experiência da trama sedutora de significados na qual se encontra, acompanha o cliente

testemunhando sua narrativa pela desorientação e desamparo para, junto a ele, sugerir o encaminhar-se para fora de seu sofrimento, levando-se adiante dessa urdidura do público na qual se enroscou. E isso só pode acontecer em experiência em ação, ou seja, quando a interpretação da compreensão pudesse conduzir-se para “fora do perigo”, considerando a etimologia latina de experiência: *ex-perire* (MORATO, 2013, p. 70).

Assim, é pelo testemunho das falas em casal que posso acompanhá-lo, o casal, e estar junto a ele. Em outras palavras, as falas deixam de ser direcionadas ao psicólogo, mas permanecem entre o próprio casal, incluindo na conversa “este que me deixa nervoso”. Inaugura-se aí um acontecimento. Morato (2015), a partir de Figueiredo (1993), cita a importância da fala acontecimental, “pois abre ao falante e ao ouvinte o horizonte de visibilidade ao que é. Sendo não representacional, possibilita fazer experiência ao apelo de uma demanda: uma solicitação de fala para que o falante se re-instale na história” (p.214). Assim, o casal pode se experimentar, ou seja, experienciar novos modos de construir-se e habitar-se, *re-instalando-se* em sua própria história e tecendo novas tramas de sentido; e o psicólogo passa a testemunhar e experienciar, em ação, o casal sendo o casal que pode ser.

Isso revela outro caráter importante deste modo de estar junto ao casal em atendimento: o reconhecimento desse espaço terapêutico como sendo criado pelo casal para o casal. Assim, o esclarecimento do sentido das falas trazidas acaba por possibilitar que o casal se apresente como o casal que está podendo ser. Isso só pode acontecer, pois o psicólogo se mantém a todo instante *com* o casal, e não com um ou outro, ou seja, dando a ver a relação que se apresenta neste falar com-entre-si do casal, pontuando o que esta *con-versa* revela do modo como o casal está podendo se construir e se habitar. Por fim, o *des-fecho* de um atendimento se apresenta como desdobramentos possíveis e

não como “cura” de uma doença. Não há um final estruturado e seguro no qual se defina qualquer permanência do modo de se construir e se habitar daquele casal, que será sempre um *por-vir*.

Esse modo de estar junto ao casal proposto marca-se, então, por uma constante atenção do psicólogo ao casal, ao modo como o casal se apresenta, em uma *con-versa com* o casal. “Com o casal” apresenta aqui a ideia de que não há uma condução deste diálogo, nem por parte do psicólogo, nem por parte do casal. O diálogo apresenta-se como um desdobramento do encontro, como de certo modo salienta Sá (2002), ao dizer que “no diálogo terapêutico, o sujeito não impõe a direção, pois esta se abre no discurso com uma certa autonomia, já que a estrutura dialogal da clínica possui a dinâmica de um jogo, onde o processo jamais se reduz à condução voluntária dos participantes individuais” (p.360). A isso, Sá (2002) nomeará “fusão de horizontes” a partir de Gadamer (1998), mostrando que a interpretação ocorre em um horizonte modificado comum ao intérprete e ao fenômeno interpretado. Estando ali junto àquelas pessoas no modo como elas estão podendo se relacionar, podendo me desfazer de pré-concepções quanto ao que define um casal, posso compreender com elas os sofrimentos, abrindo-nos ao *por-vir*. Deste modo, não estou ali a partir do casal ou a partir do meu conhecimento. Estou “verdadeiramente” (*aletheia*, desvelando) *com* o casal, testemunhando-o. Morato (2015), salienta que “pelo esforço de linguagem, testemunhar-se é um gesto de recuperação do mundo das coisas e dos outros. Pelo meu testemunhar narrado a vivência de um fato transmuta-se em experiência minha, ou seja, de acontecimento em mim, tensionado entre ausência e presença, distância e proximidade” (p. 219). Por

esta reflexão, talvez já não possa mais me referir a atendimento *de* casal, considerando o que segue.

Seja escrevendo psicoterapia de casal, terapia de casal, ou atendimento de casal, o uso comum pede a preposição *de*. De acordo com Houaiss (2009), *de* é preposição que relaciona palavras por subordinação, podendo indicar procedência, lugar, meio, causa, instrumento. Também possui os sentidos de finalidade, posse, constituição, destino, e inclusão em uma classe. Por isso, atendimento de casal, descreve um tipo de atendimento entre outros tipos; que se destina a um tipo de paciente: o casal. Minha reflexão, no entanto, me pede um outro modo de nomeação, pois este atendimento fenomenológico existencial, como modo de realização do ser-psicólogo, se apresenta *com* o casal. Consigo, deste modo, renomear este atendimento contemplando minha pesquisa: trata-se de um atendimento fenomenológico existencial com casal. Pois é ali, com casal, que se revelam os sentidos de ser do casal. Talvez essa renomeação possa deixar clara também o pressuposto hermenêutico de toda a proposição até aqui realizada. Pois, como diz Sá (2002) sobre a clínica hermenêutica, ela “pretende-se um espaço de tematização de sentido, de desnaturalização dos sentidos previamente dados, da ampliação dos limites dos horizontes de compreensão” (p.360).

Esta proposição de um atendimento fenomenológico existencial com casal descrita ao longo deste trabalho me remete ao que diz Evangelista (2016) sobre o conhecimento psicológico: “Psicologia é realizada a cada vez por um psicólogo, isto é, não é uma entidade, mas um modo de ser” (p.242). Ou seja, trata-se aqui de uma proposição de um *modo possível* de atendimento por um

psicólogo, que constrói e habita atendimento com casais e por esse fenômeno foi *in-quietado*.

VII – *Des-fecho*: uma (in)conclusão

Em *Grande Sertão: Veredas*, Guimarães Rosa diz que “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (GUIMARÃES ROSA, 1994, p. 86). Diz isso ao caracterizar a existência como aquilo que se dá “entre dois”, entre o nascimento e a morte, entre a saída e a chegada. Neste entre dois, lançado no mundo, nada é certeza, nada é certo ou errado.

Este trabalho foi um relato de um recorte de uma travessia: a travessia profissional de um psicólogo que atende casais. Nesse relato, busquei esclarecer uma possibilidade de atendimento junto a casais: fenomenológica existencial. A travessia, no entanto, não está acabada e permanece em um “entre”, incerta, sempre *por-vir*.

A cada encontro que tenho (a cada atendimento que faço, a cada conversa com colegas, a cada leitura, a cada releitura do que aqui foi redigido) se me apresenta uma *re-clamação*. A pesquisa clama por uma modificação, por um recomeço na escrita, por acrescentar ou retirar ideias. Dou-me conta que ao buscar esclarecer uma possibilidade de atendimento, realizo um trabalho que está também nesse “entre dois”, construindo-se, *des-velando-se* e *re-velando-se*, e que por isso permanecerá sempre inacabado, incompleto. São, assim, as páginas de um doutorado que possuem fim, mas não a possibilidade de atendimento exposta neste doutorado.

Por toda a pesquisa, uma pergunta me norteou: Como é um atendimento fenomenológico existencial de casal? Em todo este percurso, busquei me aproximar dos pontos que apoiavam a pergunta (o campo histórico

no qual a pergunta podia ser feita; o “como” deste atendimento perguntado; o “a quem” este atendimento se destinava), para desvelar aquilo que a pergunta apontava: o atendimento fenomenológico existencial de casal. Finalmente, tendo percorrido o caminho, pude me “re-debruçar” sobre a pergunta, conseguindo *re-escrevê-la*: como pode ser um atendimento fenomenológico existencial com casal?

A princípio, a importância do tema no cotidiano contemporâneo, como visto na introdução do trabalho, pede um debruçar-se cuidadoso. Heidegger (2009) alerta nos Seminários de Zollikon que:

Quem, pois, no atual carnaval desta idolatria (cf. o tumulto sobre a navegação espacial) ainda quiser conservar alguma reflexão, quem se dedica hoje em dia à profissão de ajudar as pessoas psiquicamente enfermas deve saber o que acontece; deve saber onde está historicamente; precisa esclarecer-se diariamente que aqui está operando um destino antigo do homem europeu; ele precisa pensar de maneira histórica e abandonar a absolutização incondicional do progresso em cujo rastro o ser homem do homem ocidental ameaça sucumbir (HEIDEGGER, 2009, p.140).

Assim, conservar a reflexão e perceber-se historicamente, também é compreender que a técnica e a objetificação perpassam as relações. Há, neste sentido, um entendimento reducionista das relações, que são classificadas, ainda que tacitamente, como certas ou erradas. Cuidar dessa compreensão é a possibilidade de suspender pré-definições ônticas a respeito do casal, podendo ser-psicólogo junto-ao casal, de um modo que possibilite que o casal se apresente por si mesmo. Ou seja, ao atender o casal devo cuidar do meu modo de ser psicólogo com o casal, o que se dá sempre questionante: Como pode ser um atendimento fenomenológico existencial com esse casal?

No entanto, minha pergunta norteadora em momento algum revelou-se uma indagação técnica a ser respondida didaticamente; ao contrário, como o eixo da rosa dos eventos, apontava uma direção que eu segui. Deste modo, mais do que uma resposta, a pergunta visava o percorrer de um caminho, dando a ver uma prática que já era minha: ser psicólogo fenomenólogo existencial que atende casais. A pergunta também possibilitou refletir sobre este fenômeno, o casal, como destinação dos atendimentos. Por fim, a pergunta norteadora trouxe o recolhimento do meu percurso, como modo possível de pensar o atendimento fenomenológico existencial com casal.

Contudo, não sei se comuniquei tudo que busquei inicialmente comunicar. O início da minha pesquisa, momento no qual pude situar minha prática historicamente, trouxe a compreensão de um campo de trabalho que, já em sua gênese como aconselhamento matrimonial, parecia estar marcado pela busca de “resultados positivos”. Ainda que os fundamentos do aconselhamento matrimonial tenham sido alterados, tendo sendo revistos a partir das teorias psicológicas, e ainda que o modo como se pensava o casal tenha mudado, incluindo novas configurações possíveis do mundo contemporâneo, parece permanecer neste campo de trabalho a pretensão da efetividade: a manutenção do casal junto como sendo sinônimo de sucesso terapêutico. Tal pretensão origina sistemas terapêuticos ecléticos, estruturados exclusivamente para atender casal e obter maiores “sucessos” no tratamento, entendidos como a permanência do casal junto.

Todavia, poder compreender esse momento histórico desse campo de trabalho abriu a possibilidade de perguntar como seria um atendimento de casal que não entendesse o ecletismo teórico como modo de pensar tais

atendimentos, por não partir da manutenção do casal como sendo objetivo terapêutico. Neste sentido, busquei na fenomenologia existencial o fundamento de minhas reflexões.

Contudo, a escolha do caminho fenomenológico existencial não pode ser confundida com uma caracterização pretenciosa de que apenas este seria o caminho não eclético que não afirmaria que é a “permanência do casal junto” a medida para o sucesso terapêutico. A fenomenologia existencial aparece como fundamento das minhas reflexões, pelo modo como compreendo a existência humana e suas realizações cotidianas, tal como aponta Morato (2015): “O homem existe lançado no mundo, na facticidade do cotidiano, enredado nas circunstâncias estruturais já interpeladas pelo público. Tem como tarefa, cuidar da própria existência que se apresenta como pura possibilidade e abertura ao ser” (p. 212). No que se refere ao casal, isso significa compreender o existir como poder relacionar-se com outro, habitando um casal do modo possível. Ainda para Morato (2015), por compreender a existência humana a partir da fenomenologia existencial, “a ação clínica constitui-se numa disponibilidade para acompanhar o outro (cliente) em seu cuidar das suas possibilidades mais próprias, dispondo delas livremente e com responsabilidade” (p.212). Também neste sentido, Duarte (2004) não se refere à ação clínica, mas reflete sobre uma ciência ôntica “de cunho psi”, fundada na ontologia Heideggeriana, mostrando que:

Tal ciência ôntica existencialmente³³ fundada teria de recusar toda tentativa de definição objetivadora ou coisificante do existir fático do ser humano. Tal antropologia existencial de cunho "psi" deveria valer-se de um pensamento pós-metafísico que não pretendesse manipular, controlar, prever ou administrar a existência do paciente e suas vicissitudes emocionais, evitando

³³ Ao contrário desta presente pesquisa, que segue a tradução de Ser e Tempo de Fausto Castilho (2012), Duarte usa “existencial” para se referir ao ontológico e “existenciário” para se referir ao ôntico.

impor um padrão previamente definido a respeito do que seja a felicidade ou a perfeita sanidade mental; antes, tratar-se-ia de buscar compreender e interpretar as suas queixas, pensando-as, também, como sintomas de uma determinada época histórica, inserindo-as no contexto de uma avaliação crítica de seu próprio tempo, visto que não se pode compreender e interpretar adequadamente o ser-aí e seus sofrimentos psíquicos desvinculando-o de seu mundo, dos outros e de sua própria historicidade. (DUARTE, 2004, p.47).

A partir de tais considerações, busco mostrar minha recusa frente a qualquer objetivação e definição de casal. Desse modo, acredito que meu caminho fenomenológico existencial percorreu uma possibilidade: desconstruir a concepção de casal. Permitiu-me trazer à luz suas mudanças históricas, presentes na sociedade contemporânea, mudanças essas que participam dos atendimentos, como novas configurações e novos modos de ser junto a *um* outro.

Porém, apesar dessa desconstrução, não me detive no esclarecimento de nenhuma configuração específica. Neste percurso, fez-se importante a compreensão ampla de quem o psicólogo atende, colocando-se em questão toda definição externa, incluindo a determinação de que ser casal apenas aconteça entre dois, para poder me aproximar do fenômeno a partir dele mesmo. Deste modo, cheguei a uma descrição que o caracteriza como *junção (de pessoas) que habita do modo possível o construir da casa que ela mesma está podendo ser*. Nessa direção, apresentou-se a compreensão do casal como um poder-ser diferente do que se possa conceber previamente. Revelou-se, com isso, o caráter de *auto-denominador* e *auto-definidor* do casal, apresentando o atendimento com casal como possibilidade que pode se destinar a qualquer casal.

Somente a partir desta compreensão do fenômeno, que se fundamenta na compreensão da existência como ser-no-mundo, pude refletir sobre o atendimento com casal. Não pude refletir sobre um atendimento qualquer com casal. O que se deu a ver foi uma prática que já era minha, e por já ser minha pude questioná-la, pois conhecimento é sempre um modo-de-ser-no-mundo. Só pude, assim, percorrer esta pesquisa como desdobramento da realização do meu existir como psicólogo fenomenólogo existencial que atende casais. Deste modo, pude caracterizar uma possibilidade de atendimento, fenomenológico existencial, que se fundamenta na possibilidade do falar com-entre-si do casal como um acontecimento destruidor e fundador de mundo, ou seja, diálogo testemunhado pelo psicólogo em uma fusão de horizontes, que possibilita a compreensão do casal sobre seu próprio construir-se e habitar-se.

No entanto, aproximando-me do final deste trabalho que se constituiu, do modo possível, ao longo dos últimos quatro anos, um questionamento se faz presente: para quê? Para que todo este trabalho e esta escritura? Para que se importar com o tema específico do atendimento com casal? Para que me deparar com uma prática que eu já tenho e questioná-la? Para que expor esta prática e me expor como este psicólogo que sou?

Talvez este trabalho possa valer pelo narrar que será testemunhado pelo leitor, dando a ver a possibilidade de uma ação psicológica autoral. Ou, nas palavras de Guimarães Rosa (2001) ele vale pelo “muito que nele não deveu caber” (p. 40): a *poiesis* onde habito. Por isso é Riobaldo quem afirma: “Tudo o que já foi, é o começo do que vai vir” (GUIMARÃES ROSA, 1994, p. 440), podendo, enfim, *des-fechar* não com uma resposta, mas com a mesma pergunta

que me lançou no caminhar, mas que agora já é outra: Como pode ser um atendimento fenomenológico existencial com casais?

Referências

- ALMEIDA, I. S. e SOUZA, I. E. O. Gestação na adolescência com enfoque no casal: movimento existencial. **Esc. Anna Nery**. v.15 n.3, 2011.
- ASEN, A. et al. **10 minutos para a família**: intervenções sistêmicas em atenção primária à saúde. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- AUN, H. A; MORATO, H. T. P. Atenção Psicológica em Instituição: Plantão Psicológico como Cartografia Clínica. In: MORATO, H. T. P. (Cord.) **Fundamentos de Psicologia**: aconselhamento psicológico numa perspectiva fenomenológica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p.121-138, 2009.
- BLACK, L. W. Terapia com casais afro-americanos. in: PAPP, P. **Casais em perigo**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- BOLZE, S. D. A. et al. Conflito conjugal: Uma revisão da produção científica brasileira. **Pensando Famílias**. v. 15, n. 2, p. 51-69, 2011.
- BOSS, M. **Existential Foundations of Medicine and Psychology**. New York: Jason Aronson, 1994.
- BOSS, M. **Psychoanalysis & Daseinsanalysis**. New York, London: Basic Books, Inc. Publishers, 1963.
- BOSS, M. Encontro com Boss. **Revista da Associação Brasileira de Daseinsanalyse**. v 01, 02, e 04, p.05-21, São Paulo, 1997.
- BOUT et al. O monstro do meio: trabalhando com casais em um tratamento grupal intensivo. **Pensando fam**. v.14, n.1, p.11-24, 2010.
- BRADLEY, B. e JOHNSON, S. M. EFT: An Integrative Contemporary Approach. In: **Handbook of Couples Therapy**. Honoken: John Wiley & Sons, 2005.
- CAILLÉ, P. Terapia de casal do ponto de vista sistêmico: uma pesquisa em curso. in: ANDOLFI, M., ANGELO, C., SACCU, C. **O casal em crise**. São Paulo: Summus Editorial, 1995.
- CARDINALLI, I. **Daseinsanalyse e Esquizofrenia**. São Paulo: Educ, 2004.
- CARDINALLI, I. **Transtorno de estresse pós-traumático**: Uma compreensão fenomenológico-existencial da violência urbana. São Paulo: Escuta, 2016.
- CAVACO, C. D. et al. Ejaculação rápida: um caso individual que evolui para terapia de casal. **Revista Terapia Sexual**, v.9, n.2,p.87-103, 2006.

CORDIOLI, A. V. As principais psicoterapias: fundamentos teóricos, técnicas, indicações e contra-indicações. in: CORDIOLI, A. V. Org. **Psicoterapias: Abordagens Atuais**. São Paulo: Artmed, 2008.

COSTA, C. B. et al . Terapia de Casal e Estratégias de Resolução de Conflito: Uma Revisão Sistemática. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 208-223, Jan. 2017

COSTA, T. e BELMINO, M. C. Poliamor: da institucionalização da monogamia à revolução sexual de Paul Goodman. **Revista IGT na Rede**, v. 12, n. 23, p. 411-429, 2015. Disponível em <http://www.igt.psc.br/ojs> ISSN: 1807-2526

CRITELLI, D. M. **Historia pessoal e sentido de vida - Historiobiografia**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2012.

DINIZ-NETO, O. e FÉRES-CARNEIRO, T. Psicoterapia de casal na pós-modernidade: rupturas e possibilidades. **Estud. psicol. (Campinas)** [online]. vol.22, n.2, pp.133-141. ISSN 1982-0275. 2005.

DUARTE, André. Heidegger e a possibilidade de uma antropologia existencial. **Natureza humana**, São Paulo , v. 6, n. 1, p. 29-51, jun. 2004.

ELKAÏM, M. Terapia de casal, sistema terapêutico e ressonância. in: ANDOLFI, M., ANGELO, C., SACCU, C. **O casal em crise**. São Paulo: Summus Editorial, 1995.

_____. **Se você e ama, não me ame**. Campinas: Papirus Editora, 1990.

EVANGELISTA, P. E. R. A. **Psicologia Fenomenológica Existencial: A prática psicológica à luz de Heidegger**. Curitiba: Juruá, 2016.

FAVERO-NUNES, M. A. **Consulta terapêutica com pais de crianças autistas: a interface entre a parentalidade e a conjugalidade**. 198 f. Tese (Doutorado), São paulo, 2010

FÉRES-CARNEIRO, T. Construção e dissolução do laço na psicoterapia de casal. in: FÉRES-CARNEIRO, T. Org. **Família e Casal: Arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ, 2003.

_____. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 379-394, 1998.

FÉRES-CARNEIRO, T. e DINIZ-NETO, O. Psicoterapia de casal: modelos e perspectivas. **Aletheia [online]**. n.27, pp. 173-187. ISSN 1413-0394, 2008.

FERREIRA, V. R. T. Produção brasileira em bases de dados sobre o processo terapêutico na terapia familiar e de casal. **PSICO**. v. 36, n.1, p 7-12, 2005

FIGUEIREDO, L. C. Sob o signo da multiplicidade. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 89-96, 1993.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I. Rio de Janeiro: Graal, 1977

FRAENKEL, P. Systems approaches to couple therapy. In W.K. Halford & H.J. Markman (eds.), **Clinical handbook of marriage and couples interventions**. p.379-414, New York: John Wiley & Sons, 1997.

FREIRE, S. E. A. **Poliamor, uma forma não exclusiva de amar**: correlatos valorativos e afetivos. 258 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013

FEIJOO, A. M. L. C. **Existência e Psicoterapia**: Da psicologia sem objeto ao saber-fazer na clínica psicológica existencial. Rio de Janeiro: IFEN, 2017.

GOMES, F. M. D. Palavras trocadas: o mal-entendido em um atendimento de casal. **Revista SPAGESP**. v. 1 n. 1. 2000.

GOMES, I. C. As relações de poder na família: um estudo de caso envolvendo a violência psicológica. **Psicologia clínica** v.15, n.2, p.67-79, 2003.

GOMES, I. C. Psicanálise de família e casal: principais referenciais teóricos e perspectivas brasileiras. **Aletheia** 29, p. 151-160, 2009

GRZYBOWSKI, L. S. Famílias monoparentais: mulheres divorciadas chefes de família. In A. Wagner (Org.). **Família em cena**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 39-53.

GUIMARÃES ROSA, J. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

_____. Tutaméia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GURMAN, A. S. e FRAENKEL, P. The History of Couple Therapy: A Millennial Review. **Family Process**, v. 41, p.199–260, 2002

HEGENBERG, M. **Psicoterapia breve**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

HEIDEGGER, M. **Sobre o Humanismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

_____. Sobre a essência da verdade. In: Stein, Ernildo (org.) **Heidegger**. São Paulo, Abril Cultural, 1973.

_____. **Ensaio e Conferências**. Petrópolis: Vozes, 2006a.

_____. **Os Seminários de Zollikon**: Protocolos, Diálogos, Cartas. (Zollikon Seminar) [1959-1969] Org. Medard Boss. 3ª ed. Trad. Gabriela Arnhold e Maria de Fátima de Almeida Prado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Ser e tempo**. Tradução de Fausto Castillo. Petrópolis: Vozes, 2012

JABLONSKI, B. (2010). A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. **Psicologia Ciência e Profissão**, 30(2), 262-275.

LESSA, J. M. e SA, R. N. A relação psicoterapêutica na abordagem fenomenológico-existencial. **Análise Psicológica**, Lisboa, Portugal, v. 24, n.3, p. 393-397, 2006.

LEWIS, J. M., e GOSSETT, J. T. **Disarming the past**: How an intimate relationship can heal old wounds. Phoenix, AZ: Zeig, Tucker & Co, 2000.

MATTAR, C. M, SA, R. N. Os sentidos de análise e analítica no pensamento de Heidegger e suas implicações para a psicoterapia. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, 191-203, 2008.

MAY, R. **Psicologia e Dilema Humano**. 3ª ed. Trad. Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

MONSON, C. M. et al. Couple/family therapy for posttraumatic stress disorder: review to facilitate interpretation of VA/DOD Clinical Practice Guideline. **J Rehabil Res Dev**. v.49, n.5, p. 717-728, 2012.

MORATO, H. T. P. Plantão Psicológico: inventividade e plasticidade. In: **Anais do IX SIMPÓSIO DE PRÁTICAS PSICOLÓGICAS EM INSTITUIÇÕES** - Atenção psicológica: fundamentos, pesquisa e prática. Recife: UNICAP, v.1. p.31-45, 2009.

_____. Algumas considerações da fenomenologia existencial para a ação psicológica na prática e na pesquisa em instituições. In: BARRETO, C. L. B. T.; MORATO, H. T. P.; CALDAS, M. T. (Org.) **Prática Psicológica na Perspectiva Fenomenológica**. Rio de Janeiro: Juruá, 2013.

_____. **Por entre Plantão Psicológico e Ação Cartográfica Clínica pelos “Caminhos de Floresta”**. 2015. Tese (Livre-docência) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MORELLI, A. B. et al. Impacto da morte do filho sobre a conjugalidade dos pais. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 9, p2711-2720, 2013

MURTA, S. G. et al. Avaliação de um programa psicoeducativo de transição para a parentalidade. **Paidéia**. v.22, n.53, p. 403-412, 2012.

POMPEIA, J. A. **Na presença do sentido**: Uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas. São Paulo: EDUC; Paulus, 2004.

PRATI, L. E. e KOLLER, S. H. Relacionamento conjugal e transição para a coparentalidade: perspectiva da psicologia positiva. **Psicol. clín** v.23, n.1, p.103-118, 2011.

REIS, R. K. e GIR, E. Vulnerabilidade ao HIV/AIDS e a prevenção da transmissão sexual entre casais sorodiscordantes. **Rev Esc Enferm USP** v.43, n.3, p.662-669, 2009.

RIBEIRO, T. S. T. **Violência entre parceiros íntimos nos primeiros cinco meses de pós-parto em usuárias de unidades básicas de saúde do Rio de Janeiro**. 96 f. Tese (Doutorado), Rio de Janeiro, 2009.

ROMANO, E. e BOULEY, JC. O casal: terapeuta do indivíduo. in: ANDOLFI, M., ANGELO, C., SACCU, C. **O casal em crise**. São Paulo: Summus Editorial, 1995.

SA, R. N. A psicoterapia e a questão da técnica. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. V.54, n.4, p.348-362, 2002.

SAGER, C. J. The conjoint session in marriage therapy. **American Journal of Psychoanalysis** v.27, p. 139–146, 1967.

SOARES, S. S. G. S. O casal a um passo de... vir a ser família! **Ide** (São Paulo). v.36, p.102-111, 2002.

SPANOUDIS, S. A tarefa do aconselhamento e orientação a partir da Daseinsanalyse. **Revista da Associação Brasileira de Daseinsanalyse**, v. 01, 02, e 04, p. 56-62, São Paulo, 1997.

_____. Conhecer o outro na entrevista. **Revista da Associação Brasileira de Daseinsanalyse**, v. 01, 02, e 04, p. 56-62, São Paulo, 1997

STEIN, E. **Seis estudos sobre “Ser e Tempo”**. Petrópolis: Vozes, 1988

TOROSSIAN, M. S. et al. Relacionamento conjugal e o fenômeno da violência doméstica: um estudo de caso. **Mudanças**. v. 17, n. 1, p. 12-16, 2009.

VAN DEN BERG, J. H. **O Paciente Psiquiátrico**: Esboço de uma Psicopatologia Fenomenológica. São Paulo: Psy II, 1994.

VANDENBERGHE, L. Terapia comportamental de casal: uma retrospectiva da literatura internacional. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**. V. 8, n. 2, p. 145-160, 2006.

VILELA, M. G. et al Vasectomia sem bisturi - experiência ambulatorial. **Femina**, v.35, n.9, p.599-602, 2007.

VILLEGAS-CASTAÑO, A. e TAMAYO-ACEVEDO, L. S. Prevalencia de infecciones de transmisión sexual y factores de riesgo para la salud sexual de adolescentes escolarizados, Medellín, Colombia, 2013. **latreia**. v. 29, n.1, p. 5-17, 2016.

WALDEMAR, J. O. C. Terapia de casal. in: CORDIOLI, A. V. Org. **Psicoterapias: Abordagens Atuais**. São Paulo: Artmed, 2008.

WETCHLER, J. L. Couple Therapy and the 21st Century. **Journal of Couple & Relationship Therapy**. v.1, n.1, p. 1-3, 2002.

ZINKER, J. C. **A busca de elegância em psicoterapia**. São Paulo: Summus Editorial, 2001.